

**Zaira Regina Zafalon
Martha Suzana Cabral Nunes
Márcia Ivo Braz
Alessandra dos Santos Araújo**
Organizadoras

**PERCURSOS DE PESQUISA
EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**
produção científica e
discussões teórico-conceituais

Abecin
EDITORA

**PERCURSOS DE PESQUISA EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Zaira Regina Zafalon
Martha Suzana Cabral Nunes
Márcia Ivo Braz
Alessandra dos Santos Araújo
(Organizadoras)

**PERCURSOS DE PESQUISA EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
produção científica e
discussões teórico-conceituais**

São Paulo
Abecin Editora
2021

©2021 by Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes, Márcia Ivo Braz e
Alessandra dos Santos Araújo (organizadoras)
Direitos desta edição reservados à ABECIN Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P429 Percursos de pesquisa em Ciência da Informação : produção científica e discussões teórico-conceituais / Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes, Márcia Ivo Braz e Alessandra dos Santos Araújo (org.). – São Paulo : Abecin Editora, 2021.
243 p.

e-ISBN: 978-65-86228-08-3.

Inclui referências.

Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora>.

1. Ciência da Informação. 2. Produção científica. 3. Discussões teórico-conceituais. I. Zafalon, Zaira Regina, org. II. Nunes, Martha Suzana Cabral, org. III. Braz, Márcia Ivo, org. IV. Araújo, Alessandra dos Santos, org.

CDU: 02(05)

CDD: 020

Ficha catalográfica: Melissa dos Santos Araújo – CRB-1 3426/DF.

COMISSÃO EDITORIAL E CIENTÍFICA

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Aldinar Martins Bottentuit (UFMA)	José Antonio Frías (USAL, Espanha)
Alessandra dos Santos Araújo (UFS)	José Antonio Moreira González (UC3M, Espanha)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)	Manuela Moro Cabero (USAL, Espanha)
Aurora Cuevas-Cerveró (UCM, Espanha)	Márcia Ivo Braz (UFPE)
Célia Regina Simonetti Barbalho (UFAM)	Márcio Bezerra da Silva (UNB)
Danielly Oliveira Inomata (UFAM)	Marta Lúgia Pomim Valentim (UNESP)
Dunia Llanes Padrón (UH, Cuba)	Martha Suzana Cabral Nunes (UFS)
Franciele Marques Redigolo (UFPA)	Meri Nadia Marques Gerlin (UFES)
Helen Beatriz Frota Rozados (UFRGS)	Naira Christofoletti Silveira (UNIRIO)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)	Paulina Szafran (UDELAR, Uruguai)
Ieda Pelógia Martins Damian (USP)	Samile Andréa de Souza Vanz (UFRGS)
Isidoro Gil Leiva (UM, Espanha)	Valéria Martin Valls (FESP/SP)
Ivana Lins (UFBA)	

Normalização: Autores

Diagramação, Editoração, Revisão e Capa: Zaira Regina Zafalon

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Editora Abecin. Os originais foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros da Comissão Editorial e Científica desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
<i>Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes, Márcia Ivo Braz e Alessandra dos Santos Araújo</i>	
CAPÍTULO 1 – O arquivo é monumento? Aproximações epistemológicas entre a arquivística pós-custodial e o conceito de documento monumento de Jacques Le Goff	13
<i>Ana Flávia Dias Zammataro e Silvana Drumond Monteiro</i>	
CAPÍTULO 2 – A web como documento permanente e as Jornadas de Junho de 2013	27
<i>Raquel Silva da Fonseca, Moisés Rockembach e Jeniffer Cuty</i>	
CAPÍTULO 3 – A arte como documento: livros de artistas como documento de arquivos	40
<i>Helena Cancela Cattani e Valeria Raquel Bertotti</i>	
CAPÍTULO 4 – Procedimentos de reconhecimento e validação de acervos informacionais	58
<i>Bonifácio Chaves de Almeida e Raymundo das Neves Machado</i>	
CAPÍTULO 5 – Ad Vitam Aeternam: considerações etimológicas e conceituais da Preservação Documental	73
<i>Bárbara de Széchy Cardoso Vieira e André Vieira de Freitas Araújo</i>	
CAPÍTULO 6 – Estudo sobre a teoria comunicacional de Marshall McLuhan aplicada ao ciberespaço	95
<i>Ramon Ordonhes Adriano Ribeiro e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos</i>	

CAPÍTULO 7 – O permanente e o efêmero: o conceito de patrimônio nas perspectivas do Ocidente e Oriente 109

Luciana Oliveira de Brito e Lizete Dias de Oliveira

CAPÍTULO 8 – *Open peer review*: dimensões teóricas e metodológicas 125

Kleisson Lainnon Nascimento da Silva, Joana Coeli Ribeiro Garcia e Maria das Graças Targino

CAPÍTULO 9 – Informação pseudocientífica na *web*: identificar para não compartilhar 138

Jaqueline Alves Ribeiro e João de Melo Maricato

CAPÍTULO 10 – Serviços de gestão de dados de pesquisa em bibliotecas universitárias brasileiras 152

Letícia Guarany Bonetti e Fernanda Passini Moreno

CAPÍTULO 11 – Produção de conhecimento em Arquivologia: uma análise da produção docente na UNIRIO, UFSM e UFF entre 2008 e 2012 166

Leandro Coelho de Aguiar e Vitor Manoel Marques da Fonseca

CAPÍTULO 12 – Idade das citações na área das Ciências Sociais: um estudo cientométrico a partir dos periódicos do Rio Grande do Sul 179

Magnum de Oliveira e Maria de Fátima Santos Maia

CAPÍTULO 13 – Recuperação de informação musical: panorama das pesquisas brasileiras sobre o tema 195

Paulo Sérgio da Conceição Moreira e Denise Fukumi Tsunoda

SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES .. 220

APRESENTAÇÃO

Este livro é um marco tanto para a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin) quanto para a Abecin Editora! Quando, no final de 2020, surgiu a ideia de darmos visibilidade aos estudos desenvolvidos nos cursos de graduação e publicarmos pela Abecin Editora as pesquisas que haviam sido premiadas nas várias edições do Concurso TCC Abecin em uma coletânea, também vimos uma oportunidade de comemorar os 20 anos da Abecin!

O Concurso TCC Abecin teve sua primeira edição em 2002 e, depois de um intervalo, voltou a acontecer continuamente a partir de 2012. Ao longo destes anos, ocorreram 10 edições do Concurso e 72 pesquisas foram premiadas!

Uma dimensão do significado desta ação anual da Abecin na promoção do Concurso junto às instituições pode ser notada a partir de alguns números sobre as premiações: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi laureada em 13 ocasiões (sendo cinco vezes no curso de Biblioteconomia, outras cinco no de Museologia e três para o curso de Arquivologia); a Universidade Federal Fluminense (UFF), em 8 momentos (seis para o curso de Arquivologia e duas para o de Biblioteconomia); a Universidade Estadual de Londrina (UEL), 7 vezes (quatro em Biblioteconomia e três em Arquivologia); com seis oportunidades cada, conquistaram o prêmio a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com quatro premiações no curso de Arquivologia e duas em Biblioteconomia, e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), sendo quatro em Biblioteconomia e duas em Arquivologia; duas outras instituições, cada qual premiada em 5 edições, são a Universidade de Brasília (UnB), premiada três vezes no curso de

Biblioteconomia e duas no curso de Museologia, e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP), no curso de Biblioteconomia; a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi vencedora quatro vezes no curso de Gestão da Informação; o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) venceu três vezes; com duas conquistas cada, foram premiados os cursos de Biblioteconomia da Universidade de São Paulo (USP/SP), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e, com premiações no curso de Biblioteconomia e no curso de Gestão da Informação, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Com uma vitória, no curso de Biblioteconomia, estão a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de São Paulo (USP/RP); e no curso de Museologia, a Universidade Federal de Sergipe (UFS). Alguns docentes também foram premiados em mais de uma ocasião: Denise Fukumi Tsunoda (UFPR), Emeide Nóbrega Duarte (UFPB), Julianne Texeira e Silva (UFPB), Moisés Rockembach (UFRGS), Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos (Unesp), Rita do Carmo Ferreira Laipelt (UFRGS), Silvana Drumond Monteiro (UEL) e Valéria Martin Valls (FESP/SP).

Desta feita, decidimos entrar em contato com discentes e docentes de 67 pesquisas premiadas, haja vista que notamos que, dentre os trabalhos contemplados na edição de 2002, dois dos, então, discentes, hoje já são doutores, e outro, mestre, e que dois estudos da edição de 2012 já haviam sido publicados pela Abecin Editora. Dentre os convidados tivemos o retorno de 58 pesquisadores!

Nesta coletânea estão reunidos 13 trabalhos, com temática atinente à produção científica e às discussões teórico-conceituais.

No primeiro capítulo, intitulado *O arquivo é monumento? Aproximações epistemológicas entre a arquivística pós-custodial e o conceito de documento monumento de Jacques Le Goff*, Ana Flávia Dias Zammataro e Silvana Drumond Monteiro discutem os arquivos a partir da perspectiva apresentada por Le Goff, para quem o documento monumento reveste-se de uma escolha, diz respeito às intencionalidades, e pode ser compreendido como produto social a partir de uma análise crítica. Além dessa discussão, as autoras se posicionam quanto aos arquivistas, apresentando-os como agentes ativos na constituição do passado e da memória social. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Estadual de Londrina (UEL), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Sul, na edição de 2014 do Concurso de TCC.

Raquel Silva da Fonseca, Moisés Rockembach e Jeniffer Cuty, no capítulo 2 – *A web como documento permanente e as Jornadas de Junho de 2013*, explicam que, a partir de mudanças advindas dos avanços tecnológicos, o conceito de documento arquivístico tem integrado os documentos nato digitais como parte da esfera de atuação profissional e científica, posto que a existência de extensos arquivos da *web* nos países mais desenvolvidos do mundo permite caracterizar o documento *web* como arquivístico. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Sul, na edição de 2019 do Concurso de

TCC.

Em *A arte como documento: livros de artistas como documento de arquivos*, Helena Cancela Cattani e Valeria Raquel Bertotti, no terceiro capítulo, discutem o limite que demarca um documento como sendo de arquivo vai além daqueles de caráter jurídico-administrativo, e analisam as características de documentos de arquivos pessoais, em específico os Livros de Artistas, assinalando que isso requer abrir mão de aspectos rígidos existentes na diplomática, e na teoria arquivística em geral, pois são obras que se aproximam da subjetividade presente na arte. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e foi premiado como melhor trabalho em Arquivologia, da Regional Sul, na edição de 2020 do Concurso de TCC.

No capítulo 4 – *Procedimentos de reconhecimento e validação de acervos informacionais*, Bonifácio Chaves de Almeida e Raymundo das Neves Machado discutem aspectos da Formação e Desenvolvimento de Coleções em pesquisa desenvolvida junto aos profissionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba). A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Nordeste, na edição de 2017 do Concurso de TCC.

No quinto capítulo, intitulado *Ad Vitam Aeternam: considerações etimológicas e conceituais da Preservação Documental*, Bárbara de Széchy Cardoso Vieira e André Vieira de Freitas Araújo propõem ao bibliotecário uma reflexão sobre o significado da preservação documental por meio da análise crítica de conceitos. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão

de curso, apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Sudeste, na edição de 2016 do Concurso de TCC.

No capítulo 6 – *Estudo sobre a teoria comunicacional de Marshall McLuhan aplicada ao ciberespaço*, Ramon Ordonhes Adriano Ribeiro e Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos discutem a comunicação no ciberespaço, uma vez que as transformações tecnológicas vão além de um reducionismo que identifica a tecnologia como ferramenta ou como aparato tecnológico. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional São Paulo, na edição de 2014 do Concurso de TCC.

Luciana Oliveira de Brito e Lizete Dias de Oliveira, no sétimo capítulo, intitulado *O permanente e o efêmero: o conceito de patrimônio nas perspectivas do Ocidente e Oriente*, discutem que o conceito de patrimônio é definido a partir de construções culturais e, por ser historicamente determinado, está sujeito à impermanência. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e foi premiado como melhor trabalho em Museologia, da Regional Sul, na edição de 2012 do Concurso de TCC.

No capítulo intitulado *Open peer review: dimensões teóricas e metodológicas*, o oitavo desta coletânea, Kleisson Lainnon Nascimento da Silva, Joana Coeli Ribeiro Garcia e Maria das Graças Targino estudam a avaliação por pares nos mais diversos domínios do conhecimento, discussão indispensável à

evolução da produção científica e tecnológica na contemporaneidade. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Nordeste, na edição de 2019 do Concurso de TCC.

No capítulo 9 – *Informação pseudocientífica na web: identificar para não compartilhar*, Jaqueline Alves Ribeiro e João de Melo Maricato incentivam o espírito crítico quanto ao compartilhamento de notícias falsas e questionáveis nas mídias e redes sociais a partir da discussão de fatores que contribuem para a desinformação e da definição de critérios de avaliação da qualidade da informação presentes na literatura que podem auxiliar no combate à desinformação. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia, apresentado à Universidade de Brasília (UnB), e foi premiado como melhor trabalho nacional na edição de 2019 do Concurso de TCC.

Sob o título *Serviços de gestão de dados de pesquisa em bibliotecas universitárias brasileiras*, Leticia Guarany Bonetti e Fernanda Passini Moreno, no décimo capítulo, apresentam o potencial da gestão de dados de pesquisa sob o contexto do quarto paradigma da ciência, a Ciência Aberta. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade de Brasília (UnB), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Centro-Oeste, na edição de 2020 do Concurso de TCC.

Com vistas a colaborar para a construção de uma cultura científica à Arquivologia, Leandro Coelho de Aguiar e Vitor Manoel Marques da Fonseca contribuem com o capítulo 11 da coletânea: *Produção de conhecimento em Arquivologia: uma*

análise da produção docente na UNIRIO, UFSM e UFF entre 2008 e 2012, e apresentam a hipótese de que o grau de cientificidade e a construção de uma cultura científica na área também estão ligados à produção e à divulgação da pesquisa científica dentro do universo dos docentes universitários, bem como à descentralização de tal produção. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso em Arquivologia, apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF), e foi premiado como melhor trabalho nacional na edição de 2013 do Concurso de TCC.

Magnum de Oliveira e Maria de Fátima Santos Maia, no capítulo 12 – *Idade das citações na área das Ciências Sociais: um estudo cientométrico a partir dos periódicos do Rio Grande do Sul*, estudam as citações, visto que, por meio delas é possível identificar influências teóricas, linhas de pesquisa em determinados campos de estudo, bem como a visibilidade da ciência produzida por pesquisadores, instituições e países. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e foi premiado como melhor trabalho em Biblioteconomia, da Regional Sul, na edição de 2018 do Concurso de TCC.

No último capítulo desta coletânea, sob o título *Recuperação de informação musical: panorama das pesquisas brasileiras sobre o tema*, Paulo Sérgio da Conceição Moreira e Denise Fukumi Tsunoda, no contexto dos serviços de *streaming* e da dificuldade na realização de tarefas como recuperação, navegação e recomendação dos conteúdos musicais, apresentam um panorama das pesquisas brasileiras sobre recuperação de informação musical. A pesquisa é decorrente do trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade Federal do Paraná (UFPA), e foi premiado como melhor trabalho em Gestão

da Informação, da Regional Sul, na edição de 2018 do Concurso de TCC.

Esperamos que aproveitem a leitura, do mesmo modo que nós nos orgulhamos em organizar esse material!

Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes,
Márcia Ivo Braz e Alessandra dos Santos Araújo
Organizadoras

CAPÍTULO 1

O ARQUIVO É MONUMENTO? APROXIMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS ENTRE A ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL E O CONCEITO DE DOCUMENTO MONUMENTO DE JACQUES LE GOFF

Ana Flávia Dias Zammataro

Silvana Drumond Monteiro

1 INTRODUÇÃO

Como disciplina científica, a Arquivologia estabelece intrínsecas relações com a Ciência da Informação, e o seu início remete à criação das instituições arquivísticas, cujos primórdios foram estabelecidos em 1789, com a fundação do Arquivo Nacional da França (FONSECA, 2005). A partir daí, foram criados princípios que norteiam a disciplina até os dias de hoje, como o de respeito aos fundos, pelo arquivista e historiador francês Natalys de Wally, na década de 1840, e, mais a frente, o princípio da proveniência: “[...] que até hoje representa, apesar de algumas releituras, o paradigma da disciplina arquivística.” (FONSECA, 2005, p. 43).

A publicação do **Manual dos Arquivistas Holandeses**, em 1898, é considerada um dos grandes marcos de fundação da disciplina, estabelecendo regras e princípios que inseriram a Arquivologia em discussões epistemológicas da modernidade.

A Arquivística Clássica, como atualmente é denominada a

disciplina arquivística do século XIX, foi concebida a partir de uma abordagem empírica que buscava a acumulação e a prova de fatos, em detrimento do aprofundamento na discussão de conceitos. Os documentos deveriam ser acumulações orgânicas e naturais e assim servirem como prova das atividades organizacionais, “[...] estabelecendo as verdades universais a que tantos teóricos da disciplina arquivística daquela época buscavam.” (ZAMMATARO, 2013, p. 21). Estava, portanto, completamente afastada da ideia de arquivo enquanto monumento.

A fim de elucidar o objetivo proposto no trabalho que é o de compreender os arquivos enquanto monumento, e a relação dessa perspectiva com a Arquivística Pós-Custodial, discute-se o conceito de documento monumento de Jacques Le Goff (2003) e a Arquivística Pós-Custodial canadense, com breves considerações sobre a Arquivística Clássica.

O documento monumento, na concepção de Le Goff (2003), reveste-se de uma escolha, diz respeito às intencionalidades, e somente uma análise crítica dele possibilita compreendê-lo enquanto “Produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder.” (LE GOFF, 2003, p. 535).

Na perspectiva Pós-Custodial, os arquivos não são produtos neutros de seu criador e as atividades dos arquivistas com esses objetos revestem-se de escolhas e exclusões, denotando a proximidade dos arquivos pós-custodiais com a concepção de documento monumento legoffiano.

As considerações a serem colocadas contribuem para compreender a concepção de documento monumento, além de

contribuir com o entendimento do percurso trilhado pela disciplina arquivística ao longo do tempo.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, com base em referencial teórico específico, constituindo, conforme Almeida Júnior (2007, p. 100): “[...] na atividade de localização e consulta a fontes diversas de informação escrita, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema.” Trabalhos que versam sobre a concepção de documento monumento e sobre a trajetória da Arquivologia fundamentaram a análise qualitativa, auxiliando assim no alcance do objetivo proposto.

Além de buscar contribuir com a ampliação das pesquisas na Arquivologia, espera-se elucidar a compreensão dos arquivos enquanto monumento e os arquivistas como agentes ativos na constituição do passado e da memória social, edificados por meio dos arquivos monumentos.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO ENQUANTO MONUMENTO

No trabalho de título **Documento Monumento**, capítulo do livro **História e Memória** (2003), o historiador Jacques Le Goff (1924-2014) discute a concepção de documento em uma perspectiva histórica, abordando a visão atribuída a este objeto pela historiografia. Le Goff esclarece que para os positivistas do século XIX e início do século XX, o documento era o fundamento do fato histórico, apresentando-se como essencialmente objetivo e como prova histórica. Naquele contexto, o documento dizia respeito à comprovação dos fatos, não devendo ser contestado (LE GOFF, 2003).

No positivismo, a História, no bojo das ciências duras, deveria “deixar falar” o documento, garantindo a imparcialidade e a neutralidade diante do seu objeto. Nesse sentido, “A perspectiva positivista transformava monumentos em documentos. Nesse caso, a representação da realidade se constituía como um discurso único e legitimado pela força.” (RABELLO; RODRIGUES, 2017, p. 10).

A visão empiricista sobre os documentos e o olhar para esses objetos como prova de verdades imutáveis e incontestáveis passa a dar espaço a uma concepção menos factual, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Jacques Le Goff (2003) compreende que foi no contexto da revolução documental ocorrida a partir da década de 1960 – que ampliou a noção de documento e a noção de sujeitos históricos – que a História passou a transformar os documentos em monumentos (e não o contrário, como o faziam os positivistas). Nesse sentido:

Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los, nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da cultura material, os objetos coleção [...], os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis [...]. Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso. [...] (LE GOFF, 2003, p. 538).

Nessa concepção, os documentos podem ser entendidos enquanto instrumentos de poder, posto tratar-se de seleção, de escolhas e, portanto, de critérios de exclusão. O documento torna-se monumento nas mãos do historiador, que materializa o passado através dele, selecionando parte da memória coletiva e

definindo assim o que seria transmitido para a posteridade.

São apenas alguns aspectos do passado, não o conjunto daquilo que existiu que de fato sobrevive, ou seja “[...] uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado [...].” (LE GOFF, 2003, p. 526). São materiais da memória, de acordo com Le Goff (2003) que, apresentados como monumento, evocam o passado e perpetuam a recordação.

Sob essa perspectiva, o que seriam os arquivos, senão escolha dos arquivistas, respondendo a critérios políticos e sociais a respeito de qual memória preservar? Os preceitos da Arquivística Pós-Custodial fundamentam essa pergunta-afirmação e podem elucidar a perspectiva do arquivo enquanto monumento defendida neste trabalho.

3 OS ARQUIVOS NA CONCEPÇÃO DA ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL

A Arquivística Pós-Custodial surge no início da década de 1990, como uma nova abordagem às teorias arquivísticas existentes até então. Seus princípios foram pensados por Terry Cook (1947-2014), historiador e arquivista canadense, que propôs reflexões mais contextualizadas sobre os arquivos, entendendo-os como expressões de seu tempo e de seu lugar (COOK, 1998).

Diferente da Arquivística Clássica, a Arquivística proposta por Cook: “[...] retira dos arquivos a naturalização do processo de acúmulo dos documentos, face às interferências que sofre da instituição que os criou e da própria sociedade.” (ZAMMATARO; MONTEIRO, 2017, p. 29). Os arquivos não seriam objetos neutros

e isentos dos valores de quem os constituiu, e as posteriores etapas de trabalho imprimiriam nesses objetos, os modos de agir e de pensar dos arquivistas, e por extensão, dos respectivos contextos nos quais eles se inserem.

Os arquivos pós-custodiais não servem única e exclusivamente ao Estado e não mais correspondem à estrutura hierárquica das organizações estatais que os conceberam. Nesse novo paradigma:

[...] está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional. (COOK, 2012, p. 129).

Nesses novos cenários, os arquivos são vistos em redes (COOK, 2012) e a sua função transcende as ordenações impostas pelo Estado, atendendo à sociedade e oferecendo uma percepção de identidade e de memória pessoal e coletiva aos cidadãos.

Como “instituições socialmente construídas” (COOK; SCHWARTZ, 2004, p. 20), os arquivos pós-custodiais são participantes ativos e dinâmicos da produção do conhecimento sobre o passado e, a informação arquivística, nesse contexto, guarda a sua respectiva heterogeneidade, expressando o poder e o papel dos arquivos na constituição das memórias sociais.

Para corroborar a natureza não-neutra dos arquivos, Cook e Schwartz (2004) citam o caráter essencialmente sexista desses objetos no decorrer do tempo, que sempre excluía as mulheres de seus registros, banindo o feminino como um contraponto à

narrativa considerada “científica” e “profissional”. Nesse sentido, os arquivos, “[...] como instituições têm sido agentes da criação do patriarcado ao apoiar os poderosos contra os marginalizados”. (COOK; SCHWARTZ, 2004, p. 27).

A Arquivística Pós-Custodial, ao contestar paradigmas tradicionais da disciplina arquivística, como verdade, neutralidade, objetividade e imparcialidade, acaba por evidenciar questões importantes que pautam a sociedade contemporânea, como a ideia de acesso à informação e a socialização dos arquivos.

Tais aspectos corroboram o poder e a influência exercida pelos arquivos e, nesse sentido, a “monumentalidade” atribuída a ele quando materializado, quando escolhido para ser representativo da memória social. Assim: “[...] a pós-custodialidade não é redutível unicamente para o registro, ao contrário, ela é edificada pela heterogeneidade [...]” (SILVA; SILVA, 2016, p. 108).

Na concepção Pós-Custodial, o arquivo é movimento, é escolha e é exclusão; o arquivo torna-se monumento e é o arquivista (e a sociedade por extensão) quem exerce o poder dessa escolha.

3.1 Agentes ativos, os arquivistas

O arquivista pensado por Terry Cook (1998) no contexto dos arquivos pós-custodiais são muito mais que guardiões, atuam diretamente na escolha dos arquivos, imprimindo sua própria hermenêutica nesse processo ao selecionar aquilo que considera relevante para se tornar memória e, assim, fazendo dos arquivos a expressão de seus anseios e das relações de poder da sociedade como um todo.

Terry Cook e Joan M. Schwartz (2004) acrescentam que a escolha do que deve ser registrado e preservado ocorre em contextos que são socialmente construídos, cujos princípios e estratégias são adotados pelos arquivistas, influenciando a natureza e a ordenação dos arquivos e por extensão, a memória da sociedade. São, assim, os próprios arquivistas que possuem os instrumentos necessários para tornar os arquivos monumentos, desconstruindo o mito do arquivista neutro e objetivo (COOK; SCHWARTZ, 2004).

Nas reflexões pós-custodiais da Arquivística, é colocado ao arquivista a possibilidade de aceitar a sua própria historicidade, compreendendo a si mesmo como participante do processo histórico e assim (re)considerando as impressões subjetivas na construção de teorias e métodos com os arquivos (COOK, 2012). Além disso, no século XXI, os arquivistas devem refletir sobre o seu papel social, entre eles “[...] sua própria função de mediador da informação e na construção para novos saberes.” (SILVA; SILVA, 2016, p. 111).

A defesa do poder de influência do arquivista sobre a função de tornar o arquivo monumento, reitera-se, ainda, pela mudança na maneira como esses agentes passam a preservar os documentos. Fonseca (2005) pontua que permeados pelo pensamento da Arquivística Clássica, os arquivistas do século XIX e princípios do XX eram comprometidos com a proteção da proveniência e, por extensão, com a manutenção de sua ordem original.

Com as mudanças científicas e tecnológicas e com a ascensão dos preceitos pós-custodiais na Arquivologia, no final do século XX, os arquivistas passam a interferir em questões de guarda e preservação dos arquivos, antes mesmo de sua criação,

transferindo preocupações antes direcionadas somente ao documento,

[...] para seu contexto de produção [...]. A teoria arquivística se baseia agora na análise dos processos de criação dos registros, mais do que nas metodologias de arranjo e descrição dos documentos custodiados em instituições arquivísticas. (FONSECA, 2005, p. 40).

Dado o poder do arquivista na perspectiva da Arquivística Pós-Custodial para selecionar, nomear, ordenar registros, preservar e mediar arquivos, determinar sobre o seu acesso e, por extensão, sobre o que deve se tornar representativo da memória social (COOK, 2004), reitera-se o seu papel como sujeito ativo no processo de constituição do arquivo como monumento.

A atribuição da respectiva responsabilidade possibilita também refletirmos sobre as consequências desse poder, oportunizando a ampliação dos debates na disciplina arquivística à luz de uma perspectiva crítica sobre as funções dos arquivos e do papel do arquivista.

3.2 O arquivo É monumento

Na perspectiva da corrente positivista do século XIX, espaços como arquivos e bibliotecas seriam constituídos como instituições que garantiriam o acesso à prova dos documentos, sobretudo no âmbito dos arquivos, possibilitando assim o conhecimento sobre a verdade histórica e sobre a realidade social de outrora (RABELLO; RODRIGUES, 2017).

Os estudiosos das humanidades, naquele contexto, objetificavam o documento como o autêntico representante dos fatos ocorridos, não devendo ser contestados, e transformando aquilo que seria monumento em documento.

Considerando as interferências dos historiadores sobre a interpretação de seus respectivos objetos de pesquisa e do arquivista sobre o processo de seleção dos arquivos – e por extensão, da memória – ambos se tornam agentes ativos na construção da memória coletiva, instrumentalizando os arquivos como meio para representar a realidade, transformando-os, assim, em monumentos. Desse modo, reitera-se: “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. [...]” (LE GOFF, 2003, p. 536-537).

No caso dos arquivos, trata-se de torná-los monumentos, relacionando-os ao poder de perpetuação da memória. Nesse sentido, os arquivistas e a sociedade devem reconhecer:

[...] a relação dos arquivos com a ideia de memória e verdade, o papel dos arquivos na produção do conhecimento sobre o passado, e principalmente o poder dos arquivos e registros para moldar nossas ideias de história, identidade e memória. (COOK; SCHWARTZ, 2004, p. 20).

Os arquivistas e a sociedade devem reconhecer, por extensão, que o arquivo é monumento, posto que constituído por relações de força e poder, sobre o poder simbólico e estrutural da sociedade, sobre a memória selecionada, sobre os silenciamentos do que não foi eleito para constituir as lembranças do passado. Os arquivos como monumentos referem-se ao poder do arquivista na perspectiva da Arquivística Pós-Custodial para selecionar, nomear, ordenar registros, preservar e mediar arquivos, determinar sobre o seu acesso e sobre o que deve se tornar representativo da memória social (COOK; SCHWARTZ, 2004). O arquivo, assim, é monumento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de documento monumento do historiador Jacques Le Goff (2003) pautou a proposta de aproximar epistemologicamente suas discussões à perspectiva pós-custodial da Arquivologia.

As aproximações foram possibilitadas sobretudo pelo reconhecimento de que, para além da visão factual do positivismo, os documentos e os arquivos são expressões de poder, versam sobre escolhas e exclusões, e somente uma análise desses objetos enquanto monumentos possibilita sua recuperação pela memória coletiva (LE GOFF, 2003).

Enquanto monumentos, trata-se também de reconhecer a interferência dos arquivistas sobre os arquivos, que, a partir de critérios sobre o que tornar ou não disponível, acaba por influenciar a percepção sobre os arquivos – e por extensão, sobre o próprio passado (COOK; SCHWARTZ, 2004).

A concepção dos arquivos enquanto monumento aproxima também a perspectiva legoffiana de se tratar os documentos monumentos em série (2003) com os arquivos dos cenários atuais e portanto virtuais, vistos agora em rede, conforme Cook (2012). Isso possibilita afirmar que os arquivos em rede demandam muito mais operações técnicas e processos de arquivamento do que informações sobre o próprio conteúdo dos arquivos, o que interfere no que deve ou não ser arquivado (e portanto tornado monumento) (ZAMMATARO; MONTEIRO, 2017). De modo análogo – guardadas as respectivas temporalidades, para não cairmos no anacronismo – na perspectiva de Le Goff (2003) não se faz uma seleção dos monumentos, mas promove-se a sua seriação ao colocá-los em

conjunto com outros monumentos.

A compreensão e o reconhecimento dos arquivos enquanto monumentos coloca-se, assim, como fundamental para edificar uma perspectiva crítica nas pesquisas em Arquivologia, contribuindo para que suas incursões teóricas e epistemológicas demonstrem os arquivos (e os arquivistas) como lugares de poder, de disputas hegemônicas e contra hegemônicas, legitimando determinados discursos e perpetuando um recorte da memória para a posteridade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. O estudo como forma de pesquisa. In: Carvalho, Maria Cecília M. de (org.). *Construindo o saber – Metodologia científica: fundamentos e técnicas*. 18ª ed. Campinas: Papyrus, 2007.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>. Acesso em: 6 mar. 2021.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FVG, v. 1, n. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>. Acesso em: 6 mar. 2021.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. Tradução de Cylaine Maria das Neves; Maria Cristina Vendrameto. *Registro*: Revista

do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba / Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, v. 3, n. 3, p. 15-29, julho 2004.

Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2004.

Disponível em:

https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_3.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2003.

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Documento, arquivo e formas de representação da realidade. In: CUEVAS CERVERÓ, Aurora et al. (coord.). *Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias*. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017. v. 2. p. 32-40. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/49084/>. Acesso em: 6 mar. 2021.

SILVA, Amanda Marissa Soares da; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da. A influência da teoria Pós-Custodial de Terry Cook como prenúncio da socialização da arquivística, do arquivista e dos arquivos, *Racin*, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 99-114, jul./dez. 2016. Disponível em:

http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo06.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias. *Arquivologia na Pós-modernidade: a era da pós-custodialidade e do “mal de arquivo” derridiano*. 2013. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual de Londrina, Uel, Londrina, 2013.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; MONTEIRO, Silvana Drumond. Arquivo e memória: entre a Arquivologia Pós-Custodial e o

conceito de arquivo derridiano. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (orgs.). *Memória: interfaces no campo da informação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

CAPÍTULO 2

A WEB COMO DOCUMENTO PERMANENTE E AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Raquel Silva da Fonseca

Moisés Rockembach

Jeniffer Cuty

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida na monografia de conclusão do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Com a expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), percebemos cada vez mais as mudanças que os avanços tecnológicos trazem para a Ciência da Informação (CI). O conceito de documento arquivístico tem trabalhado com essas mudanças, integrando os documentos nato digitais como parte da sua esfera de atuação profissional e científica. A pesquisa desenvolvida considera o documento *web* como arquivístico, tendo em vista a já existência de extensos arquivos da *web* nos países mais desenvolvidos do mundo. O corpus documental foi composto a partir do recolhimento de dados disponíveis no arquivo da *web* fornecido pela *Internet Archive* do jornal brasileiro O Estado de São Paulo, durante o mês de junho de 2013.

A *Internet Archive (IA)* é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 1996 por Brewster Kahle, localizada em São Francisco, EUA, com a finalidade de construir uma biblioteca

digital de *websites*¹ e outros objetos culturais em formato digital. Sua missão oficial é “promover acesso universal a todo o conhecimento”. No ano de criação, a instituição arquivava a internet em si, que ainda estava em fase de crescimento de uso. A IA compara o conteúdo da *web* com a efemeridade do jornal em formato impresso, sinalizando a importância e fragilidade do conteúdo da rede, com poucas iniciativas para preservação. Assim, a IA preconizou o único arquivamento da *web* em configuração transnacional², protegendo uma parte de conteúdo mundial. São 20 anos de história da internet, disponíveis através da plataforma *Wayback Machine* e acessíveis a todos. O volume informacional trazido com a *web 2.0*³, e a mudanças com relação à qualidade do conteúdo, faz com que o *Wayback Machine* seja o maior arquivo da *web* disponível hoje, arquivando diferentes formas de mídia, como áudios, vídeos, páginas *web*, fotografias, livros, conteúdos interativos, etc., somando, até 2015, 438 bilhões de páginas *web*, ocupando 23 *petabytes* de espaço de armazenamento (WEBER, 2017, p. 84).

¹ A *World Wide Web*, ou apenas *web*, foi criada e desenvolvida pelo engenheiro e cientista da computação Timothy John Berners-Lee, a partir de uma proposta para a manutenção geral de informação sobre experimentos realizados pela CERN, a Organização Europeia para Pesquisa Nuclear.

² Brügger foi quem cunhou o termo “transnacional” para se referir ao início do arquivamento da *web* proposto pela *Internet Archive*. Segundo o autor, o IA tinha como proposta mostrar o valor potencial que as *web pages* tinham numa época em que esse valor não era evidente. Por esse motivo, o escopo da IA sempre foi arquivar a *web* mundial, e não apenas o conteúdo produzido nos EUA (BRÜGGER, 2011, p. 31).

³ A *web 2.0* surgiu como conceito numa conferência entre O’Reilly e a *MediaLive International*, a partir da discussão sobre a perda de importância dos domínios *dot com*, ao mesmo tempo que outras formas de relações profissionais estavam ganhando importância através da *web* no início dos anos 2000.

A estratégia básica de arquivamento do *IA* é via *snapshots*, ou “capturas”, em que todo o material recolhido pelos *crawlers*⁴, uma ferramenta robótica que arquivava material a cada 8 semanas. O *IA* começou com uma pequena coleção selecionada em torno de eventos políticos, arquivando as páginas dos candidatos à Presidência dos EUA no ano de 1996 (BRÜGGER, SCHOREDER et al., 2017, p. 6). Entretanto, o volume de informação adicionada não resultou numa organização de recuperação de conteúdo por temas⁵, nomes ou locais, e não há qualquer organização arquivística ou biblioteconômica dos dados que auxilie nessa recuperação. Esse é o maior problema atual da plataforma *Wayback Machine*: é necessário que se tenha a *url*⁶ de uma página que deseja ser recuperada para obter uma busca segura em seu banco de dados (BRÜGGER, SCHOREDER et al., 2017, p. 11).

A autora Jinfang Niu escreveu em 2012 um texto didático sobre o tema, para os cursos de graduação relacionados com Biblioteconomia e Arquivologia nos EUA (NIU, 2012). A autora afirma que o *IA* trabalha com arquivamento em massa, lidando com um grande volume de informações, mas que o repositório captura apenas páginas que estão na superfície da *web* (NIU,

⁴ *Crawler* ou *web crawler* é um robô da internet que auxilia na indexação da *web*. Eles rastreiam uma página *web* em determinado momento até que todo o conteúdo da mesma seja indexado. A página *web* para ser rastreada e indexada por um *crawler* precisa ter em seu *html* códigos que permitam a indexação. É em função da variação de códigos *html* que alguns *hyperlinks* não são indexados pelo *crawler*.

⁵ Depois da pesquisa já concluída, a busca por temas está disponível em caráter experimental na plataforma. No entanto, as buscas são escassas e por vezes incoerentes. Ter o endereço da página ainda é a forma mais segura de resgate de informação.

⁶ *Url*, ou *Uniform Resource Locator*, é o endereço de uma página na internet, bem como o seu protocolo de acesso.

2021). A hierarquia da *web* relaciona-se com a importância de cada *web page* tem na internet, baseando-se no número de acessos, alcance e interação que a página tem com internautas, empresas, entidades governamentais e não governamentais, etc. A seleção de conteúdo arquivado no *Wayback Machine* é, geralmente, priorizada a partir dessa importância. Existe a possibilidade de intervenção humana na escolha do conteúdo, em que os internautas que conhecem a plataforma podem guardar qualquer *url* inserindo no local denominado “*save this page*” na página inicial do *Wayback*. Todavia, a maior parte do conteúdo é selecionada por *crawlers*.

Para realizar em caráter amostral uma análise de como o arquivamento da *web* é realizado, este trabalho optou por escolher uma página *web* que atendesse os requisitos colocados pela autora Niu (2012). Dessa forma, optamos por pesquisar uma página *web* de um dos maiores jornais brasileiros, O Estado de São Paulo, em um momento importante da nossa história recente: as manifestações contra o transporte público do país que culminou na movimentação em massa conhecida como “Jornadas de Junho” de 2013. A pesquisa fez um levantamento dentro da plataforma dos *snapshots* feitos do site, muitas vezes tendo mais de uma versão do jornal por dia disponível. Recolhendo majoritariamente dados referentes as manifestações, terminamos a pesquisa com um *corpus* documental de mais de 500 documentos disponíveis.

2 ARQUIVAMENTO DA WEB – INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

O referencial teórico utilizado para tratar do tema combinou autores da Ciência da Informação (CI) em estreito diálogo com as Ciências Humanas, já que a complexidade da fonte exige um diálogo heterogêneo. Devido aos poucos trabalhos realizados sobre o tema no Brasil, buscamos na literatura científica estadunidense o principal complemento para a base teórica.

Em discussão sobre como os novos formatos documentais tem se centrado nas formas digitais, Rockembach fez um levantamento de pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema, recuperando artigos científicos da base de dados *Scopus* (2018). Segundo o autor, a qualidade da coleta é fundamental para um melhor arquivamento e recuperação da informação (2018), e aponta que:

Conforme colocado por Hockx-Yu (2012), isto significaria tentar armazenar de forma idêntica ao que vemos ao acessar diretamente um site web, contudo, por uma série de fatores, como scripts dinâmicos, streaming de mídia, estruturas das redes sociais e conteúdo baseado em banco de dados, torna-se necessário garantir a qualidade a partir de quatro aspectos também enquadrados por Hockx-Yu (2012), que trazem mais ênfase ao conteúdo do que ao visual gráfico: I. Se o conteúdo pretendido foi coletado integralmente; II. Se o conteúdo intelectual, em oposição ao estilo e layout, pode ser reproduzido na ferramenta de acesso; III. Se a cópia coletada pode ser reproduzida, incluindo o comportamento presente no site ao vivo, como a capacidade de navegar interativamente entre links;

IV. Se há a manutenção da aparência de um site.
(ROCKEMBACH, 2018, p. 06-07)

Rockembach (2018, p. 9) ainda comenta sobre as implicações legais acerca do arquivamento, afirmando que os usos da informação arquivada implicam não somente em problemas legais, mas também éticos, que não estão explícitos numa página *web*.

A literatura científica estadunidense sobre o tema do arquivamento da *web* foi uma das bases teóricas da pesquisa, bem como nos proporcionou ferramentas para compreender as implicações legais e éticas dessas novas fontes documentais. O livro *The Web as History*, editado no ano de 2017 pela UCL, é a primeira obra de fôlego sobre o tema, com uma coletânea de artigos sobre pesquisas na área (BRÜGGER; SCHOREDER, 2017). Na introdução do livro, Niel Brügger e Ralph Schoreder oferecem um panorama sobre a história da *web*, chamam a atenção para a importância da informação *online* como elemento de prova em processos jurídicos, bem como para movimentos sociais e políticos (BRÜGGER; SCHOREDER, 2017, p. 1). Eles reiteram o valor do arquivamento proposto pela IA (BRÜGGER; SCHOREDER, 2017, p. 7), questionando como esses arquivos se constituem, como eles são coletados, organizados e como tornar essa informação disponível a pesquisadores (BRÜGGER; SCHOREDER, 2017, p. 9-10).

O autor Matthew S. Weber, que escreve um capítulo da coletânea intitulado "*The tumultuous history of news on the web*", tem o jornal como fonte principal de pesquisa, e oferece um panorama do desenvolvimento dos sites de notícias na *web* (WEBER, 2017, p. 83). Devido a fluidez do conteúdo da *web*, Weber (2017, p. 85) salienta que a informação jornalística pode

ser facilmente suprimida, alterada ou completamente deletada. Além disso, o autor comenta o impacto da *web 2.0* para a interatividade e produção de conteúdo jornalístico, afirmando que o jornal virtual atinge um período de “maturidade” em 2010, passando a produzir conteúdo exclusivo online (WEBER, 2017, p. 89). O estudo do autor é relevante para considerarmos a evolução do site resgatado no arquivo, já que trabalha com páginas de jornais.

Para trabalhar com o conceito de Informação, recorreremos aos autores Capurro e Hjørland em texto clássico para a disciplina da CI (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Segundo os autores, “informação” contém uma característica específica para a matéria, estando intimamente ligada com o conceito de comunicação do conhecimento, referindo-se ao processo de transformação do conhecimento, sua seleção e interpretação dentro de um determinado contexto (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 150). Para fins desta pesquisa, salientamos a questão da seleção da informação no texto quando os autores trazem para a análise o receptor da informação, o usuário. Segundo eles, a teoria semântica de Dretske faz uma distinção entre informação e significado, entendendo que a informação não requer um processo interpretativo para existir, embora esse ponto seja fundamental para aquisição de conhecimento (Ibidem). Ainda sobre Dretske, um ponto que nos parece fundamental para a pesquisa, quando o autor afirma que “[...] não há informação falsa, mas há significado sem verdade [...]” e, do mesmo modo, “[...] informação é capaz de produzir conhecimento e uma vez que o conhecimento requer verdade, a informação também a requer.” (DRETSKE apud CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 170).

2.1 As Jornadas de Junho de 2013: um exemplo de estudo de caso

Em nosso trabalho de conclusão de curso, apontamos sistematicamente como o levantamento das fontes disponíveis no IA foi realizado. O acesso aos dados se dá através de *links* do site buscado (no nosso caso, a *url* do jornal O Estado de São Paulo), em que a plataforma gera o levantamento de todos os *snapshots* disponíveis para aquela determinada *url*. Dessa forma, fizemos um levantamento do primeiro e último *link* disponíveis para cada data do mês de junho de 2013, e pudemos perceber as edições do formato do jornal e dos textos disponíveis no período de um dia.

Ao tecer a ética da memória em Walter Benjamin, a autora Mattos (2016) recorre ao pesquisador Ricardo Timm de Souza para chamar a atenção de um hábito do pensamento representacional, que “não consegue lidar senão com presenças”, em que a sociedade estaria vivendo em delírio prisioneiro dessa presença (MATTOS, 2016, p. 92-93). Relacionando Walter Benjamin com Jacques Derrida, Mattos afirma que a proposta do seu trabalho, da ética da memória, escaparia das ideias representadas no presente (MATTOS, 2016, p. 93), se colocando nos estilhaços que estão para além do presente. A autora Pires (2014) coloca:

Ao redefinir o conceito de verdade e recuperar a linguagem como campo para a resignificação do sujeito e da história, a obra de Benjamin apresenta-nos caminhos que levam a um diálogo entre o conhecimento e a verdade; a sensibilidade e o entendimento: ‘Benjamin reivindica para as ciências humanas outra forma de expor a verdade, forma que se distingue profundamente do que chamamos

conhecimento empírico do real e, portanto, questiona os limites rígidos da racionalidade técnica, preconizando um tipo de conhecimento que inclui as paixões e as utopias indispensáveis à vida, sem as quais não há humanidade possível'. (SOUZA, 2009, p. 187 apud PIRES, 2014, p. 816).

Pires (2014) analisa a questão da linguagem em Walter Benjamin ressaltando que a palavra é um meio para o autor, uma forma de comunicar conteúdos ou transmitir informações, em que a atividade intelectual capaz de gerar ideias e conceitos se comunica *na* linguagem, ou seja, toda a atividade intelectual só se realiza *na* linguagem (PIRES, 2014, p. 820-821, grifos da autora). Vimos na pesquisa que as fontes analisadas recordam de momentos do presente, com fotos, análises políticas com informações diagramadas, narrações minuto a minuto sobre acontecimentos de um dia, num esforço para reter partes daquele presente para o futuro. Contudo, as ausências dos dados podem ser vistas como um escape da construção desse presente, como os estilhaços colocados por Mattos (2016).

Nas fontes analisadas, o dia 17 de junho de 2013 conta com 13 capturas no total, com 11 *links* disponíveis para acesso, e dispõe capturas maciças na hierarquia da página, muito maior do que realizado sobre a capa. No último *link* disponível para o dia (INTERNET ARCHIVE, 2013a), a cobertura da sessão “Última Hora” acompanhava as manifestações daquele dia. A reportagem central, “Ao vivo: manifestantes chegam à Paulista” (INTERNET ARCHIVE, 2013b), foi capturada 43 vezes pelo IA, do dia 17 de junho de 2013 até o dia 03 de março de 2017. A página mantém as características analisadas anteriormente: publicada através de um *blog* com texto escrito minuto a minuto. Era a quinta manifestação para a redução da tarifa do transporte público e

seus efeitos já eram amplamente sentidos pela cidade: mais de 30 mil manifestantes nas ruas, congestionamento histórico na cidade de São Paulo, o segundo dia de manifestantes presos por porte de vinagre, violência policial como resposta às ruas tomadas.

O IA possui diversas formas de organização da informação, por curadoria e automatizadas. Dito isso, parte das capturas foram arquivadas numa coleção intitulada *“Spring 2013 Protests in Turkey”* (Primavera 2013 Protestos na Turquia), que tem o objetivo de coletar “novos artigos” que realizaram a cobertura dos protestos na Turquia. De maio a agosto de 2013, a Turquia passou por uma convulsão social desencadeada por protestos pacíficos de cunho ambiental que rapidamente se transformaram em contestação nacional ao poder federal turco. A Primavera Árabe iniciou um novo processo de derrubada de poderes estabelecidos a partir do ano de 2010, modificando o cenário político de países do Oriente Médio e norte da África, em que as redes sociais e a internet tiveram um papel fundamental para organização do movimento e disseminação de informação.

Como sabemos, o processo político nacional brasileiro tomou rumos diferentes do que àqueles experimentados pela Turquia ou pelos países árabes, mesmo que por algum momento as Jornadas de Junho tenham sido lidas como “primavera”. Contudo, através desse exemplo, podemos aferir que mesmo um arquivamento robotizado sem seleção humana prévia contém uma narrativa própria. A relação das manifestações brasileiras com os protestos na Turquia parece estranha observada hoje. Entretanto, existe uma narração exterior criada sobre essas manifestações populares em países emergentes, que qualifica arranjos políticos de formas que não imaginamos. Parte dessa

narrativa é criada justamente porque o *IA* é estadunidense, com uma agenda própria de interesses ao arquivar informações de todo o mundo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o universo *web* são múltiplas considerações necessárias para pensar a *web* enquanto documento de arquivo, e enquanto fonte efêmera passível de modificações, alterações e supressões de informação que são impossíveis de mensurar. Um arquivamento massivo, feito a revelia da subjetividade humana, traz a possibilidade de perceber essas modificações durante a construção de uma única página *web*, entretanto pelo excesso dificulta o acesso a essas fontes e a nossa capacidade de refletir sobre a mesma.

No exemplo mencionado acima, podemos perceber que apesar da perda de informação em alguns campos do arquivamento da *web*, estamos lidando não somente com o excesso de informação, mas também com o excesso de narrativas possíveis sobre essa informação. Benjamin (2012) afirma que a memória é uma faculdade épica por excelência e, não obstante, é o ato de rememorar a musa da poesia épica para os gregos. Segundo o autor, “a rememoração funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa mais épica no sentido mais amplo. Entre elas, encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador” (BENJAMIN, 2012, p. 228). Narração enquanto ato é fundamental para o rememorar, revisitando uma história ela passa a ter sentido a cada nova geração.

Um Arquivo dispõe de fontes. Pode ser entendida como

memória bruta, que ganha sentido através de uma narração criada a partir delas. Uma análise amostral da plataforma IA demonstra o potencial que um arquivo tem. Todavia, os Arquivistas não são agentes passivos do processo. Nós mesmos temos que narrar nossos processos organizativos, que dão sentido a guarda, seleção, avaliação e organização dos documentos. Porque fazemos o que fazemos, e como o fazemos. Rememorar o passado com o auxílio dos arquivos também atravessa uma narrativa do nosso fazer profissional. Se a linguagem ressignifica o sujeito, a narração analítica sobre como um arquivo é organizado também é capaz de ressignificar nossa profissão.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BRÜGGER, Niels. Web archiving – Between Past, Present and Future. In: CONSALVO, Mia; ESS, Charles (Ed.). *The handbook of internet studies*. [s. l.]: John Wiley & Sons, 2011.

BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph (Ed.). *Web as History: Using Web Archives to Understand the Past and the Present*. [s. l.]: UCL Press, 2017.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. The concept of information as we use in everyday. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

INTERNET ARCHIVE. 2013a. Disponível em:
<https://web.archive.org/web/20130617224917/http://www.estadao.com.br/>. Acesso em: 12 nov. 2018.

INTERNET ARCHIVE. 2013b. Disponível em:
<https://web.archive.org/web/20130617214101/http://blogs.estadao.com.br/estadao-urgente/manifestantes-fazem-quinto-ato-contra-o-aumento-da-tarifa-de-onibus-em-sao-paulo/>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MATTOS, Manuella Sampaio de. *Ética da memória em Walter Benjamin*: um ensaio. Porto Alegre: Editora Bestiário, 2016.

NIU, Jinfang. An overview of web archiving. *D-Lib magazine*, v. 18, n. 3/4, 2012.

PIRES, Eloiza Gurgel. Experiência e linguagem em Walter Benjamin. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 813-828, set. 2014.

ROCKEMBACH, Moisés. Arquivamento da Web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. *RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 16, n. 1, jan./abr. 2018.

SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sônia. *Política, cidade e educação*: itinerários de Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2009.

WEBER, Matthew S. The tumultuous history of news on the web. In: BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph (Ed.). *Web as History: Using Web Archives to Understand the Past and the Present*. [s. l.]: UCL Press, 2017.

CAPÍTULO 3

A ARTE COMO DOCUMENTO: LIVROS DE ARTISTAS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVOS

Helena Cancela Cattani

Valéria Raquel Bertotti

1 INTRODUÇÃO

A arquivologia como ciência desenvolveu-se ao longo do século XIX e XX como uma resposta à necessidade existente de guarda e tratamento de documentos de caráter jurídico-administrativo. Porém a concepção de arquivos como uma instituição data da Antiguidade Clássica, com o armazenamento de documentos em locais conhecidos como Metroon, templos sagrados dedicados a deusas mitológicas (SCHELLENBERG, 2006). Ao longo da história da civilização ocidental a constituição de locais específicos para a guarda de documentos, normalmente ligados a questões governamentais, sempre esteve presente. Porém foi ao final do século XVIII, com a Revolução Francesa, que se iniciou alguns dos movimentos de mudança na concepção dos arquivos e sua relação com a sociedade. As características existentes no movimento revolucionário francês trouxeram uma série de mudanças estruturais para aquela sociedade, sendo uma das consequências a relação dos arquivos como elementos constituintes da memória nacional, devendo ser tutelados pelo Estado e assumindo seu papel público. Essa mudança no paradigma dos arquivos como instituição foi importante para dar luz à necessidade do estabelecimento de princípios e conceitos

que pautassem a sua estruturação, não sendo apenas um local para o depósito de documentos.

Ao final do século XIX e primeira metade do século XX, a partir da publicação de livros de pesquisadores e arquivistas europeus e americanos sobre o tema, conceitos e termos básicos referentes ao tratamento de documentação arquivística começaram a ser elaborados e definidos. Ao longo do século XX, teóricos da área passaram a aprimorar esses conceitos e estabelecer de forma mais precisa os limites de atuação dos arquivistas, bem como formular as bases teóricas para o desenvolvimento de sua atividade.

A pesquisa apresentada nesse capítulo se desenvolveu a partir de um questionamento teórico mais amplo – qual seria o limite para a definição de um documento de arquivo? Ao estruturar os primeiros parâmetros teóricos da arquivologia, no século XIX, é compreensível que a concepção de documentos e arquivos fossem limitados ao contexto da época, priorizando documentos administrativos de caráter físicos e em sua vasta maioria textuais. Porém no século XXI, com a consolidação da informática e produção de documentos nato digitais por mais de duas décadas, não é mais possível limitar o documento de arquivo apenas como aquele papel contendo informações textuais, ou no máximo uma fotografia anexada a um documento textual? Embora essa prerrogativa tenha auxiliado uma gestão mais qualificada da documentação, as tipologias documentais que não se enquadram nesse escopo acabam ficando a margem da teoria arquivística

Buscando explorar em parte dessa lacuna existente na teoria arquivística, essa pesquisa se desenvolveu ao longo do segundo semestre de 2019 como trabalho de conclusão de curso

em arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Teve como principal objetivo analisar, a partir de um estudo de caso, como documentos de arquivos pessoais também possuiriam as características presentes de um documento de arquivo. Embora as tipologias documentais presentes em arquivos pessoais sejam múltiplas, para o desenvolvimento qualificado do estudo, se optou por selecionar apenas uma tipologia – Livros de Artistas. Foram escolhidos dois autores gaúchos, Airton Cattani e Maria Lucia Cattani, e cinco obras de suas autorias – “40 microcontos experimentais” e “Poema das quatro palavras”, de Airton Cattani; e “Quadrantes / Quadrants”, “2 sides / 2 lados” e “Um ponto ao sul” de Maria Lucia Cattani

2 CONCEITOS E METODOLOGIA

A pesquisa se estruturou a partir de conceitos teórico básicos da arquivística, arquivos, documentos de arquivos, livro de artistas e análise diplomática. Para tanto, o estudo de publicações sobre os conceitos de documentos de arquivo e contexto arquivístico, todos no contexto de arquivos pessoais, e livro de artista, a partir de uma metodologia de análise diplomática e tipológica das obras, surgiram como um imperativo para que a pesquisa fosse desenvolvida de forma adequada. A leitura de autores como Ana Maria de Almeida Camargo, Rosely Cury Rondinelli, Luciana Duranti, Heloisa L. Bellotto, Lucia Maria Velloso de Oliveira e Paulo Silveira corroboraram os pressupostos teórico-metodológicos que auxiliaram o desenvolvimento satisfatório desta pesquisa.

O Museu de Arte Moderna de Nova York – Museum of Modern Art (MoMA), instituição que possui uma das maiores coleções de Livros de Artista define esse tipo de publicação como

[...] publicações concebidas, elaboradas e ilustradas por artistas, muitas vezes publicadas pelos próprios autores ou por organizações de arte em larga escala ou sem edição definida. Estes livros são normalmente impressos de forma comercial através da técnica de fotolitografia (offset) e têm como objetivo ser uma forma de arte acessível. (MoMa, c2021.)

Embora um pouco limitada quanto ao escopo possível da abrangência de formatos e características que esse tipo de obra possa oferecer, essa definição apresenta algumas das características essenciais desse tipo de publicação, como aspectos referentes à edição e autoria da obra. A busca pela origem do conceito dos livros de artista, bem como algumas das primeiras publicações, é um tanto quanto complicada. O termo em si possui diversas nomenclaturas, podendo ser conhecido como livro-arte, livro-objeto, livro de arte, entre outros. Para o uso desta pesquisa se optou pelo uso do termo **livro de artista** que, segundo o pesquisador Paulo Silveira, referência nacional no tema, é “obra referente ao produto específico gerado a partir das experiências conceituais dos anos 1960.” (SILVEIRA, 2012).

A partir da definição dos conceitos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa partiu-se para a definição da metodologia da mesma. A escolha pela análise diplomática também se deu a partir da definição do conceito e da apropriação do mesmo para o escopo da pesquisa. Ao realizar a análise diplomática de um documento presume-se que o mesmo siga algumas regras ou normas. As regras do documento, ou sua forma, são essenciais para a análise diplomática, pois refletem as ideias ou fatos que contém no documento. Ao reconhecer o documento por suas regras é possível fazer a sua análise

diplomática. Entretanto, é possível reconhecer o documento de forma ampla com a identificação de certos elementos base, mas apenas tendo o contexto em que esse documento foi produzido que será possível uma análise diplomática. Quando falamos de documentos administrativos de uma instituição tem-se o estatuto ou contrato social como as normas a serem seguidas em tal estabelecimento. O espectro de regras que gere um documento pode ser amplo o suficiente para termos apenas as regras da língua portuguesa como parâmetro, ou bem específico como no caso de um contrato de compra e venda por exemplo. Porém essa realidade funciona para documentos que possuam apenas elementos textuais. Como fazer essa análise em algo que possui regras, parâmetros extremamente flexíveis – como é o caso da arte? Enquanto a característica de uma obra pode inseri-la em uma escola / linha conceitual, ela não deixa de ser uma obra por não seguir tais características. Porém, se um contrato social de uma empresa não possui os elementos básicos que um contrato deve ter, ele deixa de ser um contrato, passa a ser outro tipo de documento. No caso do livro de artista, a análise diplomática não pode necessariamente se prender apenas aos aspectos legais de um documento, a uma estrutura externa pré-estabelecida.

Em uma análise diplomática de um livro de poemas pertencente a um arquivo pessoal, Ana Maria de Almeida Camargo (1998) aponta características presentes na obra que auxiliam seu desenvolvimento. Porém, tanto o documento quanto os elementos que o constituem são elementos textuais, com símbolos e códigos padronizados. Como fazer quando esses códigos não existem? Como cita Camargo, os recursos gráficos e léxicos fazem parte do desenvolvimento do discurso escrito. Documentos que não possuem elementos textuais, ou que esses

não tenham uma estrutura organizada, tornam-se mais difíceis de serem analisados a partir do estabelecido pela análise diplomática. Ao transportar esse questionamento para arquivos de criadores (artistas de múltiplas vertentes, coreógrafos, arquitetos, designers, atores), torna-se atualmente muito complicado a tentativa de realizar um tratamento aos seus acervos documentais que não encontrem elementos comuns à teoria arquivística. Aspectos jurídico-legais de sua prática vão ressoar com a prática arquivística, porém seu processo criativo, seu fazer prático, muitas vezes registrado a partir de elementos desconhecidos ou não considerados nas ciências da informação, acabam esquecidos e perdidos ao longo de seu processo de criação. Qualquer que seja o documento, ele possui informações e parâmetros básicos, não tendo necessariamente validação jurídica, mas de valores sociais (CAMARGO, 1998).

3 OBJETOS DA PESQUISA

Os autores dos livros de artista escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa são de autoria da artista plástica Maria Lucia Cattani e do designer Airton Cattani. Embora exista uma relação familiar da pesquisadora com os objetos de pesquisa⁷ a escolha dos mesmos não transpassou em seu desenvolvimento aspectos sentimentais provenientes de uma relação familiar, pois as obras selecionadas apresentam características peculiares que transcendem essas relações, chanceladas em instâncias externas como exposições em galerias e premiações recebidas pelas obras, bem como por citações em bibliografia especializada. Embora esse distanciamento seja

⁷ Airton Cattani e Maria Lucia Cattani são respectivamente pai e tia de Helena Cancela Cattani.

mantido durante a análise, alguns aspectos referentes ao contexto de produção das obras foram obtidos apenas por essa relação de proximidade. É compreensível que essa é uma especificidade desse trabalho e não de um contexto geral do fazer arquivístico em relação a obras de arquivos pessoais.

Maria Lucia Cattani (1958-2015) foi uma artista plástica gaúcha, professora do Instituto de Artes da UFRGS (IA/UFRGS) entre os anos de 1985 e 2015. Nasceu em Garibaldi, Rio Grande do Sul e desenvolveu sua trajetória acadêmica no próprio IA, onde graduou-se bacharel em Artes Plásticas em 1981. Sua formação acadêmica continuou com seu mestrado, doutorado e pós-doutorado realizados respectivamente no Pratt Institute, em Nova York (1992); na University of Reading (Inglaterra) (1997); e na University of the Arts London (Inglaterra) (2008); bem como realizou ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000 uma série de residências artísticas na Europa e Ásia.

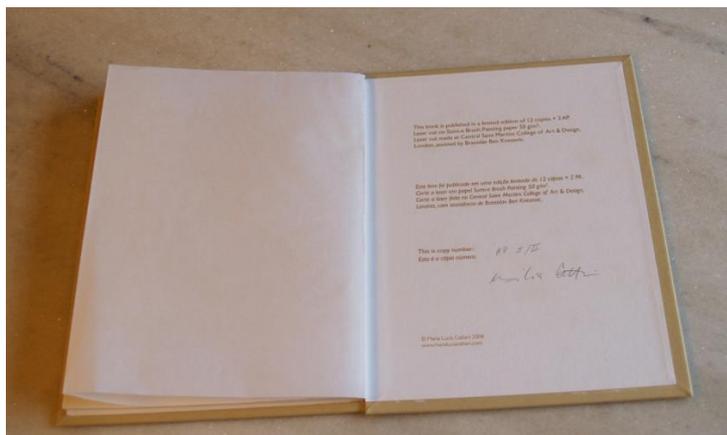
Airton Cattani (Garibaldi, 1955) é professor de Design Gráfico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde o ano de 1989, onde iniciou como professor do curso de Arquitetura e Urbanismo. É Mestre em Educação pela UFRGS (1994) e Doutor em Informática na Educação pela UFRGS (2001). Desenvolveu pesquisa de Pós-doutorado no Centre d'Archives d'Architecture du XXe siècle da Cite de l'Architecture et du Patrimoine, em Paris (2009-2010) e na École d'Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris (2016).

Embora a produção artística de Maria Lucia e Airton perpassasse as décadas de 1990 a 2010 e suas publicações sejam vastas não seria possível a utilização de todo o acervo no escopo escolhido. Portanto, a partir de uma análise das obras existentes, foram selecionados três livros de Maria Lucia (livros “2 sides / 2

lados”, de 2008; “Quadrantes / Quadrants”, de 2008; e “Um ponto ao Sul” de 2011) e dois livros de Airton (“40 microcontos experimentais”, de 2012; e “Poema das quatro palavras”, de 2015) para a análise proposta.

A primeira obra analisada de Maria Lucia é “2 sides / 2 lados”. Foi desenvolvida no ano de 2008, em um total de 12 cópias. A montagem e impressão do livro foi realizada na Central Saint Martins College of Art & Design, em Londres com a assistência de Branislav Ben Knezevic. Todas as cópias possuem assinatura da autora, sendo as únicas informações textuais do livro os elementos técnicos relativos à sua produção (Figura 1).

Figura 1 - Maria Lucia Cattani (1958-2015) “2 sides / 2 lados” (2008)



Fonte: Cattani (2019a).

A segunda obra de Maria Lucia analisada, intitulada Quadrante – Quadrants, também foi lançada em 2008, como parte integrante do trabalho de mesmo nome. Segundo descrito pela própria autora no livro “o trabalho consiste neste livro e quatro caixas, cada qual contendo um painel e gravuras dos outros três painéis”. Assim como os demais livros de artista de Maria Lucia, esse teve uma edição reduzida, de apenas 10

exemplares, todos identificados e assinados pela autora, havendo assim apenas exemplares únicos. (Figura 2).

Silveira define a obra *Quadrantes / Quadrants* como “uma proposta mais audaciosa e envolvente, que se concretiza por estar simultaneamente em quatro bibliotecas. Trata-se de uma obra composta, tendo por eixo um grupo de quatro caixas (no formato 38,5 x 33,5 x 7 cm). Cada caixa abriga um painel original em tinta acrílica e gesso com os grafismos característicos recortados (pequenas incisões a laser transpassando a superfície, inspirados na escrita cuneiforme). O painel é individualizado, correspondente à biblioteca que o possui. É acompanhado por três gravuras (em jato de tinta e corte a laser), correspondentes aos painéis também originais que estão em outros três acervos universitários (SILVEIRA, 2012).

Figura 2 - Maria Lucia Cattani (1958-2015) “*Quadrantes / Quadrants*” (2008)



Fonte: Cattani (2019d).

A terceira obra de Maria Lucia foi desenvolvida no ano de 2011 e denomina-se “Um ponto ao Sul”. O diferencial desta obra é que ela foi desenvolvida em dois formatos. A brochura

mencionada acima por Silveira, e uma versão única, medindo 35cm x 29cm x 4cm, doada à Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul⁸. Esta versão é envolta em uma caixa vermelha, de mesma tonalidade do livro, contendo as obras originais do projeto (Figura 3).

Figura 3 - Maria Lucia Cattani (1958-2015) “Um ponto ao Sul” (2011)



Fonte: Cattani (2019e).

O primeiro livro de Airton Cattani, 40 microcontos experimentais, foi lançado no Studio Clio, em Porto Alegre, em setembro de 2011 pela editora Marcavisual. O livro foi produzido pelo autor de forma manual, em um total de 100 unidades comercializadas e 23 unidades horscommerce (não comercializados), cada qual numerada e identificada. Cada livro foi acondicionado em uma estrutura de papelão (berço) de 28,5cm de altura por 21,5cm de largura com profundidade de 4,5cm. A frente uma fita de cetim bordô com o título da obra e o nome do autor. O livro em si possui uma impressão contínua, como se fosse uma sanfona. Em um lado a impressão dos 40 microcontos escritos pelo próprio autor, cada conto em uma

⁸ O acervo de Maria Lucia Cattani possui uma unidade desta versão.

diagramação específica, e do outro uma série de imagens que, uma vez vistas em sequência, formam uma animação de uma pessoa subindo / descendo uma escadaria (Figura 4).

Figura 4 - Airton Cattani (1955) “40 Microcontos experimentais” (2011)



Fonte: Cattani (2019b).

O segundo livro de Airton Cattani intitula-se “Poema das Quatro Palavras”. Segundo o próprio autor o livro foi idealizado no verão de 2014 e concluído no verão de 2015. Sem identificação de editora, apenas a gráfica de impressão (ANS Gráfica), o livro é identificado pelo autor como um livro de artista e possui numeração própria em cada unidade. O livro está inserido em um envelope vermelho com um lacre adesivo no qual está impressa a seguinte mensagem “Poema das Quatro Palavras – Abra quando estiver sozinho”.

Assim como o livro anterior, Airton repete a característica de fazer a abertura inicial do livro uma experiência única – uma vez que para abrir o envelope e revelar o livro é necessário romper o lacre ou rasgar o envelope. Essa característica permite que existam livros que não tenham sido abertos até hoje. O livro

possui 92 páginas, todas em papel vegetal contendo a frase “Uma parte de mim” impressa em múltiplas combinações⁹ (Figura 5). O arranjo das páginas foi feito de forma aleatória, assim possibilitando a existência de exemplares únicos, visto as múltiplas ordens das páginas.

Figura 5 - Airton Cattani (1955) “Poema das Quatro Palavras” (2015)



Fonte: Cattani (2019c).

4 A ARTE COMO DOCUMENTO

A proposta inicial da pesquisa, analisar a possibilidade de documentos de caráter não jurídico-administrativo também possuírem características de documentos de arquivo, foi o elemento que estruturou o estudo das obras citadas previamente. As cinco obras analisadas fazem parte do conjunto documental de seus produtores e foram desenvolvidas em um contexto de produção próprio. Por mais que parte delas não sejam integralmente caracterizadas como documentos textuais, todas possuem elementos e informações registradas em um suporte, e por tal razão já poderiam ser consideradas como

⁹ Rands (2016) é a versão condensada deste livro.

documentos. Entretanto ao ampliar a análise e incluir os princípios fundamentais da arquivística – proveniência, unicidade, organicidade e indivisibilidade – é possível admitir que todos os livros de artista pertencentes a esta pesquisa possuem esses elementos. São obras que integram o conjunto documental de seus produtores, sua tipologia é ampla e não se limita apenas a uma espécie documental tradicional, seja esse livro, obra de arte ou livro de artista. São obras únicas, pois todas elas possuem identificação numerada e assinada por seus autores e em alguns casos, como nos livros de Airton, cada obra é aberta pelo leitor em um momento específico e de uma forma, sem interferência do produtor. São documentos de arquivo que não se limitam apenas a uma função específica, sua recepção é única e variada, não produzindo uma mesma resposta por parte de seu receptor. Os elementos citados por Bellotto para a identificação diplomática de um documento (autenticidade; datação; proveniência; tradição documental; e fixação do texto) estão presentes nas obras apresentadas previamente, bem como os elementos de identificação tipológica (proveniência; vinculação e funções com a entidade acumuladora; associação entre espécie e tipo documental; conteúdo; e datação) (BELLOTTO, 2002). Pensar o livro de artista como uma tipologia documental requer abrir mão de aspectos rígidos existentes na diplomática, e na teoria arquivística em geral, pois são obras que se aproximam da subjetividade presente na arte. A não existência de um conjunto de regras que definem o livro de artista também é uma questão existente no campo das artes visuais.

A dualidade existente na concepção do livro de artista já se apresenta como uma questão para as ciências da informação. Pode ou não possuir elementos básicos que o definem como livro,

pode ser ou não em um formato específico, pode ou não ter elementos textuais. Ao abordamos o livro de artista como uma tipologia documental também inferimos as mesmas possibilidades. A teoria arquivística delimitou a estrutura do documento de arquivo a partir de regras que se aplicam a tipologias específicas, normalmente documentos textuais e de caráter administrativos. Quando se distancia deste escopo parece existir uma resistência em pensar como tratar esses documentos.

As obras analisadas possuem estrutura física de livro, possuem páginas sequenciadas, porém as páginas são independentes em sua leitura. Definimos esses livros como documentos de arquivo pelas características apresentadas e pelo contexto de produção em que se inserem. Constituem-se como itens documentais dos arquivos em que estão inseridos, pelas características apresentadas não possuem elementos para serem identificados apenas como itens de coleção.

Embora nas últimas duas décadas a arquivologia tenha avançado em relação aos questionamentos teóricos produzidos a partir das pesquisas em arquivos pessoais, ainda é necessário um grande avanço na identificação de questões teórico-metodológicas específicas para estes contextos. São necessários avanços nas diferentes tipologias documentais existentes, ampliando o escopo documental da área e explorando além dos arquivos de caráter administrativo.

5 POSSIBILIDADES FUTURAS

É possível compreender a teoria arquivística como uma área ainda em expansão. As possibilidades de desenvolvimento teórico em relação às diferentes funções arquivísticas são muito

amplas. A forma como a área se desenvolveu ao longo do século XX, como uma resposta as necessidades existentes no meio, deu margem à existência de lacunas e vazios ainda não explorados por pesquisadores e arquivistas. O desenvolvimento da presente pesquisa buscou dar um passo inicial em uma dessas lacunas em relação aos arquivos pessoais. Foi possível observar uma escassa ocorrência de pesquisas produzidas relativas ao tema em língua portuguesa, o que provou ser uma dificuldade de desenvolver, de forma mais qualificada, alguns dos argumentos propostos. No levantamento bibliográfico realizado no início da pesquisa, foi possível identificar também o distanciamento existente entre a pesquisa sobre o tema produzida no Brasil e em outros países expoentes na arquivística, como Canadá, Estados Unidos, Portugal e Espanha. A literatura arquivística brasileira ainda está muito baseada na compreensão do documento arquivístico existente dentro de uma esfera administrativa estruturada, embora essa realidade tenha começado a se alterar nas últimas décadas. A própria definição de documento de arquivo limita-se muitas vezes a um contexto de produção muito específico que, quando retirado de tal, torna-se de difícil compreensão. Entende-se que as necessidades existentes na esfera administrativa foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento mais contínuo da área no país, portanto é compreensível essa relação mais próxima. Em oposição à essa rigidez técnica existente na Arquivologia existe a fluidez da arte. Enquanto o arquivo é composto por normas e técnicas formais de atuação, a arte tem na subjetividade uma de suas principais características. Apresentados a uma mesma produção artística, dois sujeitos podem ter respostas antagônicas, e, mesmo assim nenhum deles estaria incorreto. As possibilidades de interpretação das diferentes formas de expressões artísticas são múltiplas e

individuais, que contrasta com os conceitos regrados da arquivística. Ao escolher o livro de artista como objeto de estudo dessa pesquisa buscou-se promover uma aproximação desses contextos. Enquanto a arte é poética, o arquivo é técnico. O livro de artista de certa forma representa um pouco dessa rigidez técnica existente no arquivo, observada muitas vezes a partir de seu formato; mas ao mesmo tempo é subjetivo, pode ser criado com ou sem uso de elementos textuais, pode ser um objeto único ou pode ter múltiplas unidades, pode ser pensado em conjunto com outras instalações. Ou seja, ele aglutina rigidez e subjetividade em um mesmo objeto.

Atualmente o documento de arquivo não se encaixa mais em uma caixa única, não pode ser mais visto com a mesma rigidez proposta pelos primeiros teóricos da arquivística. Hoje, o documento é uma amalgama de um contexto maior que o encapsula, faz parte de um contexto de produção mais amplo e complexo que aquele existente na primeira metade do século XX. O advento das tecnologias e a produção de documentos natodigitais são um dos exemplos dessa nova realidade existente. Enquanto no grande avanço da produção documental pós Segunda Guerra Mundial existia uma estrutura rígida na qual esse documento era produzido, atualmente, nessa era pós-custodial, observa-se uma fluidez na produção e transmissão da informação. O documento não é mais um elemento que surge apenas como a consequência de uma ação realizada, não limita-se apenas a seu papel de prova. Ele ainda possui esses aspectos, porém a eles foram atribuídas outras características. E para uma melhor compreensão desse documento é necessário repensar essa tipologia documental rígida. O documento não pode ser visto apenas de uma forma, ocupando apenas um nível de uma

estrutura administrativa. É necessário ver o documento, físico ou nato digital, textual ou não, como pertencentes a um espectro fluído, com múltiplas interpretações e encaixes teóricos. Em um segundo momento buscou-se então aplicar alguns desses questionamentos levantados pelo debate na definição do livro de artista como um documento de arquivo, quais as aproximações e distanciamentos teóricos foram observados a partir dessa análise. Com a apresentação e análise dos cinco livros utilizados nesse estudo de caso, buscou-se compreender como esta tipologia documental pode ser definida como documento de arquivo. Enquanto o livro de artista foi o exemplo utilizado para iniciar a busca por uma resposta a esses questionamentos, muitas outras tipologias documentais surgem como possibilidade de estudos futuros para uma ampliação dos estudos teóricos sobre os arquivos.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

CAMARGO, A. M. de A. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, jul. 1998.

CATTANI, A. Imagem de "2 sides / 2 lados". 2019a. Fotografia, colorida.

CATTANI, A. Imagem de "40 Microcontos experimentais". 2019b. Fotografia, colorida.

CATTANI, A. Imagem de "Poema das Quatro Palavras". 2019c. Fotografia, colorida.

CATTANI, A. Imagem de "Quadrantes / Quadrants". 2019d. Fotografia, colorida.

CATTANI, A. Imagem de "Um ponto ao Sul". 2019e. Fotografia, colorida.

MoMa. *Art and Artist: Art terms*. c2021. Disponível em: <https://mo.ma/33aWGaR>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RANDS, N. (org). *A última parede*. Porto Alegre: Marcavisual, 2016.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2006.

SILVEIRA, P. *O livro de artista como assunto acadêmico*. *Revista Estúdio*, Lisboa, v. 3, n. 6, p. 273-277, dez. 2012.

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTOS DE RECONHECIMENTO E VALIDAÇÃO DE ACERVOS INFORMACIONAS

Bonifácio Chaves de Almeida

Raymundo das Neves Machado

1 INTRODUÇÃO

A classificação tipológica de bibliotecas é diversa e se distingue em virtude da população a que tem em vista servir e do acervo e do meio organizacional da mantenedora. Independente do exemplar de biblioteca, a atuação do bibliotecário é confrontada continuamente com as habilidades profissionais necessárias ao tratamento das obras e das informações nelas contidas: a seleção, aquisição, processamento técnico, organização, gerenciamento, preservação, conservação, disseminação e circulação do acervo e da informação, assim como, se inicial, a formação, se já começada, o desenvolvimento da coleção, para que ela possa sempre encantar e seduzir o ator de maior relevância de todo o processo – o usuário.

O objetivo deste capítulo é mostrar o resultado de pesquisa realizada, em 2016, alicerçada sobre duas hipóteses: H1 – para os representantes dessas bibliotecas as bases teóricas relativas ao tema de estudo eram aplicadas com sobriedade e; H2 – apesar da estrutura multicampi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba), não se acredita na edificação de um acervo colaborativo, acerca da percepção dos responsáveis pelas bibliotecas dos campi do Ifba quanto aos

processos de formação ou desenvolvimento das coleções de materiais informacionais de sua biblioteca à vista dos preceitos da literatura da área.

2 PROCEDIMENTOS DE VALIDAÇÃO DA FORMAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DO ACERVO

Um dos exames essenciais para a constituição do modelo de biblioteca e, conseqüentemente, de suas práticas e de seu papel social se concentra em reconhecer qual é o seu usuário. Diante desse reconhecimento, atrelado à instituição de vínculo da biblioteca e à sua comunidade, a biblioteca pode, entre outras denominações, ser escolar, infantil, universitária, comunitária, pública, especializada.

Essas questões: o perfil do usuário, a instituição mantenedora e a comunidade, fazem ecoar no caso presente de estudo. O percurso histórico e o desenvolvimento da instituição investigada estabelecem vínculo com a evolução do ensino profissional brasileiro, repercutindo na oferta e modalidades de cursos lecionados, reverberando na estrutura organizacional da autarquia, incluindo a missão de suas bibliotecas. Assim, consoante com os objetivos do Ifba, suas bibliotecas combinam as tipologias de biblioteca escolar e universitária, coexistindo em único espaço.

A definição de biblioteca escolar é estampada na Lei nº 12.244/2010 que a designa como “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.” (BRASIL, 2010) De fato, a definição dada pela citada lei à biblioteca escolar traz simultaneamente características da constituição física do

ambiente assim como as interações de intervenção que os atores podem conceber no processo de aprendizado e constituição do sujeito.

Por sua vez, a biblioteca universitária, ancorada nas recomendações docentes e dos projetos pedagógicos dos cursos, demandam as exigências da educação superior. A acessibilidade do acervo pode ser centralizada – em um único espaço e gestão, descentralizada – com acervo e gestão próprios em cada unidade acadêmica, ou, ainda, caso o acervo esteja disposto num mesmo local, subdivida por áreas (VIEIRA, 2014).

As expectativas e as imposições atribuídas às bibliotecas, arquivos e centros de documentação se enquadram em conformidade com a sociedade e momento histórico. Ultrapassaram a funcionalidade de agentes de custódia da informação e passaram a atuar como facilitadores e mediadores da informação, desejosos por apresentar influência responsiva aos anseios dos seus usuários (RIBEIRO, 2010).

De acordo com Evans (1979 apud VERGUEIRO, 1989), a consecução do desenvolvimento da coleção é feita a partir das atividades de cunho igualitário, todas possuem e merecem o mesmo zelo e influência, e em processo ininterrupto e compreendem: o estudo de comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação, todas suportadas pelas atuações do profissional bibliotecário, subsidiadas pela comunidade receptora dos serviços da biblioteca, com exceção do processo de aquisição.

3 TÉCNICAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS E A CONDUÇÃO DA PESQUISA

Pensar os dispositivos metodológicos e sua adequação ao que se pretendia estudar fundamentou-se em instante crucial para o desenvolvimento e alcance dos resultados da pesquisa. Nessa feita, a partir da perspectiva teórica, objetivos e problemática, o estudo foi delineado como exploratório e quantitativo, visto que não se fazia pertinente enveredar pelas complexidades, singularidades e motivações dos fenômenos examinados, não expondo todos os requisitos para se constituir como um estudo de caso (GODOY, 2006).

A condição grafada no objetivo da pesquisa, a relação teórico-prática do fazer profissional dos responsáveis pelas bibliotecas do Ifba referente à formação e o desenvolvimento do acervo informacional, deu espaço para que o referencial teórico, conceituação abstrata a fim de explicar a realidade, propusessem os indicadores, atributos ou características que, aliados aos objetivos da pesquisa, orientassem a elaboração do questionário de pesquisa. Ainda, respaldado nas condições apontadas, o questionário foi organizado a partir de indicadores ou componentes conceituais mensuráveis de variáveis definidas, relacionadas diretamente com as hipóteses; e de variáveis de controle, possuidoras de interação com outras variáveis (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998).

O alicerce das proposições do instrumento de observação da pesquisa formatou-se da seguinte maneira: conceito – formação e desenvolvimento de um acervo informacional; dimensão – perspectiva dos responsáveis pelas unidades informacionais dos campi do Ifba; indicadores de variáveis

definidas – comunidade, política de desenvolvimento de coleções (PDC), seleção, avaliação, aquisição, desbastamento; indicadores variáveis de controle – currículo, experiência profissional, controles internos, educação continuada.

A aferição das opiniões dos respondentes sobre a problemática de pesquisa, uma vez que uma escala do tipo Likert não possui ‘questões’ e sim assertivas com a indicação do grau de concordância (SANCHES; MEIRELE; DE SORDI, 2011), deu-se por meio de escala diferencial na qual a significação numeral é 1 – Discordo Totalmente (DT), 2 – Discordo (D), 3 – Indiferente (I), 4 – Concordo (C) e 5 – Concordo Totalmente (CT).

Ao passo que o questionário era construído, aliado à tipologia e a abordagem do problema de pesquisa, optou-se pela utilização da análise de dados correlatos por meio da proposta de Macnaughton (1996 apud SANCHES; MEIRELES; DE SORDI, 2011) e do oscilador estocástico de Wilder Júnior (1981 apud SANCHES; MEIRELES; DE SORDI, 2011) como ferramentas de análise dos dados coletados.

A proposta de Macnaughton, tendo como referência o grau diferencial semântico empregado para ilustrar a opinião do questionado, descreve número de discordantes e concordantes de cada proposição. A primeira etapa para o cálculo de Discordantes da proposição (D_p) por meio da proposta de Macnaughton é somar os quantitativos das respostas DT e D e da metade dos valores I. O cálculo dos Concordantes da proposição (C_p) é obtido de forma similar, ou seja, soma-se os valores de CT e C da metade dos valores de I. Já o ‘sentido geral’ das respostas é alcançado a partir da opinião do respondente equivalente ao valor total de respondentes dividido por 2, no sentido da

esquerda para a direita (1996 apud SANCHES; MEIRELES; DE SORDI, 2011).

O oscilador estocástico de Wilder Júnior (1986 apud SANCHES; MEIRELES; DE SORDI, 2011) ou indicador de força relativa sinaliza o Grau de Concordância da proposição (GC_p), explicada a partir da convenção exposta no quadro 1, é obtido, adicionado 0,000001 aos valores de C_p e D_p , com a finalidade de evitar erros de divisão.

Quadro 1: Interpretação de valores do GC_p

Valor de GC	Frase Adequada
90 ou mais	Uma concordância muito forte
80 a + 89,99	Uma concordância substancial
70 a + 79,99	Uma concordância moderada
60 a + 69,99	Uma concordância baixa
50 a + 59,99	Uma concordância desprezível
40 a + 49,99	Uma discordância desprezível
30 a + 39,99	Uma discordância baixa
20 a + 29,99	Uma discordância moderada
10 a + 19,99	Uma discordância substancial
9,99 ou menos	Uma discordância muito forte

Fonte: DAVIS (1976, p. 10 adaptado por SANCHES; MEIRELES; DE SORDI, 2011).

Sanches, Meireles e De Sordi (2011) afiançam a possibilidade de análise por meio da proposta de Macnaughton e do oscilador estocástico de Wilder Júnior para uma proposição ou para um fator. Denomina-se fator o conjunto de proposições acerca de um tópico. No estudo de fator, também, é empregada a convenção exposta no quadro 1 para explicação dos fatores e as demoniações são: cálculo dos discordantes do fator (D_f), concordantes do fator (C_f) e o Grau de Concordância do fator

(GC_f), adicionado 0,000001 aos valores de Cf e Df, com a finalidade de evitar erros de divisão.

4 O REGISTRO DA PERCEPÇÃO DOS PARTICÍPES

Para tomar consciência ou ambientar a investigação, por se tratar de uma pesquisa de observação indireta, fez-se necessária, primeiramente, situar quanto ao perfil dos respondentes com o emprego de questões ancoradas nas variáveis de controle antecipadamente definidas. Essa investigação poderia esclarecer questões de abordagem direta das variáveis definidas e rigorosamente vinculadas ao tema de estudo: Formação e Desenvolvimento de Coleções Biblioteconômicas.

A pesquisa registrou aderência privilegiada de respostas visto que do total de questionários remetidos, apenas, um questionário não obteve retorno. Apesar da delimitação quantitativa da pesquisa, sem anseios na aplicabilidade de técnicas de abordagem qualitativa de pesquisa, vale mencionar que alguns participantes informaram que a atribuição de responsável pela biblioteca não ser formalizada. Não obstante, suas respostas foram computadas, uma vez que, na prática organizacional esses atores atuam como responsáveis das unidades.

Do total de respondentes, apenas 15% afirmaram possuir menos de cinco anos de trabalho em bibliotecas. Em contrapartida, 65% ocupavam a menos de cinco anos a titularidade na chefia de bibliotecas, sendo 85% declarantes ocupantes cargo de Bibliotecário-Documentalista, 65% pós-graduados em nível de *lato* ou *stricto sensu*.

A presença de componente curricular voltado à Formação e Desenvolvimento de Coleções nos currículos dos cursos de Biblioteconomia foi assinalada por 94,1% dos ocupantes do cargo de Bibliotecário-Documentalista, salientando a importância atribuída ao tema nos currículos dos cursos de graduação.

Antes de iniciarmos a investigação acerca das variáveis definidas, averiguou-se qual a intensidade sentimental dos partícipes quanto aos seus conhecimentos acerca do tema formação e desenvolvimento de coleções de bibliotecas. O sentimento predominante dos questionados é de concordância (C), corroborado pelo valor de C_p (18) e o valor do GC_p (90) que indica a existência de uma concordância muito forte para a proposição em tela.

Ao ser afirmado que uma vez que as tipologias das bibliotecas do Ifba se adequem como universitárias ou escolares e terem o reconhecimento da comunidade a ser atendida facilitada e, portanto, desnecessária a realização do estudo da comunidade, o sentimento dos partícipes se dirige ao preceito apontado pela literatura uma vez que 100% discordam dessa isenção e possuem um sentimento geral de discordância total (DT) quanto à assertiva e uma discordância muito forte, conforme GC_p (0,0).

Por outro lado, a existência da PDC formalizada aponta o sentimento prioritário dos respondentes de indiferença. O GC_p (47,5) apontou uma discordância desprezível, corroborado pelo D_p (10,5) que indicou que 10,5 dos 20 partícipes da pesquisa discordaram da existência formal do dispositivo.

O fator Seleção foi contemplado por questões que abordaram representação da biblioteca nos procesos de seleção

do material informacional, o foco das demandas a serem atendidas por esse material, conhecimento do representante dos projetos de pesquisa e extensão do campus e registros de materiais não selecionados. Do total de 100 respostas que compõem o fator Cf = 64,5 dessas respostas, de maneira geral, concordam com o fator, ao passo que Df = 35,5 das respostas discordam com o fator. Pode-se, ainda, afirmar que existe uma concordância baixa dos respondentes com relação a todas as proposições desse fator.

Oito questões ocuparam do tratamento do fator Aquisição de materiais informacionais e buscaram se inteirar acerca da cooperação de material informacional entre a biblioteca sob sua responsabilidade e as bibliotecas dos demais campi do Ifba, modalidades de aquisição por compra, permuta ou doação, critérios de incorporação do item informacional ao acervo, normas legais acerca da aquisição do material informacional, seu registro patrimonial e descarte e participação da biblioteca nessas atividades, incluindo os processos licitatórios, disposição de recursos financeiros e seu gerenciamento.

Do total de 168 respostas que compõem o fator Aquisição de materiais informacionais, 56 respostas, de maneira geral, discordam com o fator, ao passo que 112 das respostas concordam com o ele. Pode-se, ainda, afirmar que existe uma concordância baixa dos respondentes com relação a todas as proposições do fator Aquisição de materiais informacionais.

No que se requiere à perspectiva dos participantes acerca da variável avaliação da coleção, pode-se afirmar que há uma concordância desprezível no que tange à avaliação rotineira e sistemática da coleção informacional. Ou seja, essa avaliação não se traduz em uma prática cotidiana. O sentido geral dos

respondentes, a partir do referencial semântico, é indiferente (I) à ação abordada na proposição.

O fator Desbastamento foi contemplado com questões relacionadas ao descarte, existência de medidas e prática rotineira de conservação do material informacional. Do total de 60 respostas que compõem o fator Desbastamento, 46,5 das respostas, de maneira geral, concordam com o fator, ao passo que 13,5 das respostas discordam com o fator. Pode-se, ainda, afirmar que existe uma concordância moderada dos respondentes com relação a todas as proposições desse fator.

O tema educação continuada, inicialmente já contemplado com a abordagem referente à titulação de pós-graduação, é reiterada com a assertiva relacionada a essencialidade conhecimentos sobre práticas e metodologias de pesquisa, capacitação e qualificação continuadas para o gerenciamento da coleção. O sentimento predominante dos questionados é de concordância total (CT) quanto à relação existente entre a competência nessas práticas e o gerenciamento da coleção. Essa perspectiva é reafirmada com o valor de C_p (19) e o valor do GC_p (95). Portanto, os questionados pactuam fortemente com o reflexo existente entre a proposição e o gerenciamento da coleção.

Apreendida a (des)concordância da população dos responsáveis das bibliotecas dos campi do Ifba acerca do desenvolvimento do acervo informacional, podemos sintetizar o grau das perspectivas dos partícipes da pesquisa no quadro 2.

Quadro 2 – Grau de concordância acerca das variáveis de desenvolvimento do acervo informacional

Variáveis	GC _p /GC _f	Frase Adequada
Estudo de comunidade	0,0	Uma discordância forte
Política de Desenvolvimento da Coleção	47,5	Uma discordância desprezível
Seleção de materiais informacionais	64,5	Uma concordância baixa
Aquisição de materiais informacionais	66,67	Uma concordância baixa
Avaliação da Coleção	50,0	Uma concordância desprezível
Desbastamento	77,5	Uma concordância moderada
Educação continuada	95,5	Uma concordância muito forte

Fonte: Elaborado pelos autores.

A aderência da pesquisa quanto às hipóteses do estudo, com base no que foi coletado, será abordada na seção que se segue.

5 CONCLUSÃO

Fundamentado no modelo de análise, os resultados demonstraram que, na perspectiva dos respondentes, a homogeneidade de observância dos preceitos científicos / acadêmicos sobre o tema de estudo não é alcançada. Quando se tratou acerca do estudo de comunidade e educação continuada, os questionados rechaçaram positivamente a hipótese de pesquisa e sinalizaram adesão muito forte aos preceitos teóricos e a educação (FIGUEIREDO, 1979a, 1998; MACHADO, 2007;

MACHADO; SANTOS, 2009; RIBEIRO, 2010; VERGUEIRO, 1989; VIEIRA, 2014).

Por outro lado, apesar da aderência ao preceitos teóricos quanto às variáveis adequadas à seleção, aquisição e desbastamento de materiais informacionais, possivelmente justificado pela experiência profissional em chefia, essas vertentes do estudo matizam a hipótese de observância moderada das suas bases teórico-conceituais (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996; ESTABEL; MORO, 2014; LITTON, 1970; MACHADO; SILVA, 2002; VERGUEIRO, 1989, 2010; WEITZEL, 2013), convergindo para os resultados esperados e comprovando a primeira hipótese.

Já no que se refere à PDC e à avaliação da coleção, esses componentes rechaçam negativamente a hipótese ao alcançar concordância baixa em comparação aos ensinamentos teóricos (FIGUEIREDO, 1979b, 1998; VERGUEIRO, 1989; WEITZEL, 2002, 2012, 2013). Os dados rejeitaram a hipótese quanto a formação cooperativa e participativa da coleção uma vez que apontaram que essas bibliotecas cooperaram e são cooperadas pelas demais unidades da autarquia. Não obstante, tendem a concordar que a cooperação com outras instituições acontece de forma insuficiente, caso seja adotada para esse fim a aquisição de material informacional por permuta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. *Aquisição de materiais de informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 21 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do

País. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 03 mar. 2016.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Tratamento do livro: seleção, aquisição e organização do acervo da biblioteca. In: ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva (Org.). *Biblioteca: conhecimentos e práticas*. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 14-41.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. *Revista Biblioteconomia*, Brasília, v. 7, n. 1, p. 09-25, jan.-jun. 1979a. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002354&dd1=bb4c3>>. Acesso em: 27 out. 2015.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Avaliação de coleções e estudo de usuários*. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979b.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Desenvolvimento e avaliação de coleções*. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 1998.

GODOY, Arida Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

LITTON, Gaston. *Cómo se forma una colección*. Buenos Aires: Bowker Editores Argentina, S.A., 1970.

MACHADO, Raymundo das Neves. Análise cientométrica dos estudos bibliométricos publicados em periódicos da área de biblioteconomia e ciência da informação (1990-2005). *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n.

3, p. 2-20, set./dez. 2007. Disponível em: <
<http://scielo.br/pdf/pci/v12n3/a02v12n3.pdf>>. Acesso em: 24
ago. 2016.

MACHADO, Raymundo das Neves. SILVA, Zuleide Paiva da.
Desenvolvimento de coleções: uma análise a partir dos anais dos
SNBUs realizados na década de 90. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. *Anais...* Recife:
UFPE, 2002.

MACHADO, Raymundo das Neves. SANTOS, Selma Silva. Coleção
de lastro: uma avaliação do estado de conservação. In:
ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM
INFORMAÇÃO, 9., 2009, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador:
UFPE, 2009. Disponível em:
<<http://api.ning.com/files/AwOyT6gC1eFqxzjvmeMmauyLmPOXDe8BTZaLqGCr6WjtqAgJmSjgjRYoFzzNpHVcHJZVWkeblCSzahf2dyrhRYLqWRM-50In/ArtigoSelmaSantosIXCINFORM.pdf>>. Acesso
em: 24 ago. 2016.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de
investigação em ciências sociais*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RIBEIRO, Fernanda. Da mediação passiva à mediação pós-
custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em
rede. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.20, n.1,
p. 63-70, jan./abr. 2010. Disponível em:
<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4440/3420>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

SANCHES, Cida; MEIRELES, Manuel; DE SORDI, José Osvaldo.
Análise Qualitativa Por Meio da Lógica Paraconsistente: Método
de Interpretação e Síntese de Informação obtida Por Escalas
Likert. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3., 2011, João Pessoa.
Anais eletrônicos... João Pessoa: Anpad, 2011. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2011/ENEQ221.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. *Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas*. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010.

VIEIRA, Ronaldo. *Introdução à teoria geral da biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.61-67, jan./jun., 2002. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_929fb1f298_0012875.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. *TransInformação*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

WEITZEL, Simone da Rocha. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.

CAPÍTULO 5

AD VITAM AETERNAM: CONSIDERAÇÕES ETIMOLÓGICAS E CONCEITUAIS DA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Bárbara de Széchy Cardoso Vieira

Andre Vieira de Freitas Araujo

Également éprouvants sont les métiers de conservateurs et de révolutionnaires, car dans les deux cas, la difficulté est de savoir que détruire et que conserver.

Alfred Sauvy

1 INTRODUÇÃO

A vontade, a intenção e o decorrente ato de preservar fazem parte da natureza humana, existindo quase enquanto instinto, uma necessidade que nasce a partir da consciência do ser, do pensamento. O “espírito” da preservação se origina no reconhecimento da “[...] nossa condição de mortais, condição tão incontornável como a exigência que ela implica: cuidar da memória dos mortos para os vivos de hoje” (GAGNEBIN, 2009, p. 27). Se hoje é possível ser, é em razão da preservação daquilo que foi. A antropóloga Anne Both, ao ter contato com o trabalho de bibliotecários em um arquivo público em Bordeaux, exprime que o bibliotecário que se dedica à preservação “não trabalha para o “hoje”, mas para o “amanhã”, para a eternidade [...]” (BOTH, 2017, p. 24, tradução nossa).

Enquanto bibliotecários, podemos nos imaginar guerreiros em uma batalha *ad vitam aeternam*, à vida eterna, tentando bravamente lutar contra as forças do tempo. A realidade da preservação não é tão romântica, porém é igualmente bela. Ela muitas vezes pode ser vista como um encontro de contradições no qual nosso desafio é encontrar o equilíbrio entre o possível e o ideal. Neste contexto, o bibliotecário que se dedica à preservação deve refletir de forma esclarecida sobre o objetivo da preservação. Para tanto, é fundamental a análise crítica dos conceitos que guiarão a prática de seu trabalho, de modo a conhecer profundamente os porquês da seleção (ou não) dos documentos a preservar, assim como da metodologia adotada.

O presente capítulo dedica-se a apresentar de forma sucinta a etimologia e os conceitos relacionados à Preservação Documental, refletindo sobre seus significados a fim de compreender mais a fundo as dinâmicas e o pensamento preservacionista no âmbito das práticas bibliográficas / biblioteconômicas e do campo da Biblioteconomia.

2 BREVE EXPLORAÇÃO ETIMOLÓGICA E CONCEITUAL

2.1 A preservação documental

A palavra “preservação”, no Dicionário Português-Latim (FERREIRA, 1989), possui suas origens etimológicas no termo *defensio*, significando defesa, e o verbo “preservar” também aponta essa mesma raiz de defesa: *defendere*. Segundo o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa (CUNHA, 1982), preservar é “conservar, defender, resguardar” e

provém do latim tardio *praeservãre*, e do latim médio *preservãtivus*.

[...] a raiz latina da preservação é pra-e-servare, que vem ser a ação de proteger qualquer um, qualquer coisa, colocando-o ao abrigo de um mal. Pra é, assim, um prefixo amplificador e significa ‘para alguém ou alguma coisa’, em direção à, lançar-se à frente. Exprime antecedência, antecipação, precaução, intensidade, predominância. Disso se pode aferir um aspecto de movimento em direção à, uma ação que se faz com intensidade para alguém ou alguma coisa, portanto, tem um objeto em direção ao humano, à transmissão, à formação dos indivíduos. (COSTA apud PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 31)

O sentido dinâmico e móvel do termo “preservação” é percebido na medida em que está associado a um conjunto de ações que, tendo o tempo como matéria-prima, procuram antever o mal que está a caminho e que pode alterar o estatuto material e simbólico de um determinado documento e/ou bem cultural.

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 290) a preservação é definida como “[...] medidas empreendidas com a finalidade de proteger, cuidar, manter e reparar ou restaurar os documentos”, revelando que a preservação representa uma gama diversa de ações, por vezes potencialmente antinômicas. Manter e reparar, por exemplo, nem sempre se constituem de forma condizente. De acordo com o Arquivo Nacional do Brasil (2005, p. 135), em seu Dicionário de Terminologia Arquivística, a preservação se define por “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou

químico”. Este conceito revela uma preocupação mais especificamente de cunho conservacionista.

Para Jean-Paul Oddos (ODDOS, 1995, p. 17) o objetivo da preservação documental é “garantir a sobrevivência e a transmissão de textos às gerações futuras”. Sobreviver, neste caso, está ligado à integralidade física do documento. Porém essa ideia de sobrevivência também pode ser interpretada a partir de uma visão filosófica, assumindo o sentido de memória. Se lembrar é sobreviver, então esquecer seria como um tipo de morte. A escolha de termos utilizados em cada definição revela as ansiedades e preocupações que motivam a preservação. Lembrar é um ato de resistência perante a fragilidade da nossa própria existência.

A UNESCO, em documento intitulado *Memória del Mundo – directrices para la salvaguardia del patrimonio documental*, define que “[...] a preservação é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente - para sempre - do patrimônio documental” (UNESCO, 2002, p. 10). Pode-se dizer, inclusive, que o ato de preservar seja uma consequência natural ao ato de guardar um documento, partindo da ideia de que, se ele foi considerado valioso o bastante para integrar uma coleção ou, no referente à informação, ser registrado em suporte físico, será igualmente importante preservá-lo.

No Dicionário Enciclopédico do Livro encontra-se uma visão valiosa da Preservação Documental, começando pela definição da mesma como sendo um “conjunto de medidas preventivas que permitem reduzir as causas de degradação ou de efeitos de uso de documentos a partir do controle de seu ambiente” (FOUCHÉ, 2002, p. 349). Aprendemos também que a

noção de preservação que temos hoje deriva-se da escola anglo-saxã de conservação, revelando uma filosofia de prevenção.

A Preservação Documental, com o tempo, passou a focar em como evitar possíveis danos ao documento, de forma que o importante tornou “não tratar casos isolados, mas estabelecer um diagnóstico geral, precipitar-se às causas de dano e agir sobre estas diretamente, sempre que possível de forma sustentável” (FOUCHÉ, 2002, p. 349). Neste sentido, o campo da Preservação Documental sustenta-se, hoje, sobretudo pelo tratamento de grandes conjuntos, exigindo ações mais horizontalizadas do que verticalizadas ou, em outros termos, ações mais integradas do que ações apartadas de um conjunto documental mais amplo.

Enquanto prática científica, a preservação é definida por Pinheiro e Granato (2012, p. 32) como:

Qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem.

Os autores ressaltam, assim como a definição anterior da UNESCO, que uma grande parte do trabalho de preservação está ligada à preocupação com a acessibilidade do item preservado, uma vez que os esforços de guardar e proteger um objeto se justificam na possibilidade deste ser, no futuro, recuperado e assimilado. O acesso ao item preservado está relacionado à tradução, documentação, catalogação, criação de metadados, entre outras atividades cujo objetivo é facilitar o contato entre

uma pessoa ou grupo de pessoas e o documento. Os códigos de organização da informação e os recursos mnemônicos empregados para localizar um documento ou objeto é uma forma de preservar sua possibilidade de acesso. Além disso, os próprios registros bibliográficos tornam-se ferramentas de preservação e memória, na medida em que indicam a existência de um determinado documento, independentemente de este ainda existir ou não no momento de acesso ao seu registro.

Para Paul Conway (CONWAY, 2001, p. 15), “[...] preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou a renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais”. Em seu livro, *Preservação no Universo Digital*, Conway (2001) discute a questão da preservação sob uma visão atual a respeito dos novos suportes eletrônicos e virtuais da informação, mas também faz uma análise histórica da preservação. Em suas palavras, a preservação está intimamente relacionada à gestão de cada instituição e “[...] a essência do gerenciamento de preservação está na alocação de recursos” (CONWAY, 2001, p. 15), de forma que investimentos que forem feitos em prol da preservação devem estar sempre em harmonia com os objetivos da organização como um todo, atendendo a uma criteriosa lista de prioridades. Constata-se ainda que a preservação é uma disciplina que engloba fatores que ultrapassam os limites da instituição. Preservar faz parte, em grande escala, de uma política patrimonial nacional ou mesmo mundial, existindo em um contexto político e econômico, de modo que a responsabilidade de conservar é um “desafio cultural e democrático” de toda uma geração (ODDOS, 1995, p. 54). Aqui, a ideia de democracia está

associada à promoção da acessibilidade da informação contida nos documentos preservados.

A Preservação Documental é conceituada por Adriana Hollós (HOLLÓS, 2010, p. 24), em uma abordagem também institucional, como:

Uma atividade de administração e gerenciamento de recursos, compreendendo políticas, procedimentos e processos, que, aplicados de forma adequada, serão capazes de retardar a deterioração dos materiais e promover o acesso à informação, intensificando sua importância funcional.

Quando analisamos a preservação no contexto empresarial, percebemos que ela ocorre de forma particular. Nessa leitura, pode-se concluir que a preservação, como qualquer outra atividade de gestão, deve acontecer a partir de um minucioso trabalho de pesquisa que justifique quando, como e porque ela será feita. A partir desse estudo, o gestor deve elaborar um documento chamado Política de Preservação, no qual descreverá detalhadamente os princípios que deverão ser adotados para a realização da preservação dentro da instituição. Ressalta-se que mesmo a abstinência por parte do bibliotecário em relação à Preservação Documental caracteriza uma postura perante a prática da preservação – “[...] deixar de escolher já seria em si uma escolha” (ODDOS, 1995, p. 49). Ainda segundo Hollós (2006, p. 39), complementa-se que:

A Preservação Documental deve ser entendida como uma atividade multidisciplinar, responsável pela gestão e administração de recursos financeiros, humanos e materiais, dedicados a garantir a integridade física dos objetos, aumentando sua durabilidade e acesso às gerações presentes e futuras.

Observa-se no forte caráter administrativo adotado por muitos autores, também a visão de que a preservação não pode ser uma ação singular em um momento isolado. Ela deve receber o respaldo de um planejamento estratégico, além de uma política de preservação condizente com o tipo e estado físico dos documentos tratados. “É imperioso que a intervenção seja fundamentada, para evitar arbitrariedades, pois somos responsáveis pelos nossos atos perante o presente e perante as gerações futuras” (KÜHL, 2015, p. 58).

A discussão sobre os conceitos e fundamentos da preservação é uma prática sempre necessária e valiosa, visto que existe uma grande variedade de situações, objetos, motivos e contextos, onde a preservação ocorre ou poderia ocorrer. A preservação é uma ciência interdisciplinar, que abrange muitos contextos de atuação e pesquisa. O estudo da preservação está presente em ações da Arquivologia, Arquitetura, Biologia, História da Arte, Museologia, Biblioteconomia e Documentação, entre outros exemplos, ressaltando que a interdisciplinaridade não se dá simplesmente através da relação com outras disciplinas, mas através da criação de novos conhecimentos originados desta interação. Sua complexidade ainda se exprime nas múltiplas variáveis que irão condicionar sua prática: a cultura, o patrimônio em questão, os recursos pessoais e financeiros disponíveis e o material. A atividade do conservador está ligada à sua íntima relação com o patrimônio cultural e, assim, à memória social (CACALY, 1997). Ressalta-se a importância do bibliotecário não apenas adotar conceitos de outras áreas, mas apropriar-se destes e adaptá-los de forma a torná-los relevante às áreas da Biblioteconomia e Documentação.

Cada uma destas variáveis é dotada de suas próprias demandas e especificidades, às quais o bibliotecário que se dedica à preservação precisa sempre estar atento. Dentro da variedade de objetos tratada por Pinheiro e Granato (2012), existem também, no âmbito da Preservação Documental, outros níveis de complexidade devido à grande diversidade de tipos de documentos. O bibliotecário que se dedica à preservação precisa levar em consideração as complexidades que o objeto-documento possui. “Atualmente, percebemos que não basta resgatar, investigar, expor e até mesmo restaurar sem uma política preventiva anterior a estas operações. A deterioração de acervos em reservas, arquivos e exposições evidencia a falta dessa política” (FRONER; ROSADO, 2008, p. 18).

Preservação, portanto, deve ser entendida, hoje em dia, pelo seu sentido geral e abrangente. Seria, então, toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação. É o "guarda-chuva", sob o qual se "abrigam" a conservação, a restauração e a conservação preventiva. À preservação cabe ainda a responsabilidade de determinar as escolhas mais adequadas de reformatação de suporte para a transferência da informação. (SILVA, 1998, p. 2)

Quando pensamos em Preservação, no contexto das práticas biblioteconômicas, é inevitável também evocar a Conservação e Restauração, e é exatamente por isso que se faz essencial conhecer conceitos e fundamentos que nos ajudem a compreender as diferenças e similaridades entre os três, além de como eles podem contribuir para uma preservação eficaz, lembrando que “[...] conservação e restauração não são só e exclusivamente questões técnicas, mas, sobretudo, ações críticas,

uma construção cultural forjada no seio da sociedade pelos múltiplos atores e instituições” (CASTRO, 2012, p. 252). A fala de Castro (2012) nos remete à dimensão social de quaisquer práticas de cunho preservacionista, salientando que as técnicas empregadas são um reflexo de uma mentalidade específica à um contexto político e histórico.

2.2 Conservação e Restauração

Ao se planejar e praticar ações preservacionistas, a conservação e a restauração estarão presentes, como se a preservação fosse um guarda-chuva que abrigasse a conservação e a restauração.

Do latim *conservatio*, de *conservare*, a conservação é definida como sendo uma “responsabilidade intelectual e moral, atrelando-se menos a questões técnicas que à materialidade dos objetos presentes de uma coleção” (FOUCHÉ, 2002, p. 622). No Dictionnaire Latin de Poche (AUZANNEAU; AVRIL, 2000, p. 139), vemos que *conservo* é definido principalmente como ato de “salvar”, mas também como “observar” e “respeitar”, termos de extrema pertinência quando aplicados à prática preservacionista. Destaca-se que a conservação deve exprimir-se enquanto prática como uma modalidade de gestão eficaz e econômica, apoiando-se em um conjunto diverso de técnicas (FOUCHÉ, 2002). A conservação faz parte do trabalho de todo bibliotecário. É uma função cuja extrema importância começa a ser claramente identificada no século XII, em mosteiros da Europa Ocidental (CACALY, 1997).

Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 102) a conservação é um “[...] conjunto de medidas empreendidas com a finalidade de

preservar e restaurar documentos”. Pode-se perceber que a conservação documental possui uma preocupação com a esfera material, buscando não uma volta a sua originalidade, mas a sua estabilização. Ou seja, o objetivo da conservação seria manter o estado material do documento como ele é no momento em que se decide conservá-lo. Faria e Pericão (2008) ainda citam alguns dos processos que constituem a conservação de documentos, tais como limpeza, manutenção e armazenamento adequados.

Os conceitos de conservação e conservação preventiva são muito próximos, podendo ser considerados sinônimos por alguns autores. Muñoz Vinãs, por exemplo, critica a validade da separação conceitual de conservação e conservação preventiva, salientando que

Dentro da conservação existe um ramo específico que adquiriu estatuto próprio e que nos países de língua latina se denominou de conservação preventiva. É esta uma expressão especialmente infeliz, porque não existe nenhuma conservação não preventiva; toda a atividade de conservação objetiva manter o bem cultural em seu estado atual, evitando danos posteriores. (VIÑAS apud CASTRO, 2012, p. 252)

Independente da nomenclatura adotada, a conservação é, de fato, em seu âmago, uma ação de natureza preventiva. Assim, enfatiza-se que para fins de discussão conceitual, ambos conceitos, o de preservação e de conservação, representam uma mesma prática de proteção do documento, e esta é de extrema importância, sendo considerada pelo profissional em questão como sendo uma, ou outra.

Se, num primeiro momento, a ação da conservação preventiva implica certos custos, a longo prazo

resulta em economia quantitativa e qualitativa, uma vez que preserva a integridade material dos artefatos, possibilitando estudos mais acurados, e ao mesmo tempo descarta métodos de intervenção mais agressivos e caros. (FRONER; ROSADO, 2008, p. 19)

Cassares (2000, p. 12) define conservação como sendo “[...] um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).” Interessante notar nesta definição a estabilização, assim como a ideia de desaceleração do processo de degradação do documento, ressaltando a noção da passagem de tempo que foi discutida anteriormente neste trabalho.

O profissional prevê o dano inevitável resultante do implacável processo de envelhecimento do material e, dessa forma, direciona seus esforços para retardá-los, e não para impedi-los completamente ou tentar regressar à originalidade do documento. “Embora, com muita frequência, não possamos eliminar totalmente as causas do processo de deterioração dos documentos, com certeza podemos diminuir consideravelmente seu ritmo, através de cuidados com o ambiente, o manuseio, as intervenções e a higiene, entre outros” (CASSARES, 2000, p. 13).

A conservação irá garantir mais tempo de funcionalidade e de acesso, tentando manter o documento no estado físico em que estava no momento do início da conservação, a partir de tratamentos como a higienização, armazenamento, acondicionamento e manutenção. “A conservação é um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida

útil, possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das gerações futuras” (SILVA, 1998, p. 2). O foco do trabalho do conservador é manter sob controle fatores ambientais e agentes biológicos que podem representar risco ao documento. Os fatores ambientais são componentes que existem no ambiente onde o documento está armazenado, e precisam ser identificados e estudados. São eles “[...] temperatura, umidade relativa do ar, radiação da luz, qualidade do ar” (CASSARES, 2000, p. 14). Os agentes biológicos e os fatores ambientais estão interligados, um podendo ajudar a eliminar ou favorecer o outro, principalmente os fatores ambientais.

Brandi (2004, p. 31) também agrega à discussão sua definição de conservação, na qual ele expressa uma visão mais abrangente e menos técnica. “[...] A conservação se desenreda em uma gama infinita, que vai do simples respeito à intervenção mais radical”. Ele aponta o fato de que, muitas vezes, “respeitar” a obra ou o documento já é em si uma ação de conservação, no sentido de não alterá-lo ou danificá-lo, por exemplo, ao escrever nas margens de um livro.

O principal elemento que difere a restauração da conservação e da preservação, é o fato de que a restauração só acontece após o documento já ter sofrido algum dano ou deterioração. A conservação existe para evitar que esse dano aconteça, e a preservação existe como esfera maior que engloba ambas ações e motivações de proteção de memória. A restauração, que pode ser considerada como sendo uma operação de cunho curativo, é, de certa forma, a constatação do fracasso da conservação, da preservação (FOUCHÉ, 2002). Por vezes, infelizmente, esse fracasso não pode ser evitado. “A restauração é um conjunto de procedimentos que visa a

recuperar, o mais próximo possível, o estado original de uma obra ou documento” (SILVA, 1998, p. 2). Conforme o Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional do Brasil, restauração é o “Conjunto de procedimentos específicos para recuperação e reforço de documentos deteriorados e danificados” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 149). Destaca-se a ideia de recuperar, na qual está implícita a noção de que algo foi perdido - no caso, uma informação ou a integralidade material do documento.

Assim, a restauração existe como uma reação àquilo que se perdeu no material ou no conteúdo do documento. Ela é uma “[...] interferência profunda no objeto, realizada após pesquisa detalhada, tanto técnica quanto histórica, do artefato a ser restaurado” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 34). O Dicionário Enciclopédico do Livro (FOUCHÉ, 2002, p. 556) explora a etimologia da palavra restauração: do latim *restauratio*, a ação de reconstruir, reparar, refazer. A restauração seria um “conjunto de intervenções destinadas a consolidar um documento e reestabelecer seu aspecto original, sem, no entanto, eliminar os traços de sua história, de fim de conservá-lo às gerações futuras”. Curiosamente, o *Dictionnaire Latin de Poche* (AUZANNEAU; AVRIL, 2000, p. 534) oferece “recomeçar”, como definição secundária de *restauro*. Podemos interpretar essa leitura como qualificando uma nova fase da “vida” do documento restaurado, remetendo à ideia de que o restauro não se dedica estritamente ao passado do objeto, ou à sua originalidade, mas que o foco do restauro seria uma nova potencialidade, um valor agregado que passa a integrar a história do documento.

Existe, inclusive, a restauração preventiva, definida por Brandi (2004, p. 99) como “[...] tutela, remoção de perigos,

asseguramento de condições favoráveis”, um conceito consideravelmente semelhante com o de conservação, no sentido que visa prevenir os danos. Porém a restauração preventiva lida mais diretamente com o material do objeto, enquanto que a conservação se atenta mais às condições ambientais e agentes biológicos.

Brandi (2004) também aborda um tema altamente polêmico na restauração, que é o dilema entre fazer o restauro de forma a escondê-lo, ou seja, a restauração seria feita com técnicas e métodos específicos para que as alterações se aproximem o máximo possível do original, focando no âmbito estético da sua materialidade, ou fazer o restauro de modo a deixá-lo explícito e, até, óbvio, respeitando a historicidade da obra no tocante à sua trajetória e às manipulações e danos que sofreu. O autor manifesta sua opinião de que não há um restaurador “vilão” nem “herói” - ambas abordagens da restauração têm seus pontos negativos e positivos. A decisão da estratégia mais adequada irá depender do estado do documento, de seu viés estético e histórico, da instituição a qual pertence, entre outros fatores, lembrando que a memória de uma biblioteca funciona em dois níveis: o conteúdo do documento e sua materialidade (MINISTÈRE DE LA CULTURE, 1983).

Deve sempre haver a preocupação com a ética da restauração, assim como da conservação e preservação. Em outras palavras, o documento deve ser respeitado em sua originalidade, sendo restaurado visando a sua transmissão, e não alteração. É crucial ao restaurador “[...] entender a obra como historicizada, de reconhecer a articulação das artes como uma característica intrínseca da obra e de respeitar seus elementos caracterizadores” (KÜHL, 2015, p. 58). Neste contexto,

relembramos que “uma restauração feita sem apreço pode causar a perda definitiva de um grande número de informações contidas no objeto” (FOUCHÉ, 2002 p. 557).

Outro princípio ligado à prática da restauração que deve ser sempre adotado e respeitado é o princípio da reversibilidade, mesmo reconhecendo-se que esta não pode ser absoluta (ARNAULT, 1992). Ele determina que a restauração não somente precisa ser ao menos identificável, como também reversível caso necessário, na medida do possível. É mais uma estratégia de conservação, tendo em vista que no futuro não se sabe sob que circunstâncias o documento pode estar e, se preciso, a restauração deve ser passível de ser desfeita. Salienta-se que a incerteza perante o futuro do documento induz uma gama ainda mais vasta de cuidados por parte do bibliotecário que se dedica à preservação pois “o controle das reações químicas é temporário e parcialmente conhecido” (ARNAULT, 1992, p. 14). Não é possível prever com certeza o que acontecerá com o documento no futuro, nem quais efeitos a restauração terá sob o mesmo em longo prazo.

Concluimos que os conceitos principais do campo da Preservação Documental – preservação, conservação e restauração – são múltiplos e amplos, refletindo a natureza interdisciplinar deste domínio de atuação. O bibliotecário que se dedica à preservação precisa, assim, refletir de forma crítica a fim de selecionar quais conceitos são relevantes ao seu contexto de trabalho especificamente. Para tanto, a etimologia e os conceitos, enquanto exercícios de pensamento, são grandes aliados do profissional, pois oferecem uma série de conhecimentos essenciais para a melhor compreensão da Preservação, e sua complexidade de atuação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Preservação Documental pode ser entendida como o fio condutor de todos os processos e práticas que caracterizam o cotidiano do bibliotecário. Seja no desenvolvimento de coleções, na catalogação, na disponibilização de obras ao público, ou em medidas tradicionalmente conservacionistas, escolhas são feitas a fim de se garantir a mediação documentária e a preservação da memória. Estas escolhas acontecem, inevitavelmente, de acordo com uma determinada seleção de valores e significados. Um bibliotecário não estaria disposto a investir na aquisição de um documento, somente para aceitar perdê-lo em alguns anos. De fato, uma biblioteca está intimamente e fundamentalmente atrelada à preservação da memória e, assim, todo bibliotecário lida ao menos com uma dimensão do campo da Preservação. No âmbito da Biblioteconomia, percebemos que a aplicação de conceitos exportados de outras áreas não é completamente adequada às demandas naturais para a preservação do documento. É essencial pensar nestes conceitos de acordo com o contexto biblioteconômico, aplicando-os de acordo com as particularidades e natureza de nosso campo.

Como bibliotecários, focamos neste capítulo na etimologia de termos relacionados à Preservação, pois ela nos convida a refletir sobre a evolução da linguagem que define nosso pensamento. Analisamos aparentes contradições com a finalidade de encontrar uma estabilidade sustentável. Na Preservação Documental, o que deve ser esquecido, e o que deve ser lembrado? O que alterar, para que a originalidade de um documento possa ser mantida? Como minimizar a influência de opiniões e ansiedades pessoais em questões que nos tocam

profundamente enquanto indivíduos? Perante estes questionamentos filosoficamente desafiadores, o bibliotecário pode encontrar auxílio nos conceitos explorados neste capítulo, podendo embasar suas decisões de forma crítica e ética.

Uma parte indispensável desse processo de decisão está na preocupação com os riscos do entusiasmo contemporâneo da preservação (GAGNEBIN, 2020). O bibliotecário que se dedica à preservação pode sentir-se impulsionado, por exemplo, a realizar uma “preservação exaustiva” (GAGNEBIN, 2020, p. 204), o que pode representar uma ameaça à própria memória que ele está tentando proteger. Se o ato de preservar não provém de uma análise cuidadosa do valor da obra, mas acontece como uma resposta imponderada à ansiedade quanto à fragilidade da memória, provavelmente resultará no efeito contrário ao desejado; o valor da obra se ofusca perante a falta de propriedade da prática preservacionista. Essa mesma ansiedade pode ser exacerbada no contexto contemporâneo pela rápida e incessante produção de nova informação, principalmente se levarmos em conta as informações digitais. Vale sempre ressaltar que sem esquecimento, não há memória, mesmo na época da internet, na qual temos a impressão de que nada se perde. Principalmente no âmbito social, quando tentamos guardar tudo sem o respaldo de uma pesquisa adequada, na realidade estamos lutando contra a certeza incontornável da efemeridade de nossa identidade, o que não deve ser o objetivo da preservação. O romantismo da preservação precisa ser combatido nesse momento, quando não se deseja admitir que, para ganhar, é preciso saber perder.

Ao longo deste capítulo, é evidente que muitos caminhos podem ser tomados pelo bibliotecário em sua trajetória, porém a elaboração de uma única rota a ser seguida seria um equívoco,

tendo em vista que nenhuma biblioteca se encontra, ao mesmo tempo, no mesmo contexto histórico, político e social que outra. A bússola que pode guiar a prática da preservação deve ser a seleção criteriosa de quais conceitos são de fato aderentes à sua instituição e, em seguida, quais medidas e técnicas funcionam de forma mais eficaz para a concretização dos objetivos estabelecidos para curto e longo prazos.

Esta singularidade de ação se expressa na riqueza de definições e conceitos existentes no domínio da Preservação Documental, concretizando as dinâmicas preservacionistas ao longo da história. Enquanto bibliotecários devemos, com base nos conceitos, questionar criticamente nosso posicionamento perante os documentos que compõem um conjunto documental e, sobretudo, que tipo de operação estamos conduzindo para a memória e, sobretudo, a memória do futuro. Cada documento é uma peça de um extenso mosaico mnemônico que está, ainda que temporariamente, sob nossa responsabilidade. Um mosaico em constante transformação e construção, simultaneamente vulnerável e poderoso.

REFERÊNCIAS

ARNAULT, Jean-Marie. *La restauration des livres manuscrits et imprimés*. Paris : Bibliothèque Nationale Française, 1992.

AUZANNEAU, Bernard; AVRIL, Yves. *Dictionnaire latin de poche*. Paris: Librairie Générale Française, 2000.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

- BOTH, Anne. *Le sens du temps*. Toulouse: Anacharsis 2017.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- CACALY, Serge. *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Éditions Nathan, 1997.
- CASSARES, Norma Cianflone. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.
- CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF, FUNALFA, 2012.
- CONWAY, Paul. *Preservação no universo digital*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico: nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2008.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de Português-Latim*. Porto: Porto Editora, 1989.
- FOUCHÉ, Pascal. *Dictionnaire encyclopédique du livre*. Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, 2002.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. *Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva*. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *A efemeridade da memória*. Estudos Avançados. 2020, 34 (98): 201-217.

HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. *Fundamentos da Preservação Documental no Brasil*. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, v. 23, n. 2, p. 13-30, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41179>. Acesso em: 21 mar. 2021.

HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. *Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Paul Philippot: o restauro arquitetônico no Brasil e o tempo. In: *Conversations*. 2015; n. 1, jul.

MINISTÈRE DE LA CULTURE. *Conservation et mise en valeur des fonds anciens, rares et précieux des Bibliothèques Françaises*. Paris: Villeurbanne, 1983.

ODDOS, Jean-Paul. *La Conservation: principes et réalités*. Paris: Éditions du Cercle du Libraire, 1995.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). *Preservação documental: uma mensagem para o futuro*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas. *Academia Brasileira De Letras*. Centro de Memória. Comunicação Técnica 1. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: Acesso em: 10 out. 2012.

UNESCO. *Memoria del mundo*: Directrices. Paris, 2002. Disponível em: Acesso em: outubro de 2015.

CAPÍTULO 6

ESTUDO SOBRE A TEORIA COMUNICACIONAL DE MARSHALL MCLUHAN APLICADA AO CIBERESPAÇO¹⁰

Ramon Ordonhes Adriano Ribeiro

Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos

1 INTRODUÇÃO

Através dos tempos, o homem se organizaria ao ritmo das transformações tecnológicas, fundindo-se aos ambientes que formatam sua vida social e institucional. Isto se daria pelo fato de os meios de comunicação, entendidos num sentido *lato*, configurarem uma complexa rede que desenha as características de ordem estrutural (*a priori*) e organizacional (*a posteriori*) da sociedade na qual se inserem (MCLUHAN, 1977, 1979).

Nesse sentido, uma questão importante aqui é a do reducionismo tecnológico: é comum identificar *tecnologia* apenas como ferramenta ou aparato tecnológico. Nomeando certo dualismo, se teria, de um lado, o homem (ser dominante) e, do outro, a máquina (objeto dominado). Porém, essa perspectiva não alcança toda importância, participação que a última tem na existência humana, pois a tecnologia consiste em uma dimensão gigantesca do indivíduo e do próprio processo civilizatório

¹⁰ Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por fomentar a investigação em questão (Processo nº: 2011/18335-3), cuja realização não seria possível sem o suporte desta.

(MCLUHAN, 1979). Ademais, segundo Santos e Vidotti (2009, p. 1):

[...] a tecnologia inclui a totalidade da nossa cultura material, e não apenas ferramentas e máquinas. [Esta] reflete o modo de pensar e os valores de cada cultura e de cada sociedade. Ela é a formadora do ambiente concreto da sociedade, pois se refere a todo segmento do universo físico socialmente apropriado.

Isto é, sua realidade concreta e objetiva sofre relação dialética com o campo subjetivo de cada cultura:

As tecnologias da comunicação, como a tecnologia em geral, não são neutras, isto é, não são um mero instrumento de que se serve um sujeito, individual ou coletivo, para agir no mundo, mas elas transformam a natureza mesma da relação entre o sujeito e o mundo e, por conseguinte, a própria auto-compreensão do agente moral humano (CAPURRO, 2012)

Com a prensa gutenberguiana, a sociedade feudal e artesanal altera seu modo de produção e sua economia, lançando as bases materiais do que seria a Revolução Industrial. Esta contribuiria também, em parte ou indiretamente, à derrubada do regime monárquico francês, imprimindo e disseminando o ideal liberal burguês e a escola racionalista enciclopédica.

No desenrolar da história, as extensões tecnológicas se mostram como fios que tecem a invisível rede da cultura humana. A tecnologia é a pele de nossa cultura. Ela nos envolve por todos os cantos, é o canal transmissor de nossas sensações (KERCKHOVE, 2009). E, no que toca esta questão, se pode notar uma associação entre o meio de comunicação vigente e as posturas e processos culturais que dele emergem (MACLUHAN,

1979). O Ciberespaço, enquanto um campo observável, justamente aí se insere: afastando-se do reducionismo tecnológico¹¹, como podemos ver e interpretar, enquanto ambientes, as redes digitais e esferas da informação?

2 DESENVOLVIMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO

Quando o registro do conhecimento era reservado a poucos monges, artesãos, abades, seus próprios deveres diários derivavam desse fazer (cópia e resguardo de obras). Havia quem dissesse, diz Eisenstein (1998), que a reprodução e guarda dos livros, dentro dos monastérios, era um dever ordenado diretamente de Deus. Tarefa então que só era realizada por aqueles que devotassem suas vidas à servidão e comunhão divinas. Isso, contudo, declina durante a Renascença e a criação da Imprensa. Assim, a ruptura causada pelo prelo nos *secularizou*; alargou, segundo McLuhan (1977), o campo dos ofícios, distribuindo-os entre sujeitos de fora dos muros.

Tal mudança ampliou o quadro de profissões e lançou, ainda, as bases materiais para novas ocupações e serviços prestados; retirou, também, como sustenta Innis (1949), a exclusividade de produção, acesso e manutenção do conhecimento registrado das mãos eclesiásticas (ponto de surgimento e emancipação do pensamento reformista de Lutero). O que possibilitou a criação de um sistema cada vez mais

¹¹ A tecnologia (o ambiente dado pelos objetos técnicos) e a materialidade que se faz presente na construção simbólica da subjetividade são matérias negligenciadas, a priori, por muitos estudiosos e pesquisadores do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Assim, como se entende os elementos espaciais e ambientais da tecnologia enquanto pressupostos ao exercício/ação do sujeito sobre o meio e outros indivíduos, é imperativo abordar a tecnologia por este grau de importância.

complexo de produção, distribuição, troca e consumo de produtos (matriz da estrutura sistêmica capitalista). E, por fim, e não menos relevante, fomentou a formação da chamada *Ciência Moderna*.

Quanto aos impactos psicológicos e culturais que esses meios infligiram ao nosso modo de ser (em nossa sociedade como um todo) acredita-se que os meios estimulam certos sentidos humanos, alterando, por essa razão, a percepção de mundo dos indivíduos (MCLUHAN, 1979). Assim, os signos e nossos pensamentos seriam impregnados ou até mesmo subjugados por esse processo. Por assim dizer, existiria, no plano da ação, uma recodificação da linguagem mental e corpórea, a partir da experiência com os meios e seus ambientes (MCLUHAN, 1979). Isso, segundo a tese midiológica de McLuhan (1977, 1979) acumularia a energia necessária para a modificação cultural das civilizações. Em suma, seria a tecnologia (e seus ambientes ativos) um motor que movimentaria a história humana.

No campo do aprender, do memorizar, do transmitir, o mundo oral e imagético pré-alfabetizado (iconográfico) se constituía por meio de livros sem palavras, postos nos umbrais de igrejas, templos e prédios públicos. A saber, as:

Imagens, especialmente [as] estatuas, eram [...] [uma] importante forma de comunicação e mesmo de propaganda no mundo antigo, sobretudo em Roma na era de Augusto. Essa arte oficial romana influenciou a iconografia dos primórdios da Igreja Católica; a imagem de Cristo 'em sua majestade', por exemplo, era uma adaptação da imagem do imperador. Para os cristãos, as imagens eram tanto um meio de transmitir informação como de persuasão. (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 17)

Contudo, no período moderno, o livro acabaria por

descolar o homem desse universo; este transporta-o para o mundo pictórico, perspectivista, racional, no qual o ponto de fuga é a referência abstrativa. Nesse contexto, surgiria o sujeito individual – mastro de todo pensamento liberal e de uma ciência pautada na secularização do conhecimento e da descoberta orientada pela subjetividade reguladora (*revolução copernicana* e o *sujeito cartesiano*, por exemplo).

Nesse processo, a Era das Revoluções (séculos XVII-XVIII) viria à luz. Impérios seculares são destituídos e a hegemonia do pensamento burguês liberal se consolida. Bandeiras de Liberdade, Igualdade e Fraternidade flamulam no ideário social. Hoje, todavia, esse teor de reformulação das configurações sócio-políticas, ensejada pela tecnologia, derivaria não mais dos livros e panfletos, mas em muito das tecnologias telemáticas de informação e comunicação.

No denominado Ciberespaço¹², a efervescência de nosso momento histórico se estabeleceu. Nesse meio, na liquidez do ambiente virtual, pessoas e comunidades se organizam rapidamente em torno de problemas e situações comuns. Desse modo, acelera-se o metabolismo social e político através dos espaços de discussão abertos na Rede. A saber, acerca da relação ideal dos meios de comunicação com a sociedade, Comparato (2001, p. 13) afirma que:

Deve-se partir do princípio fundamental de que a comunicação social, numa sociedade democrática, é

¹² Ciberespaço é um conceito formado, cunhado na literatura cyberpunk na obra denominada *Neuromancer*, de William Gibson, onde este espaço é um ambiente virtual no qual pessoas e corporações lutam, dentro deste ambiente cibernético, por poder, dinheiro e sobrevivência. Na estória de Gibson, é neste espaço que as ações dos indivíduos tomam conta da vida concreta e do imaginário coletivo da sociedade. Não é mera coincidência a proximidade dessa obra literária com a trilogia *Matrix*.

matéria de interesse público, isto é, pertinente ao povo, não se podendo, portanto, admitir nenhuma forma direta ou indireta de controle particular sobre os meios de comunicação [...]

Por isso, é necessário tomar a tecnologia como parte-fundamento de um conjunto de hábitos e processos culturais. Isto é, o metabolismo das reorganizações sociais e econômicas (e sua hegemonia) estão atreladas à tecnologia e ao campo prático que ela dispõe: se a máquina tipográfica imprime uma sequencialidade racional e contínua ao método de trabalho, este outro, por sua vez, irá – tal como ocorreu aí, segundo McLuhan (1977) – se desdobrar ao interior dos hábitos e processos trabalhistas, no plano macro, a partir do ambiente cibernético.

Por este motivo, entender a realidade sem analisar e compreender a tecnologia é, no limite, negligenciar grande parte do mundo que nos circunda e que afeta nossos sentidos e estruturas sociais. Ainda mais ao que se refere à comunicação social e aos meios utilizados por ela como disseminadores de ideologias e comportamentos.

Portanto, o modelo comunicacional, a abrangência, a ação do indivíduo sobre o meio, a forma de recepção, são características ergonômicas do Ciberespaço, capazes de colaborar / coagir à potencialidade de ação social e política do indivíduo / agente, a partir, todavia, do acesso ao ambiente informacional oferecido.

Nos últimos anos, ocorre que a reordenação dos meios (a emergência do Ciberespaço) instaurou, acredita-se, uma reformulação dos poderes e dos jogos de poder entre os indivíduos e o Estado, tanto quanto a publicidade posta sobre esta relação quanto à condição de comunicação e articulação

dessas duas faces (MACHADO, 2002). Vide o caso Snowden e o Wikileaks (RT, 2013)

Não distante da discussão econômica, que sempre está presente, a questão política provavelmente seja a esfera em que isto mais tenha causado impacto e reverberações. Ainda segundo Machado (2002), a sensação de liberdade promovida pelo ambiente cibernético desvelou algumas ações sociais que colocaram os Estados soberanos em maus-lençóis ou em atrito com seus cidadãos.

A *Primavera Árabe* é exemplo recorrente dessa possível mudança. Mas qual a repercussão prática dessa mudança, se é que ela realmente existe? Há alguma revolução cultural no que tange a esfera pública e os espaços de debate? Nesta seara, segundo Lemos (2011):

Muitos artigos têm discutido o papel das mídias sociais [...] nos atuais acontecimentos no norte de África e Oriente Médio: Tunísia, Egito, Barein, Líbia, Iêmen, Marrocos [...] Uma verdadeira avalanche revolucionária atinge países dominados por ditaduras ancestrais e/ou por fundamentalismos religiosos. O que estamos assistindo é uma revolução de jovens que pedem a saída de regimes autoritários em nome da liberdade e da melhoria das condições de vida [...]

No portal da CNN Internacional consta uma matéria denominada: *The Faces of Egypt's "Revolution 2.0"*. O artigo aborda diversos pontos acerca das transformações político-sociais no mundo egípcio, dentre elas, a participação das tecnologias nessa dinâmica. A saber:

Revolucionários egípcios anônimos criaram um 'evento' no Facebook, como outro evento qualquer – uma confraternização de amigos, por exemplo –,

para o dia 25 de janeiro, [...] Intitulado: ‘O dia de uma revolução contra a tortura, pobreza, corrupção e desemprego’. (SUTTER, 2011, tradução e grifo nossos)¹³.

Tal trecho da reportagem demonstra a participação do Facebook, ou ainda, das redes sociais, das tecnologias de informação e comunicação, na articulação e organização dos protestos – por sinal um dos mais relevantes que precederam a derrubada do governo do então presidente Mubarak, governante que esteve no poder por quase trinta anos.

É importante destacar que tais acontecimentos não ocorreram apenas no Egito. Anteriormente, a Tunísia havia passado por um processo semelhante. Entretanto, muitos outros países do Oriente Médio, como: Iêmen, Líbia, Bahrein, Síria, entre outros, vivenciam a mesma situação. Em todos esses eventos há uma constante: a presença das tecnologias de informação e comunicação nos acontecimentos sociopolíticos nacionais e internacionais; da eleição presidencial brasileira de 2010 à derrubada de sistemas governamentais – e, também, de seus representantes – de grande parte do Oriente Médio e até mesmo da Europa (especificamente da Grécia, caso mais recente e também de grande importância). Sobre esses eventos ocorridos no Oriente Médio, Lévy (2003, p. 59) afirma: “as infraestruturas de comunicação e as tecnologias intelectuais sempre mantiveram estreitas relações com as formas de organização econômicas e políticas.”

¹³ “*Egypt’s then-nameless revolutionaries had created a Facebook ‘event’ for January 25, like those for birthday parties or dinner gatherings. They gave it an ominous name: ‘The Day of the Revolution against Torture, Poverty, Corruption and Unemployment’.*”

Para citar outro exemplo, a revista *Carta Capital* apresenta uma reportagem de Tsavkko (2011) acerca dos acontecimentos no Bahrein, durante os conflitos. Em tal artigo, foi apontado pela:

[...] jornalista e ativista barenita Amira Al Hussaini, [que], a rede de TV estatal, depois da chegada das tropas estrangeiras, se limita a repetir clipes de danças e músicas patrióticas enquanto a internet tem sido severamente limitada e sua velocidade foi reduzida ao ponto de quase impossibilitar a navegação. A mesma ativista teve a vida ameaçada por uma célula terrorista local na tarde da quinta-feira, despertando preocupações de outros interesses que estariam em jogo na crise do Bahrein.

Como indicado, a *Web* é vista como elemento de estabilidade ou instabilidade de um governo vigente. Como demonstrado, por meio da *Internet*, as redes sociais, os blogs, as publicações abertas são fatores relevantes a esse fenômeno mundial. Ou melhor, o Ciberespaço – o ambiente informacional estabelecido – tem sido essencial à decorrência desses eventos. Acerca do potencial carregado pela tecnologia, Lévy (2003, p. 60) sustentava que:

As inovações técnicas abrem novos campos de possibilidades [...] Um vasto campo político e cultural [...] abre-se para nós. Poderíamos viver um desses momentos [...] raros em que uma civilização inventa a si própria, deliberadamente. [...] urge imaginar, experimentar e promover, no novo espaço de comunicação, estruturas de organização e estilos de decisão orientados para um aprofundamento da democracia. O ciberespaço poderá se tornar um eixo de exploração [...]

No Brasil, a efervescência sociopolítica diz respeito aos protestos de junho de 2013, em São Paulo, no Rio de Janeiro,

entre muitas outras cidades, em que manifestantes saíram às ruas para protestar contra o aumento da tarifa de ônibus – primariamente –, e depois, acerca de outras reivindicações.

Analisando o caso do Oriente Médio e norte da África, Hogge (2011) afirma que o grau de influência dessas ferramentas e mecanismos de comunicação nos levantes ainda é muito nebuloso, porém, segundo ela – em acordo com Lemos (2011) –, é inegável que “[...] muitos árabes – geralmente jovens [...] idealistas e frustrados – tem sido capazes de usá-los para partilhar informações e coordenar protestos contra regimes autoritários.” Entretanto, a mesma autora questiona qualquer tipo de afirmação que deduza uma relação direta e causal entre as ferramentas de comunicação (TIC) e uma real mudança estrutural no modelo político.

Segundo Zizek (2013), em artigo no qual demonstra a recorrência desses levantes no cenário político mundial e a conexão sistêmica desses acontecimentos, aponta que este sensível mal-estar das condições de vida material e política, a desqualificação dos espaços públicos, o desmantelamento dos serviços sociais fundamentais, ao que parece, são sentidos tanto lá (no Oriente e na Europa, na Grécia, por exemplo), quanto aqui.

Assim, a máquina, desde a Imprensa, em especial, tomou lugar entre os dois elementos (povo / governo). Desse modo, a tecnologia se coloca como canal de comunicação entre ambos. Porém, ela se constitui apenas como via passiva ou neutra de transmissão nessa dinâmica? Qual o papel e o poder da tecnologia na mediação entre indivíduo e suas instituições? Ela, a tecnologia, adiciona algum elemento durante o processo de comunicação e disseminação de informação? O meio transmite alguma mensagem?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema deste breve escrito se estabelece na tese de McLuhan – “o meio é a mensagem” –, como base para a reflexão de um ambiente conformador das atitudes e comportamentos da sociedade contemporânea. Em especial, o potencial democrático veiculado pelo *media* do Ciberespaço.

Acerca disso, talvez a maior contribuição de McLuhan para este trabalho se resuma à compreensão do comportamento dos meios e seus ambientes, mas inclui, também, a necessidade de se perceber a pressão que cada ambiente acarreta sobre uma sociedade. A Ciência da Informação, como aponta Borko (1968) – sendo esta uma disciplina que investiga o comportamento da informação, desde sua criação ao uso, bem como os ambientes informacionais onde isto se dá –, deve perceber a ecologia desses meios.

A noção ética que emerge desta discussão se encaminha para a própria CI e à percepção acerca dos ambientes que se formam a partir de suas práticas e instrumentos (seus sistemas de informação), bem como o entendimento de que tais ambientes são as plataformas do conhecimento que se gera nestes espaços. Esta complexa equação, assim entende-se, estreita os laços de dois objetos: informação e espaço de criação, além de questionar a causalidade das possibilidades do espaço, da forma que se dá para a informação e o poder de ação potencial emergente desta condição.

REFERÊNCIAS

BORKO, H. Information Science: What is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CAPURRO, R. Informação e ação moral no contexto das tecnologias de comunicação. In *Informação, conhecimento e ação ética*. GONZALEZ, M. E. Q.; BROENS, M. C.; MARTINS, C. A. (Orgs.). Marília: Oficina Universitária, 2012. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/e-book_informacao-e-conhecimento.pdf Acesso em: 28 mar. 2021

COMPARATO, F. K. A democratização dos meios de comunicação de massa. *Revista USP*: São Paulo, n. 48, p. 06-17, dez./fev. 2000-2001.

EISENSTEIN, E. L. Parte I: o advento da cultura impressa no ocidente. In _____. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. Tradução Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1998. (Múltiplas escritas)

HOGGE, B. A nuvem de liberdade. *poliTICs*, n. 9, 2011. Disponível em <<https://politics.org.br/edicoes/nuvem-de-liberdade>> Acesso em: 20 mar. 2021.

INNIS, H. A. The bias of communication. *The Canadian Journal of Economics and Political Science*: Toronto, v. 15, n. 4, p. 457-476, nov. 1949. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/138041>> Acesso em: 29 de ago. de 2013.

KERCKHOVE, D. de. *A pele da cultura*. São Paulo: Annablume, 2009.

LEMOS, A. Thing (and people) are the tools of the revolution! In: _____. *Carnet de notas: cibercultura, tecnologia, comunicação e cultura*. 25 de fev. de 2011. Disponível em:

<<https://www.politics.org.br/edicoes/things-and-people-are-tools-revolution>> Acesso em: 20 mar. de 2021.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4. ed. Tradução Luis Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2003.

MACHADO, J. S. O ciberespaço como arquitetura da liberdade: tentativas de territorialização e controle da rede. In ALVES, G.; MARTINEZ, V. (Orgs.). *Dialética do ciberespaço: trabalho, tecnologia e política no capitalismo global*. Bauru: Práxis, 2002.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação: como extensões do homem*. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1979.

MCLUHAN, M. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. 2. ed. Tradução Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RT QUESTION MORE. *WikiLeaks posts 400 gigabytes of encrypted 'insurance' data online*. 2013. Disponível em: <https://www.rt.com/news/wikileaks-encrypted-files-facebook-626/> Acesso em: 19 mar. De 2021.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; VIDOTTI, S. A. B. G. Perspectivismo e Tecnologias de Informação e Comunicação: acréscimos à Ciência da Informação? *DataGramaZero: revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1-11, jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/10396>> Acesso em: 10 mar. de 2021.

SUTTER, J. D. *The faces of Egypt's "Revolution 2.0"*. Disponível em: <http://www.cnn.com/2011/TECH/innovation/02/21/egypt.internet.revolution/index.html> Acesso em: 8 de jun. de 2011.

TSAVKKO, R. *Crise no Barhein*: intervenção estrangeira e protestos populares. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/crise-no-bahrein-intervencao-estrangeira-e-protestos-populares> Acesso em: 8 de jun. de 2011.

ZIZEK, S. Problemas no paraíso: artigo de Slavoj Zizek sobre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/05/problemas-no-paraíso-artigo-de-slavoj-zizek-sobre-as-manifestacoes-que-tomaram-as-ruas-do-brasil/> Acesso em 8 mar. de 2021.

CAPÍTULO 7

O PERMANENTE E O EFÊMERO: O CONCEITO DE PATRIMÔNIO NAS PERSPECTIVAS DO OCIDENTE E ORIENTE

Luciana Oliveira de Brito

Lizete Dias de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2001, revoltado e incrédulo, o mundo ocidental testemunhava a destruição de duas estátuas gigantes de Buda pelo Talibã. Esculpidas na rocha das montanhas do Afeganistão, entre os séculos II e V A.D., elas eram obras-primas da arte de Gandhara, um estilo influenciado pela cultura greco-romana e pela espiritualidade hindu. Enquanto diversos países e instituições repudiavam o ato praticado, a Organização das Nações Unidas (ONU) condenou a destruição dos Budas, que eram considerados patrimônio de toda a humanidade.

No Tibete, em tempos imemoriais, havia um mosteiro famoso por possuir uma enorme estátua de Buda entalhada na madeira. Diariamente, os monges realizavam suas práticas meditativas e recitações diante da imagem de Buda e aspiravam a alcançar a iluminação tal qual o Mestre atingira. A imagem era mais do que uma simples representação do Buda e os lembrava das incomensuráveis qualidades do “Iluminado”. Em um inverno, mais rigoroso do que de costume, os monges já haviam consumido toda a lenha do mosteiro. Como a nevasca os impedia

de sair para procurar lenha no bosque, castigados pelo frio, eles queimaram a estátua do Buda.

Tanto a ação do Talibã como a história dos monges, seja ela verdadeira ou não, narram a “destruição” de objetos considerados patrimônios que, segundo a visão ocidental, “devem” ser preservados. Na perspectiva dos povos ocidentais, os talibãs causaram um dano irreparável não só à herança cultural do Afeganistão, mas ao patrimônio de toda a humanidade. Na perspectiva dos talibãs, tratava-se de destruir objetos de idolatria, prática condenada por sua crença religiosa. No caso dos monges, queimar a estátua de madeira, além de significar a própria sobrevivência, demonstrava o desapego ao suporte físico da representação de Buda, impermanente por natureza. Mesmo destruída a matéria, a essência de Buda teria permanecido intocada, pois a natureza búdica está dentro de cada um dos seres.

Essas duas histórias tornam evidente que o conceito de patrimônio é definido a partir de visões de mundo culturalmente construídas e, portanto, está historicamente determinado. Da mesma forma, a ideia de patrimônio está sujeita à impermanência, alterando-se conforme mudam os contextos em que está inserido. Os conceitos, assim como as realidades, são construídos por nós mesmos. Ou seja, somos nós quem damos concretude a todos os fenômenos que, em essência, são vazios de solidez. É na relação entre sujeito e observador que surgem os significados que atribuímos ao mundo que nos rodeia. E esses significados são efêmeros e mutáveis porque dependem da nossa visão, que também está em constante mudança. Assim, podemos compreender que não existem verdades ou conceitos absolutos –

os significados que atribuímos a todas as coisas são inseparáveis da nossa própria mente.

2 PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO: PERSPECTIVA OCIDENTE-ORIENTE

Apesar da multiplicidade de sentidos que a palavra “patrimônio” pode apresentar, a ideia recorrente diz respeito a algo que será transmitido às futuras gerações, que possui um valor (pecuniário ou simbólico) e, por isso, é um bem que deverá ser preservado. Historicamente, o conceito de patrimônio vem sofrendo transformações profundas, deixando de referir-se apenas às obras de “valor” artístico e histórico, cultuadas como símbolos de uma identidade nacional. O alargamento do conceito resulta na incorporação de novas categorias, como patrimônio imaterial ou intangível, patrimônio mundial, patrimônio da humanidade, patrimônio natural, entre outros.

2.1 Conceitos de patrimônio e de impermanência

O conceito de patrimônio vigente em cada época determina o conjunto de bens selecionados e as estratégias de sua preservação. Como lembra Dominique Poulot, “[...] determinados tipos de objetos ou de edifícios se tornam patrimoniais, por oposição a um grande número de outros que são negligenciados ou destruídos.” (POULOT, 2009, p. 15). Sendo assim, a constituição de um patrimônio é o “[...] resultado de uma dialética da conservação e da destruição.” (op. cit., p. 13). Determinar o que é e o que não é patrimônio constitui-se em um trabalho de seleção e pressupõe a existência de sujeitos / instituições que realizam esse trabalho segundo suas próprias ideologias e visões de mundo.

Nos países ocidentais, de modo geral, as práticas de preservação estão voltadas para a permanência das expressões materiais e são privilegiados os objetos autênticos, sobretudo no que diz respeito ao campo das artes. A noção de autenticidade está vinculada à ideia de objeto único, original, ou seja, aquele que não é resultado de uma reprodução e nem sofreu alterações. Segundo Walter Benjamin (1969, p. 14), “[...] o que caracteriza a autenticidade de uma coisa é tudo aquilo que ela contém e é originalmente transmissível, desde sua duração material até seu poder de testemunho histórico”. Para o autor (op. cit., p. 15), nem mesmo a mais perfeita reprodução possui o *hic et nunc* (aqui e agora) da obra de arte – a sua presença ou “[...] aquilo que existe uma só vez”. O conceito de autenticidade, conforme o entendimento de Benjamin, está de acordo com o que Aloïs Riegl (1984, p. 37) definiu como “valor histórico”, ou seja, “[...] tudo aquilo que foi, e não é mais hoje em dia”, o que não pode ser reproduzido e nem alterado, que representa um “elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento”.

Já nos países orientais¹⁴, o foco está na preservação dos conhecimentos e das técnicas que possibilitam a reprodução dos objetos. A “autenticidade oriental” refere-se à continuidade de processos criativos, como a utilização de técnicas de produção tradicionais, artesanais, conhecimentos e habilidades transmitidos de geração em geração. Dessa forma, o *savoir faire* adquire maior importância do que os objetos resultantes desse

¹⁴ Entenda-se por “países orientais”, no contexto dessa pesquisa, países do leste e sudeste asiático, como Japão, China, Coreia, Tibete, Camboja, Malásia, Tailândia, Vietnã, Índia, entre outros, onde se desenvolveram as diversas tradições budistas.

trabalho. Cabe salientar que, desde a década de 1950, o Japão já havia definido uma política de preservação do patrimônio cultural que não estava voltada para a conservação de edificações ou objetos, e cuja prioridade era apoiar as pessoas e grupos que mantivessem vivas as tradições artísticas e ritualísticas e as diversas técnicas de produção. Assim, “[...] de acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem as tradições, tornam-se mais importantes do que as coisas que as corporificam.” (SANT’ANNA, 2009, p. 52).

Essa oposição entre as visões ocidental e oriental fica evidente nas diversas recusas, por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), à concessão de títulos de “Patrimônio Mundial” a monumentos japoneses onde a conservação das edificações, por exemplo, é feita através da substituição de partes danificadas por cópias fiéis das mesmas. A concepção ocidental de “autenticidade”, que norteava as ações da UNESCO até a década de 1980, fundamentava-se na autenticidade dos materiais e não na das técnicas e processos de criação.

O Templo Ise, construído no ano 478 A.D. e cuja arquitetura tradicional encontra-se preservada até hoje, é um bom exemplo dessa concepção que valoriza o processo de transmissão do saber fazer. A cada 20 anos, em uma cerimônia conhecida por *Shikinen Sengu*, o templo é totalmente destruído e reconstruído com a madeira dos bosques do entorno. Esses bosques é que são cuidadosamente preservados, pois são considerados sagrados. O ritual, que simboliza a impermanência de todas as coisas e a contínua renovação do universo, assegura que as técnicas tradicionais de construção sejam transmitidas à geração seguinte.

Um marco nas discussões sobre o conceito de autenticidade foi a Convenção de Nara, no Japão, promovida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1994. O documento que resultou desse encontro afirma que não é possível basear julgamentos de valor e de autenticidade a partir de critérios fixos fora da cultura que os criou. “Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam.” (ICOMOS, 2021, p. 118).

Tal como em uma mandala, em que cada um acrescenta sua concepção a um todo, as visões sobre o patrimônio de países como Japão, Coréia, Tailândia, foram fundamentais para a revisão e a ampliação do conceito de patrimônio. A experiência milenar na preservação do patrimônio intangível, não voltado apenas aos objetos, serviu de base para que a UNESCO definisse as novas diretrizes das políticas de preservação resultantes da “Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, realizada em Paris, no ano de 2003.

2.2 Cartas Patrimoniais e Mandalas

Na criação de uma mandala, a areia colorida vai preenchendo o desenho rabiscado no chão, onde cada linha, cada forma, carrega um significado. A areia, que dá origem aos símbolos do Dharma (a Lei que rege a vida do universo), em essência continua a ser areia colorida. Nesse trabalho, que pode levar dias ou semanas até que o último grão de areia ocupe o último ponto do desenho, os monges não perdem a consciência de que a areia é apenas areia. Mas, dependendo de quem a observa, por sua beleza, riqueza de detalhes e de cores, pode ser considerada uma “verdadeira obra de arte”.

Tão logo esteja concluída, os monges budistas iniciam a “Cerimônia de dispersão”: o chão é varrido e a imagem de areia é destruída. A mandala já não existe mais. Por que acabar com esse belíssimo e árduo trabalho? Não seria mais lógico pintá-la e preservá-la para que o maior número de pessoas pudesse admirar sua complexidade de formas e cores? Ou, ao menos, em uma tentativa de registro, poderiam ser fotografadas antes de serem destruídas. Afinal, é próprio da fotografia o poder de capturar o efêmero, tornando presente o que já não existe. Quem tem o direito de destruir uma obra de arte? Mas o trabalho dos monges tem um sentido além das aparências...

Como uma espécie de mandala, as diversas “Cartas Patrimoniais” da UNESCO e do ICOMOS são referência que definem as políticas de valorização e preservação dos monumentos, conjuntos e sítios do patrimônio mundial. No mundo ocidental, esse conjunto de Cartas desenha o conceito de patrimônio no decorrer do tempo, mostrando o contraste entre concepções ocidentais e orientais de conservação do patrimônio.

O primeiro documento internacional foi a Carta de Atenas, de 1931, publicada no I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, promovido pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações. A Sociedade das Nações, ou a Liga das Nações, fora criada em abril de 1919 (logo após o fim da Primeira Guerra Mundial) com o objetivo de preservar a paz e resolver conflitos mundiais. Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, a Sociedade das Nações foi extinta e suas responsabilidades foram transferidas para a recém-criada ONU.

A Carta de Atenas trata da proteção e da conservação dos monumentos de interesse histórico, artístico e científico. O termo “patrimônio” não é mencionado no texto da carta, mas conforme sublinha Choay (2008, p. 12), naquele momento, patrimônio e monumento eram então sinônimos. O patrimônio era representado por um conjunto de edificações e de monumentos históricos, dentro da conhecida concepção do patrimônio de “pedra e cal”. A carta enfatiza a importância da conservação preventiva para evitar a degradação dos monumentos, aprovando o emprego de materiais modernos nas restaurações, que deveria ser “dissimulado” para não alterar as características estéticas do edifício (ICOMOS, 2021, p. 35-36). Em contraste com a determinação dessa primeira carta, a arte japonesa de *Kintsukuroi* ou “emenda de ouro”, é uma técnica de reparação da cerâmica com pó de ouro e laca, deixando à mostra as marcas do tempo e do desgaste. Essa técnica tem origem na filosofia *Wabi-sabi*, de aceitação da imperfeição, do não-apego e da impermanência.

A Carta de Atenas também recomenda que os países participantes da Convenção, que reuniu apenas países europeus, realizassem inventários de seus monumentos históricos, devidamente fotografados e descritos. Essa recomendação vem reafirmar o caráter material do conceito eurocêntrico de patrimônio / monumento. No Brasil, o primeiro instrumento legal de preservação do patrimônio material é o Decreto Lei n.º 25/1937, que institui os quatro Livros de Tombo para registro de bens: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Após a destruição provocada pelas duas Guerras Mundiais, e já em um contexto de Guerra Fria, realiza-se o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, promovido pelo ICOMOS, em Veneza, no ano de 1964. O congresso já contou com a presença de três países não europeus, dentre os 23 membros do Comitê que redigiu o documento: Tunísia, México e Peru. Os Estados Unidos da América foi o único país que não ratificou a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. A Carta de Veneza ressalta a importância da Carta de Atenas como um ponto de partida para a sistematização de princípios norteadores das práticas de conservação e restauração dos monumentos históricos. Porém, revê e aprofunda seus princípios já no seu artigo 1º, ampliando a noção de monumento para “[...] não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.” (ICOMOS, 2021, p. 41). O termo patrimônio é citado, mas ainda não representa um conceito: aqui, ele qualifica as “obras monumentais”, reafirmando o caráter de herança a ser preservada, uma vez que essas obras representam a materialização da memória coletiva.

A Carta de Veneza também destaca a importância da conservação dos monumentos por meio de manutenção permanente. Afirma que a restauração é um procedimento de “caráter excepcional”, que deve respeitar a autenticidade do monumento. Dessa maneira, o uso de materiais modernos em vez dos tradicionais é permitido, desde que seja feita uma distinção entre as partes reconstituídas e as originais, “[...] a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.” (op. cit., p. 42). Assim, se as técnicas tradicionais se revelarem

inadequadas, poderão ser utilizadas técnicas modernas (observe, aqui, uma semelhança com a técnica japonesa *Kintsukuroi*).

Em contraste com Carta de Veneza, a preservação do “Salão Dourado” do templo budista de Horyuji, próximo à cidade de Nara, no Japão, é paradigmática. Construído no século VII, ele é considerado o edifício de madeira mais antigo do mundo. No ano de 670 A.D., foi destruído por um incêndio e reconstruído. Em duas ocasiões a estrutura do salão foi totalmente desmontada, reparada e remontada: em 1374 e 1603. Em janeiro de 1949, um novo incêndio carbonizou as vigas e pilares do Salão e as pinturas murais foram extremamente danificadas. Novamente o Salão Dourado foi reconstruído com o *hinoki*, o cipreste japonês, mesma espécie de madeira do edifício original, usando as técnicas e ferramentas tradicionais na reconstrução. Especialistas calculam que apenas 20% dos materiais originais permanecem no Salão Dourado (LARSEN, 2021). Para os japoneses preserva-se o conceito formal e original e não a integridade física da edificação.

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural é resultado da Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1972, em Paris. Em seu texto, artigo 1º, a convenção define o patrimônio cultural como sendo as obras monumentais de arquitetura, pintura e escultura e elementos arqueológicos; os grupos de construções com valor universal excepcional (histórico, artístico ou científico); os locais de interesse do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (ICOMOS, 2021, p. 55). Aqui, o termo “patrimônio” já surge como um conceito, assumindo a significação que durante longo tempo norteou as políticas de preservação. Sua abrangência é ampliada, considerando os monumentos e incorporando novas categorias como “patrimônio natural”. Um dos objetivos da Convenção de

1972 era incentivar os países participantes a elegerem os representantes mais significativos de seu patrimônio, cultural ou natural, para constarem na Lista do Patrimônio Mundial. Para figurarem na lista, os sítios indicados deveriam possuir um “valor universal excepcional” (op. cit., p. 55) e estarem de acordo com os critérios de seleção definidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial.

A convenção pretendia definir parâmetros para a proteção do patrimônio em escala universal, mas os critérios – definidos a partir de uma visão de mundo eurocêntrica – utilizados para avaliar os bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial acabavam por excluir o patrimônio de várias culturas. Assim, a lista não refletia a diversidade cultural e natural e a Convenção beneficiava um número limitado de países através do Fundo do Patrimônio Mundial e de outros mecanismos de assistência financeira internacional, destinados à conservação do patrimônio. Apenas na década de 1990 é que os países orientais tiveram representantes de seus patrimônios incluídos na Lista do Patrimônio Mundial: Tailândia (1991), Índia (1993), Japão (1993), Coreia do Sul (1995) e China (1997).

A partir da Conferência de 1972 é que se deu uma maior participação de países dos demais continentes, principalmente os latino-americanos e asiáticos, que passaram a reivindicar o reconhecimento e a proteção de suas culturas tradicionais e populares (SANT’ANNA, 2009, p.53).

A Declaração do México resultou da “Conferência mundial sobre as políticas culturais”, promovida pelo ICOMOS, em 1985. O texto reflete a ampliação do conceito de cultura e a consequente complexidade que assume o termo patrimônio nesse momento, abarcando todas as expressões culturais e não

somente os bens de “valor universal excepcional”. O patrimônio, segundo a declaração, não é apenas um conjunto de monumentos e edificações, mas o produto da criatividade humana e é a partir dele que os povos reconhecem a si mesmos. Por isso a preservação do patrimônio de um grupo adquire relevância na medida em que esse patrimônio reforça a sua identidade cultural (IPHAN, 2021, p. 4).

Na década seguinte, em 1994, a Conferência de Nara, chamada “Conferência sobre Autenticidade em Relação à Convenção do Patrimônio Mundial”, é um marco nas discussões sobre o conceito de autenticidade e teve como um dos principais objetivos a ampliação do pensamento sobre a conservação, “[...] no sentido de promover um maior respeito à diversidade do patrimônio cultural [...]” (ICOMOS, 2021, p. 118).

O documento observa que a busca de uma identidade cultural, em resposta à globalização e à homogeneização a que a cultura está sendo submetida, muitas vezes assume a forma de um nacionalismo agressivo, que desconsidera as culturas das minorias. A diversidade de culturas e de patrimônios deve ser reconhecida, pois ela é uma importante “[...] fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade.” (op. cit., p. 118). A autenticidade, dessa forma, estaria relacionada às características particulares de cada cultura e às suas diversas expressões tangíveis e intangíveis, sem a imposição de valores dominantes, que não se adequassem às demais culturas. Da mesma forma, os julgamentos de valor deveriam ser feitos considerando-se os contextos culturais dos bens patrimoniais, pois cada grupo deseja preservar e conservar aquilo que considera relevante.

Em 1999, a UNESCO cria uma distinção internacional denominada “Proclamação das obras-primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade”, com a finalidade de identificar os exemplos mais notáveis de espaços culturais ou formas de expressão popular e tradicional para o conhecimento, a valorização e a salvaguarda do patrimônio imaterial. Em três proclamações (2001, 2003 e 2005) 70 países receberam essa distinção e 90 manifestações e/ou espaços culturais foram proclamados como obras-primas. Desses, apenas 19 se encontram na Europa.

A partir da ratificação da Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (Conferência Geral da UNESCO, Paris, 2003), a “Proclamação” foi extinta e os bens já proclamados passaram a integrar a “Lista do Patrimônio Imaterial”. Os critérios de inscrição na lista já não têm base na autenticidade ou na excepcionalidade do patrimônio, mas na noção de “representatividade”.

Não se pode perder de vista que as dimensões material e imaterial do patrimônio não são aspectos distintos ou antagônicos, porque o material e o simbólico que constituem as culturas não são dissociados. Pelo contrário, são aspectos interdependentes, pois antes que o criador dê forma e materialidade à sua criação, ela já existe como forma sutil em sua mente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como em uma mandala, procuramos apresentar os pontos de vista ocidental e oriental acerca da preservação do patrimônio. São nítidas as diferenças entre essas visões e, em

certos momentos, elas foram mesmo conflitantes. Fundamentalmente, ocidentais e orientais buscam a preservação de bens que sejam significativos para as suas respectivas culturas, mas adotando práticas que vão priorizar o aspecto sutil ou material desse patrimônio. As estratégias ocidentais priorizam a materialidade e a autenticidade daquilo que, por natureza, é impermanente e não pode escapar à irreversibilidade do tempo.

De modo geral, no Ocidente, consideramos que a realidade, em última instância, é a materialidade, herança do cientificismo: o que não é visível, palpável e mensurável não é real e verdadeiro. Assim, para as sociedades ocidentais, os bens materiais representam o “gênio criativo humano” e devem ser preservados como testemunhos para que as futuras gerações tomem conhecimento de nossa capacidade excepcional. Porém, se pensarmos que o que importa é a informação que esses vestígios carregam, então o suporte material dessa informação torna-se secundário. Seria como guardar um bolo intocado com o objetivo de preservar uma receita. Na verdade, basta que se preserve a receita e ela passará de geração em geração, pelo menos até o momento em que alguém tiver interesse em comer aquele tipo de bolo.

No Japão, por outro lado, quando uma edificação tem suas partes substituídas por cópias exatas, o que se busca preservar é a informação que está registrada nessas construções. O conceito formal, as técnicas tradicionais de construção, a floresta de onde é retirada a madeira, as ferramentas, enfim, o “saber fazer” é a essência a ser preservada. O aspecto “sutil”, e não o material, está no centro das práticas de preservação. No Ocidente, essa prática é considerada uma “falsificação”, pois o que se busca preservar é a autenticidade, a forma original da edificação.

A mandala, muito antes de assumir a sua forma material, já existia na mente dos monges, ou seja, ela já ocupava um espaço no mundo sutil. Estando na mente, ela pode assumir uma forma concreta a qualquer momento. No Budismo, diz-se que a mente é “luminosa” porque é nela que tudo surge, porque é em nossos pensamentos se originam nossas ações. O mundo de formas concretas que habitamos é construído a todo momento e o patrimônio é o que se mantém vivo na mente sutil dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. In: GRÜNNEWALD, José Lino. *A ideia do cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ICOMOS. *International Charters for conservation and restoration*. Munich: German Federal Government Commissioner for Culture and the Media; Messerschmitt Foundation, 2004. Disponível em: http://openarchive.icomos.org/id/eprint/431/1/Monuments_and_Sites_1_Charters.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

IPHAN. *Declaração do México*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaraçao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em 07 mar. 2021.

LARSEN, Knut Einar. *Occasional papers for the World Heritage Convention: a note on the authenticity of historic timber buildings with particular reference to Japan*. Paris: ICOMOS, 1972. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/publications/larsen-authenticity.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse*. Tradução de Ana Inés Arce. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

SANT'ANNA, Márcia. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

CAPÍTULO 8

OPEN PEER REVIEW: DIMENSÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Kleisson Lainnon Nascimento da Silva

Joana Coeli Ribeiro Garcia

Maria das Graças Targino

1 REFLEXÕES PRELIMINARES

A avaliação por pares, *peer review*, avaliação entre pares, análise científica, parecer, escrutínio ou avaliação paritária (nomenclaturas utilizadas no decorrer deste texto) constitui objeto de estudo presente nos mais diversos domínios do conhecimento e indispensável à evolução da produção científica e tecnológica na contemporaneidade.

Os moldes avaliativos perpetuam-se com o passar dos anos e suas contribuições em benefício da comunicação científica são incontestáveis. Denominados de eixos da comunicação científica, abrangem as arbitragens às cegas ou convencionais (semi-cega / *single-blind*, duplo-cega / *double-blind* e triplo-cega / *triple-blind*) e a discutível avaliação por pares aberta, *open peer review* (OPR), destacando-se como filtros que segregam, a título de produção acadêmica, o que se considera aceitável e íntegro na perspectiva dos *referees*.

Embora tenha como objetivo inicial contribuir para fundamentação da Ciência e de seus respectivos domínios acadêmicos, ressalta-se que a avaliação por pares às cegas é polêmica, prolixa e passível de falhas no decorrer de sua

operacionalização. Segundo Nassi-Calò (2015), tal instrumentalização consiste em: a) lentidão do processo de análise, razão principal de ser considerada como processo pouco sustentável; b) emissão de pareceres de má qualidade; c) eventuais evidências de plágio; d) pareceres preconceituosos; e) falta de transparência.

Num cenário de incertezas e vieses, surge a OPR, ocasionando a quebra de paradigmas estabelecidos pela *blind review*. *A priori*, oferece aos autores a possibilidade de pareceres abertos, enviados de acordo com prazos estabelecidos, o que atribui aos avaliadores / *referees* o reconhecimento por seu empenho, redundando em prestígio dos periódicos.

O objeto de estudo constante deste capítulo resulta da monografia intitulada: "A visão dos editores do Portal de Periódicos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sobre a *open peer review*", pertencente à área de Fundamentos teóricos da Ciência da Informação (CI), como requisito para conclusão do bacharelado em Biblioteconomia junto à UFPB, com o fim mor de apresentar, discutir e abalzar os eixos metodológicos da OPR e, por conseguinte, suas vantagens e desvantagens através de revisão de literatura.

2 EIXOS METODOLÓGICOS E CARACTERÍSTICAS

Entende-se por OPR o reconhecimento intelectual e institucional de autores, avaliadores e editores e, conseqüentemente, a exposição de originais à comunidade científica. A literatura menciona diversidade semântica representativa da ausência de conceito-chave que designe, com completude, a OPR, como Ford (2013); Ross-Hellauer (2017); e

Spinak (2018) dissertam.

Em busca de um denominador comum, Ross-Hellauer (2017) e Spinak (2018) correlacionam a OPR à metáfora do guarda-chuva, que simboliza metodologias e ações arbitrárias voltadas aos propósitos da Ciência Aberta (CA). Para Ford (2013), a revisão aberta se arrima em oito métodos correlatos, dos quais cinco – revisão assinada, revisão tornada pública, avaliação mediada pelo editor, avaliação transparente, avaliação ampliada por grupo de juízes – fazem referência à abertura do processo analítico. Os demais – avaliação pré-publicação, avaliação síncrona e avaliação pós-publicação – contextualizam o tempo de revisão.

No artigo *What is open peer review: a systematic review*, Ross-Hellauer (2017), mediante análise de 122 proposições de abertura do sistema entre pares, delimita sete facetas – identidades abertas, relatórios abertos, interação aberta, participação aberta, manuscritos pré-revisados, comentários abertos pós-publicados e plataformas abertas – das quais, cinco são similares às sugestões de Ford (2013).

2.1 Avaliação assinada (identidades abertas)

Recebe o título de revisão não cega, avaliação nominada, personalizada ou designada (MONSEN; HORN, 2007), opondo-se ao propósito macro das arbitragens convencionais. Isto porque se caracteriza pela autenticação dos avaliadores mediante assinatura dos pareceres, geralmente figurados na página inicial da publicação, quando divulgados para o público. Ao analisar o irresoluto percurso da OPR, Amsen (2014) sinaliza que, entre 1999 e 2012, os periódicos das áreas de Ciências Exatas e da Vida adotaram a nomeação dos avaliadores à medida que os artigos

eram publicados na expectativa de conceder mérito pelo êxito do manuscrito ou responsabilizá-los em casos de vieses.

Este gênero avaliativo incentiva os árbitros à qualificação de pareceres, dando-lhes o crédito pela contribuição, além de reduzir o tempo entre submissão e publicação do manuscrito, o que contribui para o avanço da Ciência e da comunicação científica, como Ross-Hellauer (2017) e Van Rooyen *et al.* (2010) acentuam. Neste limiar, Walsh *et al.* (2000), a fim de verificar a excelência dos pareceres realizados pelos 322 *referees* do *British Journal of Psychiatry*, constataram que 76% dos árbitros se mostraram mais críticos, corteses e responsáveis ao assinar os relatórios em comparação aos não partidários da avaliação assinada.

Posicionamentos assimétricos correlacionam esta prática como o pivô da decadência do sistema cego. A este respeito, Nobarany e Booth (2015) exemplificam o processo de avaliação assinada à luz da teoria da polidez. Para eles, os avaliadores adotam postura contrária às suas intenções, isto é, tendem a ser gentis, moderados e cautelosos visando minimizar possíveis conflitos.

Os conflitos entre avaliador-avaliado constituem pauta recorrente no contexto editorial, pois através deles, consolidam-se represálias, intolerância e perseguição na academia. Em estudo proposto por Lynam *et al.* (2019), descobriu-se que dentre os avaliadores, o medo de futuras retaliações é a razão que inviabiliza a assinatura de pareceres. Nesta sequência, Zhang e Smith e Lobo (2020) mencionam o caso dos árbitros juniores. Salvo exceções, por receio de implicações e represálias adversas às revisões de seus manuscritos e face às relações conturbadas em âmbito profissional tendem a ser apartidários da OPR.

2.2 Avaliação tornada pública (relatórios abertos)

Os relatórios abertos, ou seja, a divulgação de relatórios de avaliação e de histórico de comunicações entre árbitros e autores é disponibilizada, em geral, ao final do artigo. A respeito dos relatos avaliativos, Ross-Hellauer e Deppe e Schmidt (2017) mencionam que, pela lógica das arbitragens tradicionais, após a publicação do texto, os relatórios de revisão perdem o valor e são (ou deveriam ser) descartados para evitar acúmulo de documentos, em espaços físicos ou digitais, ao contrário dos relatórios abertos, invariavelmente, publicados com o artigo.

Os autores supracitados ainda pontuam como prerrogativas da OPR: a) reconhecimento dos *referees*; b) fundamentação e aceitação de críticas pelos autores; c) uso dos relatórios e dos históricos avaliativos como recurso didático para nortear os avaliadores iniciantes.

2.3 Avaliação mediada pelo editor

A avaliação mediada pelo editor consiste em procedimento comum tanto nas arbitragens *blind* quanto nas *open*. Para Ford (2013), é quando as ações promovidas pelo editor contribuem para o seguimento da avaliação, incluindo a pré-seleção de artigos e/ou as tomadas de decisão de aceite e/ou recusa fundamentadas nas interpelações dos árbitros.

2.4 Avaliação transparente (interação aberta)

A avaliação transparente refere-se à divulgação das etapas da avaliação à comunidade. Ao descrever as características da OPR, é ainda Ford (2013) quem enfatiza o fato de, a partir desse recurso, a comunidade passar a ter acesso às identidades de autores e árbitros, às avaliações elaboradas por cada revisor e às respostas dos autores aos comentários dos árbitros após a

publicação do artigo. Por seu turno, Ross-Hellauer (2017) a denomina de interação aberta, haja vista que envolve a abertura das etapas de revisão, encorajando a comunicação mútua entre revisores e autores e revisores e revisores (revisão interpares) a fim de aprimorar um manuscrito ao invés de simplesmente rejeitá-lo.

2.5 Avaliação por grupo ampliado de juízes

Neste caso, tem-se o modelo de revisão colaborativa, no qual os membros de diversas comunidades cooperam por meio de críticas à produção literária e/ou científica. A literatura, a exemplo de autores, como Brabham (2012); Estellés-Arolas e Gonzales-Ladrón-De-Guevara (2012) e Ford, (2013) mencionam outras nomenclaturas: *crowdsourced*, Ciência cidadã; sabedoria das multidões; inteligência coletiva; redes de colaboração e pesquisa participativa

Rotineiramente, o editor seleciona os revisores conforme sua especialidade temática. Na opinião de Ford (2013), nesse modelo há pouca mediação editorial e inexistente limite de árbitros e de comentários direcionados a um só *paper*. Ao invés disso, os autores podem submeter seus trabalhos a um servidor de *preprints* ou enviar a uma comunidade distinta.

Em se tratando dos pontos positivos, Wazny (2017), com o intuito de padronizar um conceito que represente o modelo que ora se explana, aponta as seguintes vantagens: a) reduzir custos; b) ampliar o núcleo de pesquisa; c) ultrapassar limites ideológicos, temáticos e geográficos; d) evidenciar novas problemáticas de pesquisa; e) condensar o período de divulgação; f) expandir o *corpus* avaliativo. Sem embargo, as críticas referenciadas ao modelo colaborativo estão relacionadas à qualificação dos

comentaristas e como incentivá-los a participar do processo de avaliação.

2.6 Avaliação pré-publicação (manuscrito aberto)

No caso da avaliação pré-publicação, como a terminologia sugere, antecede o procedimento formal de avaliação e publicação por intermédio dos servidores ou repositórios temáticos ou servidores de *preprints* – *EngrXiv*, *bioRxiv.or*, *Figshare*, *ChemRxiv*, *F1000Research preprints*, *Peer J Preprints*, *PsyarXiv*, *SocArXiv*, *SSRN* e *ASAPhio*.

Esta dinâmica ocorre quando o autor envia um texto sobre pesquisas avançadas ou em andamento a um repositório temático, solicitando recomendações, emitidas abertamente por especialistas e leitores. Após o escrutínio, o escrito é remetido à análise num periódico, cujas críticas preestabelecidas serão aceitas mediante aval dos *referees* em comum acordo com o editor (SPINAK, 2016).

No que tange às desvantagens, Pöschl (2012) e Spinak (2016) informam que riscos e desvantagens são mínimos. Como exemplo, citam os autores que temem compartilhar versões preliminares de suas pesquisas em repositórios temáticos por receio de apropriação intelectual, considerando que a revisão prévia ocorre em espaço público e antes da avaliação formal. Como vantagens, eles elencam: a) acesso repentino à publicação do manuscrito; b) ritmo adiantado do fluxo de comunicação científica; c) obtenção de quantitativo superior de comentários, em comparação ao processo tradicional; d) divulgação de pesquisas em andamento, oriundas de monografias, dissertações e teses.

2.7 Avaliação pós-publicação

Etapa posterior à divulgação formal da publicação, a avaliação pós-publicação assemelha-se às postagens em *blogs* ou plataformas de *open research*. A avaliação pós-publicação se resume em duas vertentes: a revisão pós-publicação no canal modelo extinto, gerenciado pelo mesmo canal da publicação e a pós-publicação fora do canal de publicação. São revisões geralmente veiculadas noutros veículos, tais como *blogs* ou servidores de *preprints* e *postprints*, como Walker e Silva (2015) descrevem.

O contexto editorial adapta-se cotidianamente à nova conjuntura conduzida pela filosofia da citada Ciência Aberta ou CA, designada pela disponibilização das redes virtuais objetivando visibilizar o posicionamento coletivo referente ao resultado de pesquisas oficialmente publicadas. A este respeito, Ross-Hellauer (2017) afirma que a disponibilização das plataformas de interlocução – *F1000Research blog*, *Living reviews*, *Pubpeer*, *Retraction reviews* – está intimamente interligada à valorização dos comentários reproduzidos pelos usuários, uma vez que contribuem para a proposição de pesquisas partindo de críticas aos resultados divulgados.

Em consonância com a *Enago Academy* (2013), o escrutínio pós-publicação concede aos autores e aos pareceristas: a) participação ilimitada de comentários; b) disseminação de novas ideias em curto espaço de tempo; c) intervenção no controle de periódicos e empresas privadas que detêm direitos de disponibilização e de propriedade intelectual a partir da prestação de serviços avaliativos. Em contradição às assertivas ora enunciadas, Pöschl (2012) arrola como desvantagens: a) censura de pareceres em caso de comentários destrutivos; b) pouco

incentivo financeiro e reconhecimento em comentários adicionais; c) sugestões que não ampliam o nível de informação científica, porque os leitores deverão analisar todos os itens comentados e extrair as informações relevantes; d) manuscritos passíveis de apreensão; e) críticas infundadas por acadêmicos que optam pelo anonimato.

2.8 Plataformas abertas

As plataformas abertas dizem respeito aos serviços de avaliação mediados por plataformas digitais e *softwares* não vinculados a periódicos com o intuito de agilizar a publicação do artigo, a exemplo da *Peerage of Science*, *Peer J*, *Rubric*, *F1000 research*, *Axios Review*. Conforme o levantamento realizado por Hames (2014), essa consultoria editorial surge ao final de 2011, visando otimizar e simplificar o processo, contribuindo para a publicação formal do artigo mais célere.

No que se refere à dinâmica do processo, Ross-Hellauer (2017) assevera que cada iniciativa realiza uma chamada numa plataforma, convidando autores a submeterem suas produções. Estas são enviadas aos árbitros, os quais conduzem a avaliação e, ao final, encaminham os relatórios com comentários de melhoria ou alterações do conteúdo e/ou da apresentação formal do manuscrito.

2.9 Avaliação síncrona

A avaliação síncrona constitui método de análise realizado simultaneamente à publicação oficial do manuscrito. Ford (2013) chama atenção que, na teoria, ela só é abordada como complemento à publicação formal. Em contraposição, Ross-Hellauer (2017) afirma que o modelo fordiano tornou-se confuso ao inserir elementos puramente teóricos, os quais não são

considerados básicos para a OPR.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que incipiente, os modelos de revisão aberta entre pares representam o ápice de um novo *modus operandi* no âmbito da comunicação científica. Porém, estudos e pesquisas inerentes ao fazer científico no cenário permeado pela abertura dos processos analíticos são, ainda, insuficientes, o que justifica a apresentação-síntese deste levantamento teórico.

Diante das possibilidades de avaliação aberta, o Portal de Periódicos da UFPB, contendo 46 títulos, ano 2018, dispunha de uma revista, cujo editor afirma adotar a OPR. Na realidade, o autor do artigo agradece nominalmente aos avaliadores. Em confronto com os modelos discutidos ao longo do texto, percebe-se não manter compatibilidade com os modelos existentes na literatura, até então.

Lançada em 2018 e também constante do mesmo Portal, a revista Ciência da Informação em Aberto (CIAB), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) tem por missão adotar os avanços da CA e seus desdobramentos. Emprega a avaliação mediada pelo editor e tornada pública, cujos relatórios são divulgados junto à publicação ou são disponibilizados aos autores, a depender dos critérios adotados pelos *referees*.

Para ampliar e aprofundar o *corpus* literário da avaliação aberta por pares, recomenda-se, inicialmente, a realização de eventos, mesas redondas, colóquios destinados à comunidade acadêmica com o fim de divulgar e apresentar a dinâmica, os modelos analíticos e incentivar a prática da avaliação aberta em

qualquer de suas nuances.

A CI brasileira, através da prospecção da comunidade acadêmica, vem verificando a satisfação dos atores (editores e avaliadores) a respeito dos moldes que ora despontam. Há, pois, necessidade urgente de identificar os impedimentos para efetivação da OPR e da CIAB. E, de fato, a proposição de conceitos alusivos à avaliação aberta por intermédio da análise da produção científica disponibilizada em bases de dados, repositórios temáticos, periódicos de acesso aberto necessita ampliar horizontes.

Em vista dos tempos hodiernos de Ciência Aberta, sendo a OPR um dos seus pilares, como elemento indispensável que possibilita através de seu aval a existência da própria Ciência, é necessário reafirmar que se ela é *per se* aberta, a avaliação também deverá sê-lo.

REFERÊNCIAS

AMSEN, E. What is open peer review? *F1000 Research Blog*, Rockville, May 2014.

BRABHAM, D. C. Motivations for participations in a crowdsourcing application to improve public engagement in transit planning. *Journal of Applied Communication Research*, Columbia, v. 40, n. 3, p. 307-328, May 2012.

ENAGO ACADEMY. *Quais são os critérios de revisão por pares*. [S. l.: s. n.], nov. 2013.

ESTELLÉS-AROLAS, E.; GONZALES-LADRÓN-DE-GUEVARA, F. Towards an integrated crowdsourcing definition. *Journal of Information Science*, Thousand Oaks, v. 38, n. 2, p. 1-17, Mar. 2012.

FORD, E. Defining and characterizing open peer review: a review of literature. *Journal of Scholarly Publishing*, Toronto, v. 44, n. 4, p. 311-326, July 2013.

HAMES, I. The changing face of peer review. *Science Editing*, Korea, v. 1, n. 1, p. 9-12, 2014.

LYNAM, D. R. *et al.* Should psychologists sign their reviews? Some thoughts and some data. *Journal of Abnormal Psychology*, [S. l.], p. 128, p. 541-546, 2019.

MONSEN, E. R.; HORN, L. V. *Research successful approaches*. 30. ed. Illinois: American Dietetic Association, 2007.

NASSI-CALÒ, L. Avaliação por pares: ruim com ela, pior sem ela. *Blog Scielo em Perspectiva*, São Paulo, abr. 2015.

NOBARANY, S.; BOOTH, K. Use of politeness strategies in signed open peer review. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, Raleigh, v. 66, n. 5, p. 1-45, May 2015.

PÖSCHL, U. Multi-stage open peer review: scientific evaluation integrating the strengths of traditional peer review with the virtues of transparency and self-regulation. *Frontiers in Computational Neuroscience*, Rockville, v. 6, n. 33, p. 1-16, July 2012.

ROSS-HELLAUER, T. What is open peer review? a systematic review. *F1000 Research: Open for Science*, Rockville, v. 6, n. 5888, p. 1-30, Oct 2017.

ROSS-HELLAUER, T.; DEPPE, A.; SCHMIDT, B. Survey on open peer review: attitudes and experience amongst editors, authors and reviewers. *Plos One*, San Francisco, p. 1-28, Dec. 2017.

SPINAK, E. O que é esse tema de preprints? *Blog Scielo em Perspectiva*, São Paulo, nov. 2016.

SPINAK, E. Sobre as vinte e duas definições de revisão por pares e... mais. *Blog Scielo em Perspectiva*, São Paulo, maio 2018.

VAN ROOYEN, S. *et al.* Effect on open peer review of telling reviewers that their signed reviews might be posted on the web: randomised controlled trial. *The British Medical Journal*, London, v. 341, n. 5729, p. 1-6, Nov. 2010.

WALKER, R.; SILVA, P. R. Emerging trends in peer review: a survey. *Frontiers in Computational Neuroscience*, Rockville, v. 9, n. 169, p. 1-18, May 2015.

WALSH, E. *et al.* Open peer review: a randomised controlled trial. *British Journal of Psychiatry*, London, n. 176, p. 47-51, 2000.

WAZNY, K. Crowdsourcing the years: a review. *Journal of Global Health*, Edimburgo, v. 7, n. 2, p. 1-13, dec. 2017.

ZHANG, D. C.; SMITH, R. W.; LOBO, S. Should you sign your reviews? Open peer review and review quality. *Industrial and Organizational Psychology*, [S. l.], v. 13, p. 45-47, 2020.

CAPÍTULO 9

INFORMAÇÃO PSEUDOCIENTÍFICA NA WEB: IDENTIFICAR PARA NÃO COMPARTILHAR

Jaqueline Alves Ribeiro

João de Melo Maricato

1 INTRODUÇÃO

Com o advento das tecnologias da informação imaginava-se que um mundo bem-informado estava sendo construído, porém a liberdade de acessar, buscar e produzir informação tem, ironicamente, contribuído para a desinformação, ameaça a democracia, promoção do negacionismo e desvalorização da Ciência. Na era da pós-verdade - em que fatos objetivos têm menos influência que a opinião, emoção e crenças - diversos são os artifícios utilizados para tentar dar credibilidade a uma informação. Dentre eles há notícias falsas e questionáveis que se utilizam de informações científicas para persuadir ou enganar as pessoas, causando inúmeros problemas à sociedade e à própria Ciência.

Com o intuito de promover o crescimento do espírito crítico e evitar o compartilhamento de notícias falsas nas mídias e redes sociais, este texto busca compreender quais fatores contribuem para a desinformação, aborda o desconhecimento do fazer científico, bem como levanta critérios de avaliação da qualidade da informação presentes na literatura que podem auxiliar no combate à desinformação.

2 O CONTEXTO DESINFORMACIONAL

Ainda que presente desde que o homem desenvolveu a linguagem, os mecanismos cerebrais relacionados a mentiras têm sido crescentemente investigados (ABE et al., 2007). Com a Internet a desinformação ganhou mais espaço, principalmente com as mídias sociais, sendo, no Brasil, fonte de notícias para 67% da população (REUTERS, 2020, p. 90). Isso se agrava diante da ausência ou má qualidade da educação básica, baixo nível de leitura relevante, falta de interpretação crítica, bem como o não desenvolvimento de competências voltadas à informação.

Por ser um meio que de maneira pouco controlada deu voz a quem não possuía, as informações trocadas em mídias e redes sociais apresentam vantagens e desvantagens. Apesar do seu papel potencialmente inclusivo e democrático, o uso irresponsável das redes torna esses meios um terreno fértil para qualquer pessoa disseminar um boato ou defender uma ideia com base em argumentos falsos e, assim, conseguir seguidores, curtidas e compartilhamentos, tornando a desinformação um problema cada vez mais difícil de se combater.

Segundo Allport e Postman (1947, *apud* OH, AGRAWAL e RAO, 2013, p. 410) quatro fatores são responsáveis pelo sucesso do compartilhamento de rumores: ansiedade no público, ambiguidade da fonte e do conteúdo, envolvimento pessoal em relação ao assunto e laços sociais diretos. Como estudado por Garrett (2011, p. 259), rumores enviados por meio eletrônico por amigos e familiares remetem a mais credibilidade. Além disso, o ser humano enfrenta a dissonância cognitiva, teoria que sustenta que o homem insiste em acreditar naquilo que deseja, decidindo julgar como verdadeiro antes mesmo das evidências serem

favoráveis e, muitas vezes, diante de provas contrárias. A justificativa da crença em algo surge posteriormente para explicar suas decisões (PILATI, 2018, p. 16-17).

Assim como a dissonância cognitiva afeta psicologicamente os indivíduos, as postagens em redes sociais são baseadas em conteúdos carregados de apelo emocional, capazes de gerar medo e posicionamentos preconceituosos e radicais, ainda que tais ideias tenham pouco ou nenhum fundamento. Soma-se a isso a falta de bom senso por parte de alguns usuários que generalizam ou tomam como universais os comentários de experiências pessoais que, exatamente por serem pessoais, não deveriam servir para todos.

Nota-se, ainda, que há uma autoprivação informacional com os filtros-bolha, nome dado pelo jornalista americano Pariser (2012) aos espaços virtuais onde o internauta só encontra o que mais lhe agrada ou deseja e que o impede de ter uma visão real de mundo, novas ideias e possibilidades. Tais espaços têm contribuído para o fortalecimento de crenças pessoais e da intolerância.

No campo político, o negacionismo de lideranças pode prejudicar o progresso científico. Augustine (1998, *online*) acredita que parte dos problemas relacionados à Ciência se deve ao fato de que pessoas responsáveis por tomar decisões, como os que administram o Estado, são analfabetas científicas.

Quanto à mídia jornalística, ainda que ela tenha se tornado um importante meio de divulgação da Ciência, algumas vezes essa possui um enfoque incorreto sobre o fazer científico, causando uma popularização pobre que propicia um “nicho ecológico para a pseudociência” (SAGAN, 1996, p. 20). Ao usar do

sensacionalismo na área de saúde o noticiário pode divulgar como conclusivas, por exemplo, pesquisas ainda em fase de teste ou mesmo pseudociências, gerando falsas esperanças por uma cura e argumentos supostamente validados aos negacionistas.

2.1 Desconhecimento sobre o fazer científico

O analfabetismo científico é um terreno fértil para a disseminação de notícias falsas e pode prejudicar a todos. Se, por um lado, muitas notícias falsas e questionáveis podem se apoiar em argumentos científicos para parecerem confiáveis, por outro, a ignorância quanto ao propósito e método da Ciência se torna alvo de críticas até mesmo em países desenvolvidos. Isso se deve às próprias características da Ciência, dentre elas, o princípio da falseabilidade, a rigidez no método e o relativismo nos resultados.

O conhecimento científico “utiliza métodos, processos, técnicas especiais para análise, compreensão e intervenção na realidade” (BARROS, LEHFELD, 2007, p. 46). Diferente do senso comum, o conhecimento científico não é a simples organização ou classificação de visões, mas a organização e classificação sustentadas em princípios explicativos (KÖCHE, 2015, p. 29). Tais princípios são rigorosos e, por isso, as conclusões científicas são frequentemente usadas para sustentar argumentos. A Ciência por vezes é utilizada por conveniência, ou seja, é aceita quando uma conclusão corresponde a crença do indivíduo, mas, caso a contrarie, a ciência é questionada. Com isso, a Ciência se desgasta para provar o que já se sabe e tem seu tempo e recursos consumidos para desmentir boatos ou é substituída pelo senso comum, que não é dispensável, mas insuficiente para solucionar problemas complexos.

Percebe-se que, para alguns, denúncias contra a Ciência

como plágio, erro científico, pesquisas financiadas e o mau uso do método científico são o bastante para gerar desconfiança. Nota-se que várias pesquisas sobre assuntos semelhantes com resultados diferentes causam insegurança em quem não compreende o fazer científico. No campo da saúde, muitos chegam a recorrer à medicina natural ou à homeopatia, por exemplo, a fim de não servirem aos supostos interesses das indústrias farmacêuticas, por acreditarem que o natural não traz efeito colateral e que a química se restringe a medicamentos produzidos em laboratórios. Isso revela quão grave é a ausência de uma sociedade letrada cientificamente.

É natural que surjam estudos que vão de encontro a outras pesquisas ou as complementem com novas descobertas. A existência de pesquisas com resultados diferentes sobre um mesmo assunto não invalida a Ciência, pois é próprio dessa estudar diferentes ângulos de um mesmo objeto utilizando metodologias diversas, seja para confirmar, corrigir, aprimorar ou refutar estudos anteriores.

Outro ponto importante, no que tange ao fazer científico, é reconhecer quando o estudo se trata de um projeto piloto, em fase de testes ou já refutado. Além disso, é fato que não se tem pleno conhecimento sobre todas as teorias científicas, mas o método científico procura passar a segurança de que, ainda que mude de uma área para outra, continua com bases firmes na observação, formulação de hipóteses, experimentação, conclusão e comunicação dos resultados.

A pseudociência é um dos grandes obstáculos a ser superado na atualidade. Vive-se em tempos de negacionismo, o que impede a sociedade de lidar e resolver problemas reais. Porém deve-se buscar um posicionamento não enviesado,

disposto a abrir-se para novas ideias, ainda que as emoções dessa era da pós-verdade tentem falar mais alto. Segundo David Marçal (2016, n.p.), a criação de uma cultura científica é o caminho para reconhecer argumentos falsamente científicos e compreender que a Ciência não é uma espécie de religião, com verdades absolutas. A Ciência pode não ser a solução para todos os problemas da humanidade, mas é a dúvida que estimula novos estudos e descobertas.

2.2 Alternativas para combater a informação pseudocientífica

Com o intuito de tornar o indivíduo mais crítico e ajudá-lo a buscar fontes confiáveis de informação que impeçam a construção de conhecimentos enviesados sobre determinado assunto, surgiram vários movimentos voltados ao letramento informacional, midiático e científico.

O letramento informacional capacita as pessoas a buscarem e usarem a informação de forma mais eficiente (GASQUE, 2013, p. 8), enquanto o termo letramento midiático tem sido usado para descrever as habilidades necessárias para o desenvolvimento consciente e independente no novo ambiente de comunicação - digital, global e multimídia (PÉREZ TORNERO 2008, p. 103). Já o letramento científico surgiu com intuito de aproximar a sociedade do desenvolvimento da Ciência e das questões políticas e sociais, de modo que essa consiga aplicar o conhecimento científico para transformar sua realidade (CESCHIM; OLIVEIRA, 2018, p. 132) e compreenda e se posicione quanto aos efeitos das inovações e eventuais riscos (MOTTAROTH, 2011, p. 21).

Outra ferramenta que tem contribuído na luta contra a

desinformação é o fact-checking ou checagem de fatos, uma forma de analisar as informações que circulam nas mídias e qualificar o debate público. Dentre algumas propostas e metodologias de avaliação e checagem de informações encontram-se a reunida por Tomaél (2008, p. 11-12) focada na avaliação de fontes de informação na internet, os critérios de Silva, Luce e Silva Filho (2017) e a metodologia de checagem da IFLA (2017).

A partir dessas propostas, dos fatores psicológicos elencados por Allport e Postman (1947, *apud* OH, AGRAWAL e RAO, 2013, p. 410) e de sugestões do guia elaborado pelo site Compound Interest (2014) para detectar o mau uso da Ciência, foram reunidas a seguir algumas características da desinformação aplicáveis à Ciência e atitudes que devem ser tomadas ao se deparar com publicações que são ou se dizem tratar sobre ela, seja em mídias sociais, sites na internet ou até mesmo em artigos científicos:

- Analise se a autoria é reconhecível (sem erro de atribuição), confiável, de boa reputação e competente. Muitas vezes o currículo do autor, sobretudo se for brasileiro, se encontra disponível na plataforma Lattes onde é possível analisar sua competência técnica. Note que ser especialista em uma área não legitima um pesquisador a falar sobre outro assunto. Caso a autoria pareça se tratar de uma organização, verifique se ela existe fisicamente, possibilitando um contato presencial.

- Quanto aos vídeos no Youtube ou plataforma semelhante, não se deixe levar pela forma como o emissor se apresenta. Alguns cenários são projetados para induzir o receptor ao erro. Em alguns casos o uso de jaleco, por exemplo, leva a crer que o emissor possui alguma formação médica ou é um cientista.

Observe também se há montagens ou cortes nas imagens e vídeos.

- Observe se as informações se apresentam de forma completa ou se possui carência de fontes e referências, bem como omissões de dados importantes. É preciso observar se a informação é pertinente, clara, objetiva, passível de ser interpretada e ainda detalhada e completa. A informação não deve apresentar ambiguidade, dados e expressões subjetivas, opiniões, crenças, superstições, teorias da conspiração etc., mas dados mensuráveis, baseados em fatos.

- Observe se a página apresenta dificuldades de acesso, se permite interação entre os usuários ou transmite insegurança, bem como, se possui links maliciosos e URLs que geram desconfiança. Observe se a informação compartilhada é de fácil recuperação e acessível a todos, não dando margem a teorias da conspiração. Publicações confiáveis buscam levar o usuário as referências diretas, de modo a estimular o acesso às demais fontes e não o contrário.

- Verifique se o site é sobre Ciência ou se trata de uma página satírica. Vá além das manchetes. Desconfie de notícias referentes aos artigos científicos que usam títulos sensacionalistas, que levam a generalizações ou tentam criar pânico. Não se envolva emocionalmente e desconfie de notícias que remetem a vantagens como a cura para uma doença ou perda de peso de maneira prática e rápida. Algumas manchetes apresentam resposta conclusiva a um estudo piloto ou deturpam os resultados e chegam a conclusões sem base ou argumentos que as sustentem. Observe o uso de termos como pode, possibilita, tende a, etc. Tenha cuidado com textos com linguagem especulativa. Verifique se os resultados de quem está comunicando não foram apresentados de forma diferente do que

consta no artigo. Recomenda-se ir direto à fonte primária. Desconfie se não encontrar a fonte original ou se há uma única fonte. Note que teorias da conspiração não contam com corroborações externas. Se houver muitas fontes, verifique se são do mesmo autor.

- Quanto aos periódicos científicos, evite os que não adotam ou possuem critério editorial questionável e os conhecidos como predadores. Dê preferência a revistas revisadas por pares. Considere que, assim como o número de compartilhamentos não determina que uma informação seja fato, nem sempre o número de citações garante a validade de um estudo. Um artigo pode ser muito citado pelos seus defeitos e não qualidades. Não se deixe levar pela falácia *argumentum ad populum* (apelo à multidão). Ainda que um artigo tenha sido publicado em conceituadas revistas científicas e passado pelo processo de revisão pelos pares, é possível que a pesquisa tenha falhas.

- Em pesquisas científicas, sempre que possível, observe se o tamanho da amostra é significativo e suspeite se o estudo podia contar com uma amostra maior e, ainda assim, foi evitada. Verifique também se a pesquisa não apresenta ou possui má escolha do grupo de controle ou se falham no procedimento metodológico. Lembre-se que boas pesquisas possibilitam a replicação de resultados por pesquisadores independentes, não envolvidos diretamente com o estudo.

- Observe se a notícia ou artigo tendem a ser enviesados, selecionando ou ressaltando alguns pontos em detrimento de outros ou ainda usa de argumentos verdadeiros para chegar a conclusões falsas ou questionáveis. A informação científica deve estudar todos os pontos possíveis a fim de não gerar um viés de confirmação e de modo a levantar argumentos contrários

(princípio da falseabilidade). Verifique sobre que tipo de pesquisa a publicação se refere e não confunda correlação e causalidade. Caso a pesquisa possua dados estatísticos, verifique quem elaborou, se estão corretos e atualizados, bem como se a interpretação e os resultados desses são coerentes. Observe também se a informação apresenta um valor indeterminado, é exagerada ou seleciona parcialmente os dados.

- Note se a publicação apresenta conflito de interesse, de modo que busca atender a uma pessoa, organização ou quem financia o estudo. Verifique se a pesquisa aparenta buscar prejudicar ou penalizar alguém ou se há o intuito de comercializar algo. Observe se há a possibilidade de o autor ter defendido seus argumentos com base em opinião, preconceito ou crença.

- Desconfie de mensagens emitidas inclusive por pessoas próximas, pois ninguém está imune a erros. Além disso, controle a ansiedade de compartilhar uma informação sem checar todos os pontos. Se não tiver certeza quanto a veracidade e ainda considerar importante divulgar, uma das alternativas é compartilhar pedindo auxílio para checar a informação. Se possível consulte um bibliotecário ou um profissional da área da qual sua dúvida é pertinente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o uso do argumento científico devido a sua credibilidade perante a sociedade pode ser utilizado de maneira equivocada ou descontextualizada para sustentar afirmações falsas ou questionáveis. Por outro lado, o negacionismo tem ganhado espaço, causando problemas sociais e prejudicando a própria Ciência.

Ao contrário do que se imaginava, ter os instrumentos

tecnológicos e o acesso à internet não são suficientes para impedir a desinformação. Como o compartilhamento de informações falsas não é causado apenas por deficiências na educação básica, mas, também, por necessidades sociais e psicológicas de se defender aquilo que se acredita (mesmo sem evidências), a desinformação é difícil ou mesmo impossível de ser eliminada. É preciso que além da formação básica de qualidade haja letramento - informacional, midiático, político e científico - de modo que as pessoas desenvolvam pensamento crítico baseado na Ciência.

O atual contexto requer uma mudança de atitude, de controle de emoções, de uma posição imparcial, livre de extremismos. É importante buscar conectar-se com o diferente para vencer os filtros-bolha, seguindo páginas de opiniões opostas, bem como aproveitar o momento para divulgar Ciência, participar ativamente e exigir controles rígidos por parte de governos e instituições reguladoras a fim de que impeçam abusos e fiscalizem empresas que financiam pesquisas científicas. Por fim, não se deve apoiar lideranças negacionistas em ambientes empresariais, políticos e midiáticos, mas promover a formação de uma sociedade com senso crítico e capaz de tomar decisões por meio de fontes confiáveis evitando-se a naturalização de práticas antiéticas.

REFERÊNCIAS

ABE, N. et al. Deceiving others: distinct neural responses of the prefrontal cortex and amygdala in simple fabrication and deception with social interactions. *Journal of Cognitive Neuroscience*, v. 19, n. 2, p. 287-295, 2007.

AUGUSTINE, N. What we don't know does hurt us. How scientific illiteracy hobbles society. *Science*, v. 279, n. 5357, p. 1640-1641, 13 mar. 1998. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/279/5357/1640.full>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CESCHIM, Beatriz; OLIVEIRA, Thais Benetti de. Transgênicos, letramento científico e cidadania. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 131-154, jan./abr. 2018, 11.1. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rbect/article/view/5411/pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

COMPOUND INTEREST. *A Rough Guide to Spotting Bad Science*, 2014. Disponível em: <http://www.compoundchem.com/2014/04/02/a-rough-guide-to-spotting-bad-science/>. Acesso em: 22 mar. 2021

GARRETT, R. K., Troubling consequences of online political rumoring. *Human Communication Research*, v. 37, n. 2, p. 255-274, 2011.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. ISSN 2237-826X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315/25246>. Acesso em: 08 mar. 2021.

IFLA. Como identificar notícias falsas. Tradução Denise Cunha. [2017] Infográfico. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/info->

society/images/portuguese_-_how_to_spot_fake_news.pdf.
Acesso em: 24 mar. 2021.

KöCHE, José Carlos. *Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MARÇAL, David. *Pseudociência*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

MOTTA-ROTH, Désirée. Letramento científico: sentidos e valores. *Notas de Pesquisa, Santa Maria, RS*, v. 1, n. 0, p. 12-25, 2011. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/nope/article/view/3983>. Acesso em 01 fev. 2021.

NEWMAN, Nic et al. *Reuters Institute Digital News Report 2020*. Reuters Institute for the study of journalism, University of Oxford, 2020. Disponível em:
https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

OH, Onook; AGRAWAL, Manish; RAO, H. Raghav. Community intelligence and social media services: a rumor theoretic analysis of tweets during social crises. *Mis Quarterly*, v. 32, n. 2, p. 407-426, June 2013.

PARISER, Eli. *O filtro invisível*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

PÉREZ TORNERO, J. Media Literacy: new conceptualisation, new approach. In: Ulla Carlsson et al. (Eds.), *Empowerment through media education: an intercultural dialogue*. Kungälv: Nordicom, 2008. p. 103-116.

PILATI, Ronaldo. *Ciência e pseudociência: por que acreditamos naquilo em que queremos acreditar*. São Paulo: Contexto, 2018.

SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SILVA FILHO, Rubens da Costa; SILVA, Leila Morás; LUCE, Bruno. Impacto da pós-verdade em fontes de informação para a saúde. *Revista brasileira de biblioteconomia e documentação – RBBD*, São Paulo, v. 13, p. 271-287, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/892/665>. Acesso em: 09 mar. 2021.

TOMAÉL, Maria Inês (Org.). *Fontes de informação na internet*. Londrina: EDUEL, 2008. 184 p.

CAPÍTULO 10

SERVIÇOS DE GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Letícia Guarany Bonetti

Fernanda Passini Moreno

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos que permeiam a sociedade contemporânea atingem diversos setores, dentre eles o científico. Segundo Bertin, Visoli e Drucker (2017, p.35), apesar do seu potencial para o avanço científico, é produzida “uma quantidade de dados sem precedentes, muitos dos quais são subtilizados ou pouco explorados”.

Segundo Silva, Santarém Segundo e Silva (2018) apenas os resultados finais das pesquisas são divulgados. Já os dados únicos que sustentam as teses são descartados ou armazenados em mídias ou em servidores sem a devida gestão quando os projetos são concluídos (SAYÃO; SALES, 2015).

A gestão dos dados de pesquisa se torna ainda mais importante no contexto do quarto paradigma da ciência, o da Ciência Aberta (CURTY; AVENTURIER, 2017), ou da *e-science* (COSTA; CUNHA, 2014). Segundo Curty e Aventurier (2017) o quarto paradigma está ligado ao princípio de que aquilo que é produzido durante uma pesquisa com financiamento público é um bem público e, portanto, deve estar acessível para consulta e para futuros reúsos por parte dos demais pesquisadores.

Nesse sentido, já que as bibliotecas universitárias têm tradicionalmente esse papel de fornecer acesso ao que a universidade produz, “[...] não é surpreendente que a gestão de dados de pesquisa seja um problema mundial para as mesmas” (TENOPIR et al., 2017, p.3, tradução nossa), levando à necessidade da oferta de serviços de gestão de dados.

2 DESENVOLVIMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo dessa revisão são apresentados conceitos e discussões extraídos por meio de pesquisa bibliográfica na literatura da área. A pesquisa foi realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

2.1 Bibliotecas Universitárias

As bibliotecas universitárias, segundo Santa Anna e Costa (2017), são instituições de suporte à universidade a qual estão filiadas e, portanto, possuem um público bem definido: discentes, docentes e colaboradores. Logo, os serviços oferecidos por elas buscam dar apoio às atividades acadêmicas, envolvendo a inovação e a produção científica em prol da sociedade.

Segundo Costa e Cunha (2014, p. 196) as bibliotecas e os(as) bibliotecários(as) ao redor do mundo já começam a enxergar seu papel com relação à *e-science* e à gestão de dados de pesquisa. Assim sendo, segundo Soehner, Steeves e Ward (2010, p. 7 apud COSTA; CUNHA, 2014, p. 196) “[...] curadoria de dados, preservação, acesso e metadados são áreas da *e-science* onde as bibliotecas encontram uma afinidade natural” e, portanto, é preciso que elas se empenhem em fornecer serviços em prol da comunidade acadêmica.

2.2 Ciência Aberta

A Ciência Aberta é um termo guarda-chuva que segundo Albagli (2015, p. 15) inclui elementos como “[...] dados científicos abertos, ferramentas científicas abertas, *hardware* científico aberto, cadernos científicos abertos, wikipesquisa, ciência cidadã, educação aberta”, dentre outros.

Para Sayão e Sales (2016), a Ciência Aberta e as regras definidas pelas agências de fomento e instâncias governamentais para a gestão de dados convergem na mesma direção. Isso porque, ao levar-se em conta que os dados de pesquisa são, em grande parte, resultados de pesquisas e trabalhos que foram financiados com recursos públicos, tem-se uma ampliação da exigência pela disponibilização ampla e também pública desses dados (SAYÃO; SALES, 2016).

2.3 Gestão de dados de pesquisa

De acordo com a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) os dados de pesquisa são:

Registros factuais usados como fontes primárias na pesquisa científica, e que são geralmente aceitos na comunidade científica como sendo necessários para validar os resultados de pesquisa. Um conjunto de dados de pesquisa constitui uma representação parcial e sistemática do objeto de investigação (OECD, 2007, p. 13).

Segundo Lehmkuhl et al. (2016) os dados de pesquisa e as possibilidades que eles representam para o avanço científico chamaram a atenção de agências de fomento como a *National Science Foundation* (NSF) e a *National Institute of Health* (NIH), que já exigem que dados resultantes de pesquisas financiados por elas sejam gerenciados e compartilhados.

Pode-se definir gestão de dados de pesquisa, de acordo com Whyte e Tedds (2011, tradução nossa), como “[...] a organização dos dados, desde a sua entrada no ciclo de pesquisa até a disseminação e arquivamento dos valiosos resultados”. A gestão de dados de pesquisa permite o reúso de dados, a verificação confiável dos resultados, a racionalização dos recursos financeiros e ainda encurta o ciclo clássico da comunicação científica. Além disso, ajuda na prevenção de más condutas no processo de publicação científica como plágios e falsificação de dados (SHINKAI, 2011, p. 2).

No contexto atual em que a gestão de dados de pesquisa “[...] tem assumido crescente relevância no cenário científico internacional, na medida em que proliferam estudos que demonstram os benefícios a ela associados” (PIWOWAR; DAY; FRIDSMA, 2007), surge a necessidade de novos serviços que se enquadrem nesse cenário.

3 METODOLOGIA

Orientado pelo objetivo de levantar o cenário das bibliotecas universitárias brasileiras quanto à oferta de serviços de gestão de dados, relacionando também essa ocorrência com a visão dos bibliotecários sobre seu papel e o papel das bibliotecas em que atuam na criação e pioneirismo desses serviços, o presente estudo optou pela pesquisa descritiva de abordagem quantitativa.

A amostra foi composta pelas 10 primeiras universidades do Ranking Universitário Folha (RUF) de 2018. Após selecionadas, levantou-se os e-mails institucionais dos sistemas de bibliotecas de cada uma delas para o envio do questionário auto

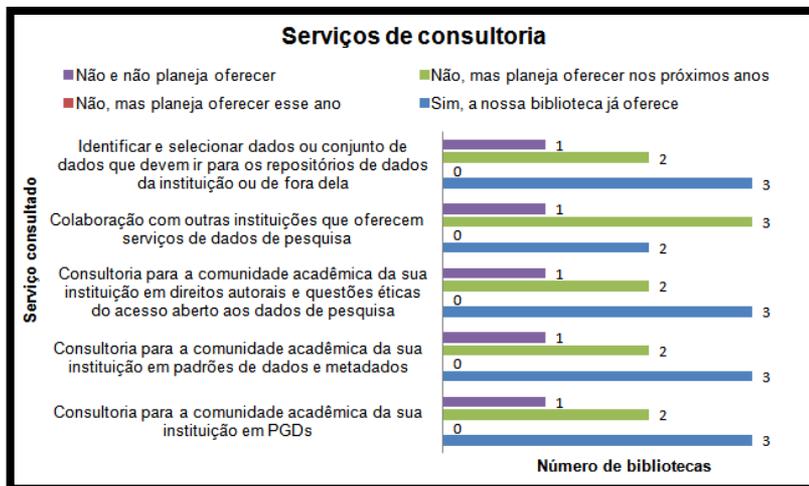
administrável que continha 10 perguntas de caráter objetivo. Ele ficou aberto para respostas por duas semanas e foi elaborado tendo como base o de Tenopir et al. (2016), com objetivo similar. Optou-se também pela utilização da Escala psicométrica de Likert (1932).

O questionário era composto por 3 blocos: 1) identificação das bibliotecas e análise dos tipos de serviços de gestão de dados oferecidos pelas mesmas, sendo estes: de consultoria, de capacitação e técnicos; 2) análise do cenário institucional das bibliotecas quanto aos profissionais e parcerias para o desenvolvimento dos serviços de gestão de dados nas mesmas; e 3) coleta da opinião dos respondentes sobre algumas afirmações relacionadas com o futuro das bibliotecas e a importância dos serviços de gestão de dados para o papel das mesmas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados nessa pesquisa referem-se apenas à amostra estudada e não refletem as demais bibliotecas do país, apesar de fornecerem um quadro de como caminha a evolução da gestão de dados nas bibliotecas universitárias. No bloco 1 as bibliotecas foram questionadas quanto aos serviços de gestão de dados em suas instituições. Dentre os **serviços de consultoria** avaliados, conforme mostra o Gráfico 1, o menos ofertado é a colaboração com outras instituições que oferecem serviços de gestão de dados, que apenas duas das seis bibliotecas da amostra possuem.

Gráfico 1 – Serviços de consultoria



Fonte: Adaptado de Tenopir et al. (2017).

O serviço “Consultoria para a comunidade acadêmica da sua instituição em plano de gestão de dados (PGD)” é ofertado por três (Bibliotecas A, B e E) de seis bibliotecas. Esse dado é um bom indicador, uma vez que os PGDs são documentos mandatórios para agências de fomento como as citadas neste estudo. O primeiro, terceiro e quarto serviço estão intimamente ligados com dados de pesquisa abertos e repositórios de dados.

Na Ciência da Informação já existem estudos sobre padrões de metadados para a descrição de dados, como os de Simionato (2017) e Vidotti et al. (2017). Eles podem servir como base para futuros serviços, uma vez que em todos os serviços citados no Gráfico 1, três das seis bibliotecas alegavam já oferecer e duas planejavam oferecer ainda naquele ano. A biblioteca C foi a única a selecionar “não e não pretendo oferecer” para quatro dos cinco serviços consultados no Bloco 1, o que indica que a mesma não tem previsão para adotar serviços de consultoria na

instituição.

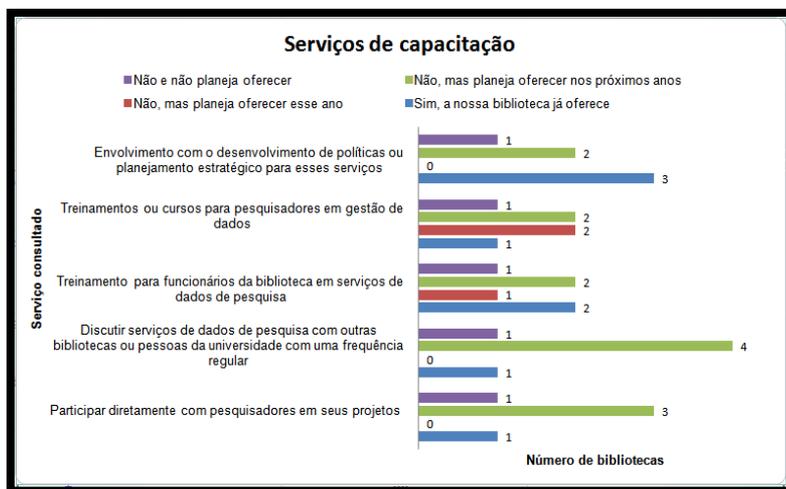
Já quando questionadas sobre os **serviços de capacitação** oferecidos, o resultado se mostrou bem diferente. O indicador mais assinalado pelas instituições foi “não, mas planeja oferecer nos próximos anos”, demonstrando um cenário ainda em fase de planejamento e estruturação para possível oferta.

Quanto ao “Envolvimento com o desenvolvimento de políticas ou planejamento estratégico para esses serviços”, ou seja, elaboração de documentos, regras e formalizações destes serviços, três das seis bibliotecas alegaram já estar envolvidas. Esse dado demonstra novamente o estágio ainda inicial desses serviços.

Nota-se no Gráfico 2 que quanto aos serviços relacionados com treinamentos o número de respostas “já oferece” é menor. Apenas uma biblioteca já oferece treinamento pra pesquisadores em gestão de dados, o que faz sentido ao considerar que as próprias bibliotecas ainda estão capacitando seu pessoal para isso.

A questão 7 (Bloco 2) do questionário perguntava justamente se a biblioteca já tinha providenciado oportunidades para bibliotecários desenvolverem capacidades em serviços de dados de pesquisa, e 33,3% afirmou que não. Mas, das 66,7% que responderam que sim, as oportunidades mais citadas foram “Apoio para que os funcionários fossem a *workshops* ou conferências em serviços de dados de pesquisa” e “Apoio para que os funcionários participassem de grupos de trabalho relacionados a esses serviços”.

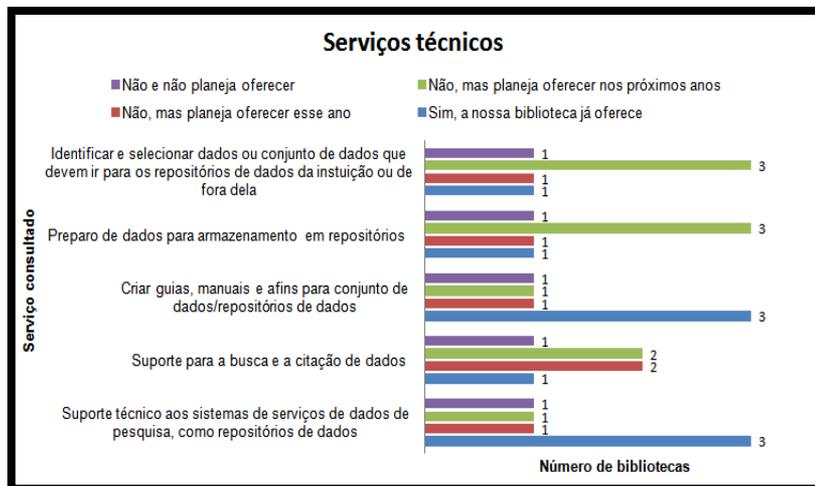
Gráfico 2 – Serviços de capacitação



Fonte: Adaptado de Tenopir et al. (2017).

Essa capacitação dos funcionários se torna ainda mais importante considerando que a questão 6 (Bloco 2) perguntava sobre a contratação de pessoal para os serviços de dados de pesquisa, em que todas as bibliotecas responderam negativamente. Ou seja, o foco das bibliotecas universitárias não está em contratar pessoal novo para isso, e sim em capacitar os funcionários já contratados. Além disso, as bibliotecas contam também com parcerias. Quando questionadas sobre isso, três delas alegaram já fazerem colaboração com centros de Tecnologia da Informação (TI) e duas colaboram com outros departamentos da universidade.

Gráfico 3 – Serviços técnicos



Fonte: Adaptado de Tenopir et al. (2017).

Por fim, o Gráfico 3 mostra como se encontra a oferta de **serviços técnicos** de gestão de dados. Nota-se que dois serviços já são ofertados por três das seis bibliotecas: “criar guias, manuais e afins para conjunto de dados / repositórios de dados” (estágio ainda inicial) e “suporte técnico aos sistemas de serviços de dados de pesquisa, como repositórios de dados”. Os repositórios das instituições também estão em fase inicial, uma vez que contam ainda com poucos conjuntos de dados para consulta. Mas, apesar disso, eles estão em acesso aberto, o que demonstra a preocupação com o novo paradigma da Ciência Aberta.

Das seis bibliotecas, a Biblioteca B foi a única que alegou já oferecer todos os serviços do tipo técnico, o que demonstra o perfil da mesma, investindo amplamente em repositórios de dados, metadados e outros serviços nessa área. Já quanto às demais, a falta desse serviço pode estar atrelada ao fato das bibliotecas brasileiras ainda estarem nos estágios iniciais da

implementação de serviços de gestão de dados de pesquisa, e, portanto, os investimentos maiores são ainda em serviços que buscam prestar auxílio para a comunidade, muito mais que serviços técnicos que envolvem parcerias com departamentos de tecnologia e auxílio de especialistas para a implementação de sistemas.

Tenopir et al. (2017) encontraram resultado semelhante ao pesquisarem as bibliotecas universitárias da *Association of European Research Libraries* (LIBER), alegando que “[...] mais bibliotecas Europeias estão atualmente oferecendo ou planejando oferecer serviços de consultoria ou de capacitação que técnicos ou práticos” (TENOPIR et al., 2017, p. 2, tradução nossa). Nesse sentido, também alegam que essa taxa mais baixa e lenta de aquisição de serviços técnicos em comparação com os serviços de consultoria pode refletir o fato de que esses serviços exigem um investimento substancial que muitas bibliotecas universitárias não possuem, atrasando o desenvolvimento dos serviços (TENOPIR et al., 2017).

Os dados coletados nesta pesquisa demonstram, portanto, um alto investimento das bibliotecas nos serviços de consultoria e um alto nível de planejamento estratégico, uma vez que a maioria delas quando não oferecia ainda o serviço, alegava que planejava oferecer ainda nos próximos anos. As bibliotecas da amostra, portanto, estão seguindo um caminho similar para a oferta dos serviços, investindo primeiro nos de consultoria e planejando oferecer só futuramente os técnicos.

Algumas bibliotecas como a A e a B já estão mais avançadas, e outras como a C, que não planeja oferecer nenhum deles, precisariam investir em equipes, parcerias, comissões e grupos de trabalho para capacitar profissionais que poderão,

futuramente, implementar os serviços de gestão de dados. Isso porque, como visto, as demais bibliotecas da amostra e também as bibliotecas ao redor do mundo já estão investindo, planejando e ofertando os mesmos, demonstrando o quão relevantes são para a instituição no novo cenário da comunicação científica e no quarto paradigma da ciência (TENOPIR et al., 2017).

No Bloco 3, por fim, buscou-se analisar a opinião do respondente com relação a algumas questões que representam pensamentos que estão sendo difundidos sobre a gestão de dados e o papel das bibliotecas quanto a isso. O objetivo era visualizar se havia um consenso entre os respondentes sobre algumas afirmações, e como esses respondentes viam seu papel e o papel das bibliotecas em que trabalham na gestão de dados de pesquisa.

Pelos resultados foi possível notar que os respondentes consideram esses serviços extremamente importantes para suas bibliotecas e instituições, interferindo até mesmo na relevância delas e também nos investimentos financeiros que são recebidos. Por isso, pode-se presumir que as seis bibliotecas respondentes percebem que será necessário incrementar esses serviços em algum momento para garantir que suas bibliotecas acompanhem o cenário internacional e possam desenvolver seu papel de apoio à comunidade acadêmica, amplamente ligada à pesquisa.

3 CONCLUSÃO

A gestão de dados de pesquisa é uma tendência mundial e cada vez mais surgem estudos buscando avaliar em que estágio se encontram as bibliotecas quanto aos serviços para apoio aos pesquisadores. Com a análise dos dados levantados pelo

questionário, conclui-se que a gestão de dados de pesquisa enquanto serviços ofertados pelas bibliotecas universitárias ainda está em estágio inicial. Os serviços mais ofertados se referiam aos repositórios de dados de pesquisa e à elaboração de manuais e guias para a comunidade acadêmica quanto ao conjunto de dados e os repositórios.

Os serviços técnicos, que exigem maiores investimentos de tempo e recursos financeiros, além de parcerias e habilidades técnicas, são os menos ofertados pelas bibliotecas universitárias brasileiras estudadas. Apesar disso, os bibliotecários, ao responderem o Bloco 3, já demonstram visualizar a importância desses serviços para suas instituições como parte de uma tendência mundial.

Sendo assim, foi possível levantar quais serviços as bibliotecas universitárias brasileiras da amostra ofertam ou planejam ofertar nos próximos anos, tendo uma grande concentração em serviços de consultoria, assim como apontam os dados levantados por Tenopir et al. (2017) em estudo semelhante na Europa.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (Org.). *Ciência Aberta*, questões abertas. Brasília: Ibict; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015.

BERTIN, P.; VISOLI, M.; DRUCKER, D. A gestão de dados de pesquisa no contexto da e- science: benefícios, desafios e oportunidades para organizações de p&d. *PontodeAcesso*, Salvador, v.11, n.2, p. 34-48, ago. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/21449>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COSTA, M. M.; CUNHA, M. B. da. O bibliotecário no tratamento de dados oriundos da e- science: considerações iniciais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 189–206, 2014.

CURTY, R. G.; AVENTURIER, P. O paradigma da publicação de dados e suas diferentes abordagens. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, n. XVIII ENANCIB, 2017.

LEHMKUHL, K. M. et al. Suporte à pesquisa e gerenciamento de dados: proposta de concepção de serviço para biblioteca universitária da UFSC. *Anais do SNBU*, [S.l.], 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/anaisnbu/article/view/3282>. Acesso em: 25 abr. 2019.

OECD, O. FOR E. C. AND D.-. OECD. *Principles and Guidelines for Access to Research Data*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/sci-tech/38500813.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PIWOWAR, H. A.; DAY, R. S.; FRIDSMA, D. B. Sharing detailed research data is associated with increased citation rate. *PloS one*, v. 2, n. 3, p. e308, 21 jan. 2007.

SANTA ANNA, J.; COSTA, M. E. de O. A Redefinição da Biblioteca Universitária à Luz dos Paradigmas da Biblioteconomia e Ciência da Informação: um estudo de caso. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 4, n. 3, p. 40-57, dec. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3746>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. *Guia de Gestão de Dados de Pesquisa para Bibliotecários e Pesquisadores*. Rio de Janeiro: CNEN/ IEN, 2015.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Algumas considerações sobre os

repositórios digitais de dados de pesquisa. *Informação & Informação*, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 90-115, dez. 2016. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27939>. Acesso em: 26 maio 2019.

SILVA, L. C.; SANTAREM SEGUNDO, J. E. S.; SILVA, M. F. Princípios fair e melhores práticas do linked data na publicação de dados de pesquisa. *Informação & Tecnologia*, v. 5, n. 2, p. 81-103, 2018.

SIMIONATO, A. C. Mapeamento dos metadados para dados científicos. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105368>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SHINKAI, R. S. Integridade na pesquisa e ética na publicação. *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.2-3, 2011.

TENOPIR, C. et al. Research Data Services in European Academic Research Libraries. *LIBER Quarterly*. v. 27, n. 1, pp.23–44, 2017.

VIDOTTI, S. A. B. G. et. al. Repositório de dados de pesquisa para grupo de pesquisa: um projeto piloto. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, n. XVIII ENANCIB, 2017.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/40198>. Acesso em: 06 nov. 2019.

WHYTE, A.; TEDDS, J. Making the case for research data management. *Edinburgh: Digital Curation Centre*, 2011. Disponível em: http://www.dcc.ac.uk/webfm_send/487. Acesso em: 05 maio 2019.

CAPÍTULO 11

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOCENTE NA UNIRIO, UFSM E UFF ENTRE 2008 E 2012

Leandro Coelho de Aguiar

Vitor Manoel Marques da Fonseca

1 INTRODUÇÃO

Tanto Couture e Rousseau (1998) quanto Jardim (1999), chegaram à conclusão de que faltava o *status* de disciplina científica à Arquivologia, cabendo aos docentes / pesquisadores universitários buscar a construção de uma cultura científica. Esta conclusão circunda, direta e indiretamente, o objetivo deste trabalho, observar o panorama da produção científica dos docentes dos cursos de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre 2008 a 2012.

A hipótese é que o grau de cientificidade e a construção de uma cultura científica na área também estão ligados à produção e divulgação de pesquisa científica dentro do universo dos docentes universitários, bem como à descentralização de tal produção.

No período analisado, foram identificados 35 docentes, sendo quatorze da Unirio, onze da UFSM e dez da UFF.

Metodologicamente, todos os currículos foram coletados na plataforma Lattes e salvos numa mesma data, 27/12/2012. A criação desse marco temporal teve como objetivo salvaguardar a pesquisa de possíveis atualizações desses currículos, o que poderia invalidar as informações e, conseqüentemente, a própria pesquisa, tendo em vista que o currículo Lattes não mostra quando nem quais foram as atualizações realizadas, registrando apenas a data da última alteração.

Neste artigo decidiu-se apresentar os dados gerais, não detalhando por universidade, o que pode ser visto no trabalho de conclusão de curso que lhe deu origem (AGUIAR, 2013).

2. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DOCENTES

2.1 A constituição de um ambiente de saber científico

Antes de analisarmos dados específicos acerca da produção desse conhecimento, cabe ressaltar algumas informações que ajudem a compreender o ambiente em que se dá tal produção.

Por se tratar de três instituições federais de ensino, elas sofrem influência da ação do Governo Federal quanto ao financiamento da pesquisa e ao regime de trabalhos dos docentes. Dos 35 docentes analisados, 29 eram do regime de 40h com dedicação exclusiva (DE).

Acerca do enquadramento funcional, do total dos docentes pesquisados, a maioria, 58%, era de adjuntos, seguidos pelos assistentes (36%) e, finalmente, pelos associados (6%). Não havia nenhum professor titular dentre os pesquisados. Cabe ressaltar também que, 53% dos mestres estavam se doutorando

e, provavelmente, em pouco tempo, o percentual de doutores aumentaria substancialmente.

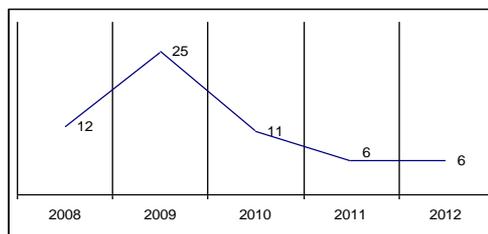
Foi possível observar também o aumento da entrada de docentes no período estudado. A maior renovação nos últimos três anos do intervalo estudado ocorreu na UFF, na qual mais de 77,8% dos professores ingressaram após o ano de 2000. Já a UNIRIO teve 57% de renovação do seu corpo de professores. Por outro lado, observava-se na UFSM um corpo docente mais antigo, já que, nesse mesmo período, eram recém-ingressos 45,3% do atual corpo docente. Cabe ressaltar que a UFSM era a única que possuía docentes ingressados em fins da década 1970, ou seja, no período de fundação e estruturação do curso.

2.2 Projetos de pesquisa e publicação em periódicos e livros

Mapear quantitativamente a realização pelos docentes de projetos de pesquisas desenvolvidos dentro de um período temporal torna-se importante, não apenas para observar a quantidade e suas variações, mais também para futuros mapeamentos sobre as tendências e temáticas.

Entre 2008 e 2012, foram iniciados sessenta projetos de pesquisa. Como demonstra a Figura 1, o número de projetos iniciados em cada ano teve uma tendência à queda: em 2008 foram doze projetos; em 2009, 25; a partir de 2010 começa a queda, com onze projetos iniciados; em 2011 e também em 2012, iniciaram-se seis projetos.

Figura 1 – Total de projetos de pesquisa iniciados



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 1 - Concentração de projetos iniciados

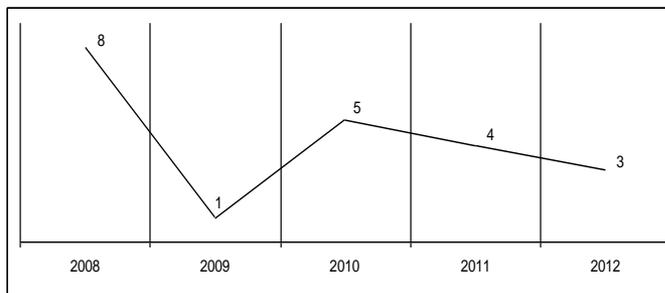
PROJETOS POR DOCENTES	TOTAL DE DOCENTES		TOTAL DE PROJETOS	
	N	%	N	%
0	11	31,4	0	0
1	10	28,7	10	16,7
2	6	17,1	12	20,0
3	3	8,6	9	15,0
4	3	8,6	12	20,0
6	1	2,8	6	10,0
11	1	2,8	11	18,3
TOTAL	35	100	60	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A média de projetos por docente nos cinco anos analisados era de 1,7. Todavia havia uma concentração de projetos – alguns docentes tinham mais de um projeto, enquanto outros não possuíam nenhum. Dos 35 docentes, onze (31,4%) não haviam iniciado nenhum projeto de pesquisa no período. Por outro lado, oito docentes iniciaram 38, ou seja, 63% de todos os projetos iniciados no período concentram-se em pouco mais de 20% do total dos docentes pesquisados. Chamava a atenção um currículo que contabilizava, no lapso de tempo, onze projetos iniciados, 18% do total.

Toda pesquisa acadêmica deve ser publicada, tanto para ser posta em xeque pelos seus pares, quanto para ser apresentada e aproveitada pela sociedade – é isso que se espera do docente que recebe financiamento, na maioria das vezes, público: um retorno à sociedade. Assim sendo, cabe observar como, onde, e em que quantidade os docentes publicavam os resultados de suas pesquisas, sejam artigos, publicados em periódicos, livros ou capítulos de livros.

Figura 2 – Total de livros publicados ou organizados



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre 2008 e 2012 foram publicados pelos docentes 21 livros. Observa-se, igualmente ao ocorrido com os projetos iniciados no mesmo período, uma diminuição do número de livros publicados ao longo dos anos. Em 2008 foram lançados oito, em 2009 apenas um, em 2010 aumenta para cinco, voltando a cair em 2011 e 2012 (quatro e três, respectivamente).

Ao longo dos últimos cinco anos do intervalo, a média de publicação de livros era de menos de um livro por docente, mas o que ocorria, efetivamente, era a concentração de publicação de livros por alguns docentes. Quase 66% dos docentes não produziram nenhum livro, sendo o restante dos docentes (34,3% do universo) responsáveis por toda a publicação de livros nos

cinco anos estudados. Dentre os que publicaram, cinco docentes eram responsáveis por quase 67% dessa produção.

Tabela 2 – Concentração de livros publicados ou organizados

QUANTIDADE	TOTAL DE DOCENTES		TOTAL DE LIVROS	
	N	%	N	%
NENHUM	23	65,7	0	0
1 LIVRO	7	20,0	7	33,3
2 LIVROS	3	8,6	6	28,6
4 LIVROS	2	5,7	8	38,1
TOTAL	35	100	21	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Em algumas áreas a publicação de livros de autoria individual, devido a questões financeiras e a própria morosidade da circulação da informação, já não era mais a principal escolha. Observa-se uma mudança, priorizando recursos intelectuais a coletâneas, organização, produção de capítulos de livros e de artigos, principalmente eletrônicos, a fim de reduzir tempo e custos. Assim, cabia observar também como os docentes dos cursos de Arquivologia se comportavam.

Entre 2008 e 2012 os docentes publicaram 39 capítulos de livros. Observa-se um aumento da publicação de capítulos ao longo dos últimos anos do intervalo: em 2008 foram seis; em 2009, apenas dois; em 2010, a maior ocorrência, quinze; em 2011, sete; em 2012, nove.

Tabela 3 - Produção de capítulos de livro

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL PRODUÇÃO
TOTAL	6	2	15	7	9	39

Fonte: Dados da pesquisa.

A média era pouco mais de um capítulo por docente, mas esta situação mudava quando eram eliminados os que não produziram nenhum capítulo, quase 66% dos docentes. Observava-se uma concentração de capítulos de livro, onde cinco dos docentes (14%) produziram quase 29 (75%) desse tipo de produto.

Tabela 4 - Concentração da produção de capítulos de livros

PRODUÇÃO POR DOCENTE	TOTAL DE DOCENTES		TOTAL DE PRODUÇÃO	
	N	%	N	%
0	23	65,8	0	0
1	5	14,4	5	12,8
2	1	2,8	2	5,1
3	1	2,8	3	7,7
4	1	2,8	4	10,2
5	1	2,8	5	12,8
6	1	2,8	6	15,5
7	2	5,8	14	35,9
TOTAL	35	100	39	100

Fonte: Dados da pesquisa.

O ritmo de produção de artigos em periódicos científicos era muito mais intenso em todas as áreas, principalmente com o crescimento das revistas eletrônicas. Mas quanto cresceram na Arquivologia? E onde estes artigos estavam sendo publicados?

Tabela 5 - Artigos completos publicados

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL DE ARTIGOS
TOTAL	22	18	17	20	9	86

Fonte: Dados da pesquisa.

Os docentes publicaram 86 artigos entre 2008 e 2012. Houve uma queda na publicação de artigos ao longo desses anos – em 2008 foram 22, caindo para dezoito em 2009, dezessete em 2010, voltando a subir em 2011 e despencando em 2012 para apenas nove. A média era de 2,4 artigos por docente, mas notava-se que quase 43% (15 docentes) não haviam publicado nenhum artigo no período, e sete docentes (20%) concentravam cerca de 65% de toda a produção.

Os docentes publicaram em 39 periódicos de diversos formatos (papel e digital) e perfis (acadêmicos, associativos e profissionais), dos quais trinta eram nacionais e seis estrangeiros, ibero-americanos¹⁵.

Alguns desses veículos eram importantes periódicos acadêmicos da área, com reconhecimento através do Qualis/CAPES então vigente, entre eles dois Qualis A1: Transinformação, da PUC Campinas, e Perspectiva em Ciência da Informação, do PPGCI da UFMG, além de um Qualis A2 – Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Sociais. Há também periódicos de outras áreas (Educação, Engenharia IV, História e Interdisciplinares).

Dois periódicos, Perspectivas em Ciência da Informação e Ponto de Acesso, concentraram as publicações, treze e doze

¹⁵ Em três periódicos não foi possível confirmar a origem nacional. Pelos nomes é possível supor que dois são estrangeiros e um nacional.

respectivamente. Ou seja, três de cada dez artigos foram publicados nestes periódicos. Nenhum dos três cursos analisados possuía qualquer tipo de publicação específico ao fazer arquivístico¹⁶.

Tabela 6 - Concentração de artigos publicados

ARTIGOS POR DOCENTE	TOTAL DE DOCENTES	
	N	%
0	15	42,8
1	4	11,5
2	4	11,5
3	1	2,8
4	4	11,5
5	3	8,6
6	2	5,7
7	1	2,8
21	1	2,8
TOTAL	35	100

Fonte: Dados da pesquisa.

As quantidades de artigos em periódicos, capítulos de livros e livros não se distanciavam muito. Havia um pequeno destaque para a publicação de artigos, mas em 2010 e 2012 o número total foi fortemente favorecido pela publicação de capítulos de livros. Em 2009 esse papel coube à produção de livros.

Observava-se uma instabilidade na publicação desses tipos de trabalhos, com uma leve tendência de queda nos últimos anos do período. Ao todo, ocorreram 146 publicações variadas, com visível concentração da produção por alguns poucos autores.

¹⁶ Na UFSM o Centro de Ciências Sociais e Humanas ao qual o curso de Arquivologia está ligado, possuía a Revista Ciências Sociais, que agregava todos os cursos do Centro.

Tabela 7 - Produção de trabalhos bibliográficos

TIPO DE PUBLICAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
ARTIGOS COMPLETOS	22	18	17	20	9	86
CAPÍTULOS DE LIVROS	6	2	15	7	9	39
LIVROS	8	1	5	4	3	21
TOTAL	36	21	37	31	21	146

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi possível verificar que um grande número de docentes nada produziu: artigos – quinze docentes; capítulos de livro e livro – 23 docentes cada. Além disso, treze docentes não produziram nada em nenhum desses tipos de produto.

Tabela 20 - Tipo de publicação e autoria

TIPO DE AUTORIA	ARTIGOS		LIVROS		CAPÍTULOS DE LIVROS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
AUTORIA SIMPLES	28	32,5	10	47,6	26	66,7	64	43,8
2 AUTORES	40	46,5	5	23,8	9	23,0	54	37,0
3 OU MAIS AUTORES	18	21,0	6	28,6	4	10,3	28	19,2
TOTAL	86	100	21	100	39	100	146	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi interessante observar dentro desses tipos de publicação, os de autoria simples ou múltipla.

Foi possível observar que, no caso dos artigos, 67% dos autores os elaboraram em parcerias, o que mudava, quando se tratava de livros, onde 52,4% o fizeram sozinhos, e capítulos de livros, com 56,2%.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da compreensão da ciência como atividade social, torna-se importante observar as múltiplas possibilidades de construção científica. Assim sendo, pensar na coletividade da ciência remete a dois possíveis caminhos: o da ordem da “comunidade e comunicação” e o da ordem das “instituições e autoridades”. O primeiro, cabe principalmente às associações, grupos de pesquisas e de interesses comuns, através de seus eventos, publicações e até mesmo do “colégio invisível”. O outro caminho dessa coletividade é a própria construção do ambiente de ação científica, estruturas organizacionais burocráticas que possuem objetivos bem específicos para a ação científica.

A produção de conhecimento em Arquivologia não poderia ser diferente – a concepção de um conhecimento construído através das relações sociais, envolvendo diferentes atores, em diferentes momentos. Todavia observou-se que este crescimento e institucionalização devia ser ainda relativizado, tendo em vista verificar se realmente havia um ambiente propício à criação e estabelecimento de um saber específico, de experiências, de instrumentos e de credibilidade social.

O estudo da produção científica dos docentes dos cursos de Arquivologia da UNIRIO, UFSM e da UFF entre 2008 e 2012 permitiu verificar que os resultados sugeriam um crescimento da produção de conhecimento arquivístico, mas também indicavam uma certa concentração dessa produção num pequeno grupo de acadêmicos.

É importante, para uma expansão da reflexão sobre a área, a continuação de trabalhos como este, com um recorte temporal e espacial mais abrangente. Também cabe ressaltar que

esta pesquisa suscitou assuntos que continuam a requerer aprofundamento, como, por exemplo, a identificação das principais temáticas das produções de conhecimento aqui identificadas, assim como as suas mudanças ao longo dos anos.

Cabe aos profissionais da área prosseguirem na reflexão sobre seu próprio domínio de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C. *Produção de conhecimento em Arquivologia: análise da produção científica arquivística docente nos cursos de Arquivologia da UNIRIO, UFSM e UFF*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Instituto de Artes e Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9337>. Acesso em : 29 jul 2021.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: FINATEC, 1999.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

JARDIM, J. M. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1999-1995). In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999.

MARQUES, A. A. da C. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ORRICO, E. G. D.; SILVA, E. P. da. Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UNIRIO; UFF, 2011.

CAPÍTULO 12

IDADE DAS CITAÇÕES NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ESTUDO CIENTOMÉTRICO A PARTIR DOS PERIÓDICOS DO RIO GRANDE DO SUL

Magnum de Oliveira

Maria Fatima S. Maia

1 INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre as características da comunicação científica na área das Ciências Sociais ainda é algo muito aquém do que poderia ser. Entre os inúmeros aspectos possíveis de serem mais aprofundados se destacam os estudos sobre as citações em trabalhos acadêmicos.

Os estudos de citações possibilitam identificar, por exemplo, as influências teóricas em áreas do conhecimento, as linhas de pesquisa mais exploradas em determinados campos de estudo, ou ainda a visibilidade da ciência produzida por pesquisadores, instituições e países. As citações podem ser vistas como “pegadas congeladas na paisagem de conquistas acadêmicas [...] e que testemunham a passagem de ideias” (CRONIN, 2000, p. 440).

Entre os diferentes aspectos explorados nos estudos de citações se pode mencionar aqueles com foco na idade da bibliografia citada em trabalhos acadêmicos. Estes estudos podem revelar as dinâmicas de incorporação de novas ideias, a

obsolescência, atualização ou permanência de determinados paradigmas. Velho (1986) evidencia que estudos sobre a idade das citações podem identificar o interesse de pesquisadores nos assuntos em voga em uma área da ciência. Strehl (2005) afirma que as idades demonstram o ritmo com que uma área do conhecimento se atualiza.

Sendo assim, partindo deste contexto, neste estudo foram analisadas as idades das citações em periódicos publicados por cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais no Rio Grande do Sul.

Os resultados deste estudo fazem parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG (OLIVEIRA, 2017).

2 ESTUDOS MÉTRICOS, CIENTOMETRIA E ESTUDOS DE CITAÇÕES

Ao longo do tempo, a prática de avaliação da produção científica exigiu o desenvolvimento de ferramentas apropriadas para mensuração dos produtos resultantes das atividades de pesquisa científica. Nesse aspecto, destacam-se os estudos métricos que se utilizam de indicadores quantitativos na abordagem de pesquisa.

Oliveira e Gracio (2011) definem estudos métricos como estudos voltados para avaliação da informação, sobretudo científica, utilizando métodos quantitativos de análise.

Para Mendez-Rativa & Gregorio-Chavino (2014) os estudos métricos são ferramentas fundamentais para entender o comportamento de domínios científicos, dada a possibilidade de

avaliação mediante metodologias específicas e a construção de indicadores que possibilitam conhecer tendências, realizar transformações e rever investimentos.

Oliveira e Gracio (2011) alegam que os estudos métricos resultam dos campos da bibliometria, cientometria, webometria e informetria, sendo este último considerado o campo com maior abrangência.

Santos (2003) ressalta que a cientometria visa a identificação e o tratamento das informações existentes nas publicações científicas e técnicas. Também se pode mencionar os estudos sobre inovação a partir de análises de patentes (MOURA, 2009). Para Hayashi (2013, p. 57) a cientometria se concentra na avaliação da produção científica, revelando informações úteis para a compreensão da estrutura social e intelectual de diferentes campos do conhecimento.

Diante dessas definições, identificamos a convergência entre estes autores, no sentido de reconhecer a cientometria como campo que visa identificar características da produção de determinada área do conhecimento, utilizando para isso, abordagens metodológicas quantitativas através de indicadores quantitativos.

Sobre os estudos de citação, Alvarado (2014) destaca que este método considera que há uma relação entre citado e citante. Também para o autor, é constante certo dinamismo no qual impera a citação de documentos recentes, em detrimento de documentos mais precedentes, sendo na diminuição das citações de determinado documento que começa a obsolescência dele. Tal observação foi anteriormente expressada por Braga (1974, p. 163), uma vez que, “o ‘fator imediato’ (immediacy factor) – o

‘aglomeramento’ (bunching) – ou mais frequente citação de documentos recentes é responsável pelo obsolescência da literatura após uma década”.

Em relação ao foco deste trabalho, que é analisar a idade das citações na literatura da área das Ciências Sociais, é possível dizer que eles podem apontar a jovialidade de uma área, ou até mesmo a prontidão dos cientistas em inteirar-se das novas produções, no que diz respeito à predominância do uso de citações recentes. Também a idade do referencial citado pode ser utilizada como medida para verificar a relevância internacional de pesquisas em periódicos, além de apontar as desigualdades no que diz respeito aos países considerados periféricos, cujos pesquisadores costumam ignorar, ou ainda, quando por fatores econômicos não possuem acesso às produções mais antigas da ciência mundial (VELHO, 1986).

3 O ENSINO SUPERIOR E OS PERIÓDICOS NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

No Brasil a consolidação da institucionalização das Ciências Sociais foi acompanhada pela transição do enfoque biológico para o sociológico, trazendo abordagens sobre mestiçagem, escravidão, família patriarcal, entre outros, destacados nas obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior (SILVA e SILVA, 2012). Ortiz (1990) afirma que houve um processo de mudança na área a partir da década de 1960, diante da modernização das instituições de ensino superior e da regulamentação profissional, ampliando assim a oferta de cursos de pós-graduação. A partir disso, até o início da década de 1990, outras temáticas foram incorporadas

trazendo questões macroestruturais, como “movimentos urbanos e rurais, movimento sindical, movimentos feministas e *gay*, movimento negro e movimentos ecológicos” (LIEDKE FILHO, 2005, p. 426), assim como desenvolvimento econômico, dependência, redemocratização e movimentos sociais, destacando-se os estudos de Fernando Henrique Cardoso (LIEDKE FILHO, 2005).

Assim sendo, é diante da conturbada trajetória da sociedade brasileira, e de sua população heterogênea, que a área das Ciências Sociais se desenvolveu, contribuindo com interpretações teóricas sobre as transformações sociais e o desenvolvimento de políticas públicas no país.

No que se refere ao ensino superior de Ciências Sociais no Rio Grande do Sul, de acordo com o Ministério da Educação, em 2017 existiam 14 cursos de graduação, sendo um curso de Ciências Sociais / Ciência Política, dois de Ciência Política, e um de Antropologia, considerando cursos presenciais, à distância (EaD), bacharelado e licenciatura. Estes 14 cursos estavam distribuídos entre 12 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas.

No universo da pós-graduação, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, as instituições de ensino do Rio Grande do Sul reuniam, em 2017, cinco cursos de Sociologia, três em Ciência Política e dois em Antropologia.

No que se refere aos periódicos vinculados a estes Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Rio Grande do Sul, e conforme informações disponíveis pela CAPES e Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), foram contabilizados nove periódicos da área de Ciências Sociais.

A partir deste cenário e tomando como referência a avaliação Qualis CAPES 2015, neste estudo foram analisadas as idades das citações dos três periódicos com melhor qualificação em cada disciplina, são eles: 1) Revista Horizontes Antropológicos, 2) Revista Iluminuras e 3) Cadernos do LEPAARQ; da Ciência Política: 4) Austral: *Brazilian Journal of Strategy and International Relations*, 5) Revista Conjuntura Austral e 6) Revista Debates; da Sociologia: 7) Revista Civitas, 8) Revista Ciências Sociais UNISINOS e 9) Sociologias.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo explorado foram as citações das nove revistas mais bem avaliadas no Qualis CAPES, tendo 2015 como o ano base. O período selecionado para coleta de dados foi entre 2014 e 2016. Este limite temporal se justifica pelo prazo disponível para a elaboração da pesquisa, pois conforme já mencionado, este estudo é resultado do trabalho de conclusão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG (OLIVEIRA, 2017).

As referências selecionadas foram classificadas de acordo com o ano, a partir da criação de um banco de dados¹⁷ com auxílio de um *software* gerenciador de referências bibliográficas EndNote, versão X5.

Após a coleta, foi calculada a idade das referências citadas através da subtração do ano do trabalho citante do citado.

Para realização dos cálculos do número de citações e elaboração de tabelas e gráficos utilizou-se o *software Microsoft*

¹⁷ Para mais informações consultar TCC no Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Excel.

As idades das citações foram agrupadas em dois distintos intervalos: até 10 anos; e mais de 10 anos. Para apresentação dos dados destacamos os anos que compõem a primeira década de idade separadamente: zero (mesmo ano), um, dois, três e assim sucessivamente. As citações com mais de dez anos foram agrupadas em um único intervalo, conforme literatura precedente sobre comunicação científica, que atesta o declínio gradativo de citações após dez anos da publicação (MEADOWS, 1999; COSTAS; VAN LEEUWEN e VAN RAAN, 2011; STREHL, 2005; TAHAMTAN; SAFIPOUR e AHAMDZADEH, 2016). Obviamente que exceções existem, mas este fenômeno foi recorrente em diferentes áreas do conhecimento.

5 RESULTADOS

Após o processo de coleta de dados foram reunidas 27.292 referências. Durante esta etapa foram identificadas imprecisões nas datas de algumas referências e, por isso, algumas foram desconsideradas para o cálculo da idade. Em alguns livros a data que consta na bibliografia é a de reedições ou reimpressões, como por exemplo “O manifesto comunista” de Karl Marx e Friedrich Engels, publicada pela primeira vez em 1848, e que possui citações como publicada em 2007. Foram desconsideradas, também, as seguintes tipologias: páginas da *web* (a maioria não possui data), leis ou regulamentações (por imprecisão de datas ou de decretos, suas promulgações ou alterações), documentos governamentais (material audiovisual, comunicação pessoal e manuscritos, entre outros), devido à baixa representatividade (1,4% do total de referências, isto é, 390 citações).

As tipologias dos documentos selecionadas para o cálculo da idade da citação foram: artigos de revista científica, teses e dissertações, trabalhos não publicados, trabalhos apresentados em conferências, artigos de jornais, relatórios, anais de eventos, artigos de revistas, entrevistas e artigos eletrônicos, abrangendo um total de 10.585 citações.

Referências sem data, também foram desconsideradas, resultando um total final de 10.510.

Por fim, foram analisadas as idades das 10.510 citações resultantes, na qual se verificou maior frequência de citações com 3 anos de idade ($n = 800$). O período mais recente – do mesmo ano da publicação do estudo citante, denominado como zero, apresentou frequência menor (161 referências). As citações com mais de 10 anos, correspondem a 39,1% do total (4.107 citações). Estes detalhes e as frequências de citações conforme a idade estão na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Frequência do número de citações conforme a idade. Periódicos das Ciências Sociais, 2014-2016 (n=10.510).

Idade das Citações	Frequência de Citações	%	% Acumulado
0	161	1,5	1,5
1	546	5,2	6,7
2	721	6,9	13,6
3	800	7,6	21,2
4	718	6,8	28
5	715	6,8	34,8
6	632	6,0	40,8
7	559	5,3	46,1
8	542	5,2	51,3
9	506	4,8	56,1
10	503	4,8	60,9
Mais de 10 anos	4.107	39,1	100
-----	10.510	100	-----

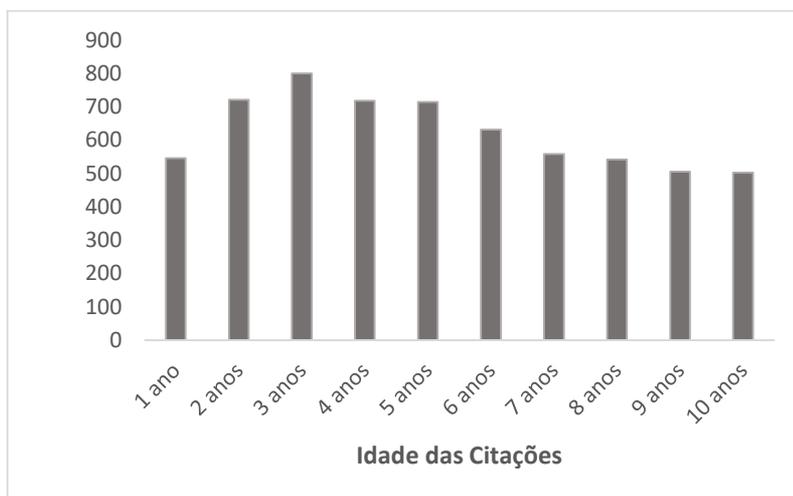
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os dados apontam que o processo de citação imediata dos estudos nessa área não foi predominante, uma vez que, a idade zero (citações do citado e citante no mesmo ano) representam 1,5% do total. Também se observa, a partir do percentual acumulado, que aproximadamente 61% das citações utilizadas em trabalhos das Ciências Sociais no Rio Grande do Sul tinham menos de 10 anos de idade. Portanto, o comportamento dos autores na área foi citar trabalhos recentes, mas não imediatos. Além disso, é possível inferir que a literatura com mais de 10 anos de idade pode ser considerada superada.

O Gráfico 1, abaixo, mostra a quantidade de citações conforme a idade. Nesta análise foram utilizadas somente aquelas com menos de 10 anos de idade (60,9% do total). No

gráfico é possível visualizar que a quantidade de citações com dois, três, quatro e cinco anos são em maior número e que a partir dos seis anos a quantidade vai gradualmente declinando.

Gráfico 1 – Distribuição das citações conforme a idade Periódicos das Ciências Sociais, 2014-2016 (n = 6.242).



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ao analisar as disciplinas separadamente, verificou-se que na Antropologia a maior frequência de citações foi dois anos de idade, na Ciência Política e Sociologia prevaleceram os trabalhos com três anos de idade. Sendo assim, parece haver uma sutil diferença no comportamento de citações em relação a Antropologia, na qual os autores costumam usar literatura mais recente do que nas Ciências Políticas e Sociologia.

Como os dados disponíveis permitiam, foram identificados também os autores mais citados em cada disciplina. Na Antropologia se destacaram Tim Ingold, com 80 citações; Michel Foucault, com 49 citações; e Clifford Geertz e Pierre Bourdieu, ambos com 46 citações. Percebeu-se que as obras de Tim Ingold mais utilizadas compreendem aspectos antropológicos da

humanidade e animalidade, a vida selvagem, e bioantropologia. Já as obras de Foucault mais citadas compreendem temas como relações de poder e sexualidade humana. Os estudos de Bourdieu que compreendem o poder simbólico, crítica social e dominação masculina são os mais expressivos do autor.

Na Ciência Política, os autores mais citados foram Scott Mainwaring, citado 27 vezes; Guilherme O'Donnell, citado 24 vezes; e Amado Luiz Cervo, Cesar Amorim, e Robert Putnam, com 22 citações cada. As citações de Mainwaring destacam-se por temas como sistemas políticos latino-americanos, partidos políticos, e democracias na América Latina. Os estudos de O'Donnell destacados compreendem temas como Estado, autoritarismo e burocracia. No que diz respeito às obras de Amado Luiz Cervo, destacam-se estudos de história da política e diplomacia do Brasil. Celso Amorim é citado pela análise dos seus discursos e entrevistas enquanto Ministro de Relações Exteriores do Brasil, na era Lula (2003-2011), além de análises sobre relações diplomáticas do Brasil publicadas em revistas científicas. Os estudos de Robert Putnam destacam-se por tratar de democracia, comunidade e mercado.

Na Sociologia, destacam-se Pierre Bourdieu, com 91 citações; Axel Honneth, com 75 citações e Boaventura de Souza Santos, citado 59 vezes. As obras de Honneth tratam sobre a Teoria Crítica e conflitos sociais, enquanto os estudos de Santos abrangem aspectos da democracia, Epistemologia, e Sociologia do Direito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui realizada verificou que, entre 2014 e 2016, a concentração das citações utilizadas nas publicações em Ciências Sociais caracteriza-se com expressivo aumento a partir do primeiro ano (161 citações do mesmo ano da publicação da pesquisa e 546 citações com um ano de idade), evidenciando o uso de estudos recentes, com maior ênfase, um ano após sua publicação.

Verificou-se que a maioria dos trabalhos citados tinha três anos de idade, sendo que na Antropologia a maior frequência foi citações com dois anos de idade. É importante considerar a existência destas diferenças entre disciplinas, especialmente em estudos que abrangem grandes áreas do conhecimento.

Por fim é possível afirmar que os autores que publicaram em periódicos da área das Ciências Sociais, vinculados a Programas de Pós-graduação de instituições do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2014 e 2016, basearam seus trabalhos em literatura recente, com os autores mais citados sendo nomes reconhecidos na literatura atual na área, revelando uma dinâmica de transformação e permanente atualização no que diz respeito ao uso de referências e citações.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, R. U. A. Estudio sincrónico de obsolescência de la literatura: el caso de la Ley de Lotka. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 28, n. 63, maio/ago., 2014.
Disponível em: <
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0187358X14725778>> Acesso em 12 mar. 2021.

BRAGA, G. M. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 155-177, 1974. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/50/50>> Acesso em 20 maio 2017

COSTAS, R.; VAN LEEUWEN, T. N.; VAN RAAN, A. F. The "Mendel syndrome" in science: durability of scientific literature and its effects on bibliometric analysis of individual scientists. *Scientometrics*, v.89, n.1, p.177-205, Oct. 2011. Disponível em: <http://akademai.com/doi/pdf/10.1007/s11192-011-0436-4>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CRONIN, B. Semiotics and evaluative bibliometrics. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 4, p. 440-53, 2000.

HAYASHI, M. C. P. I. Afinidades eletivas entre a cientometria e os estudos sociais da ciência. *Filosofia e Educação*, v. 5, n.2, out., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rfe.v5i2.8635395>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LIEDKE FILHO, E. D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 376-437, jul./dez., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n14/a14n14>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MARANHÃO, T. P. A. *Autonomia reflexiva e produção do conhecimento científico: o campo da sociologia no Brasil (1999-2008)*. Brasília, 2010. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7864>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENDEZ-RATIVA, C. P.; GREGORIO-CHAVIANO, O. Aproximación a la comunicación desde la perspectiva teórica y bibliométrica: un análisis en Web of Science 2008-2012. *Signo y pensamiento*, v. 33, n. 64, p. 114-135, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/signo/v33n64/v33n64a08.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MOURA, A. M. M. *A interação entre artigos e patentes: um estudo cientométrico da comunicação científica em biotecnologia*. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, E. F. T.; GRACIO, M. C. C. Indicadores bibliométricos em ciência da informação: análise dos pesquisadores mais produtivos no tema estudos métricos na base Scopus. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n. 4, p. 16-28, out./dez., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a03>. Acesso em: 24 mar. 2021.

OLIVEIRA, M. *Idade das citações na área das Ciências Sociais: um estudo cientométrico a partir dos periódicos do Rio Grande do Sul*. 2017. Monografia (Graduação). Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande.

ORTIZ, R. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. *Novos Estudos*, n. 27, jul., 1990. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/produto/edicao-27/#58db47fb4effb>. Acesso em: 24 mar. 2021.

REIS, E. P.; GÓES FILHO, P. As Ciências Sociais no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, v. 4, n. 14, p. 109-122, 2002. Disponível em:

<http://www.cgee.org.br/arquivos/abc.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SANTOS, R. N. M. Produção científica: por que medir? O que medir? *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 22-38, jul./dez., 2003. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/6264/1/RDBCI-03.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SEGATTO, J.; BARIANI, E. As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, jul., 2010. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/886/805. Acesso em: 24 mar. 2021.

SILVA, C. L.; SILVA, R. S. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. *Impulso*, Piracicaba, v. 22, n. 54, p. 97-106, maio/ago., 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/579/1015>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SILVA, E. L.; TAVARES, A. L. L.; PEREIRA, J. P. S. O estado da arte da pesquisa sobre comunicação científica (1996-2006) realizada no Brasil no âmbito da ciência da informação. *Transinformação*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 207-223, set./dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v22n3/a02v22n3.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

STREHL, L. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *Ciência da Informação*, v.34, n.1, p.19-27. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a03v34n1.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

TAHAMTAN, I.; SAFIPOUR AFSHAR, A.; AHAMDZADEH, K. Factors affecting number of citations: a comprehensive review of the literature. *Scientometrics*, v.107, n.3, p.1195-1225. 2016.

Disponível em:

<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs11192-016-1889-2.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. *Inf. & Soc. Est.*, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>. Acesso em: 24 mar. 2021.

VELHO, L. M. L. S. A contemporaneidade da pesquisa agrícola brasileira como reflexo da distribuição da idade das citações. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 3-9, jan./jun., 1986. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/241/241>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CAPÍTULO 13

RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO MUSICAL: PANORAMA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE O TEMA

Paulo Sergio da Conceição Moreira

Denise Fukumi Tsunoda

1 INTRODUÇÃO

A música no século XXI é facilmente acessada digitalmente (LI; OGIHARA, 2006; CASEY *et al.*, 2008; LEE *et al.*, 2017), graças ao constante desenvolvimento de tecnologias que alteram a maneira como o ser humano consome, armazena e distribui músicas (LEE; CHO; KIM, 2016). Nesse aspecto, no que concerne a ouvir e descobrir músicas, por exemplo, as tradicionais transmissões de rádio e as lojas de discos foram substituídas por sistemas personalizados (CASEY *et al.*, 2008); fitas cassetes, CDs e até os arquivos MP3 perderam o protagonismo para os serviços de *streaming* (BONINI; GANDINI, 2019; MAASØ; HAGEN, 2019; SHARAKHINA *et al.*, 2020), capazes de aliar recursos da computação e da comunicação em interfaces dotadas de criatividade e soluções de *design* (SHARAKHINA *et al.*, 2020).

Com a popularização da internet e dos aparelhos móveis, os consumidores têm ao seu alcance um vasto catálogo de músicas *on-line* (WANG; DENG; XU, 2017; MUELLER *et al.*, 2019), incluindo recursos como letras, biografias, partituras, capas de álbuns e videoclipes (LI; OGIHARA, 2006; MUELLER *et al.*, 2019). Plataformas como *Spotify*, *Apple Music* e *Deezer* permitem o fácil

acesso a esse catálogo, seja de forma gratuita ou com planos de baixo custo (WEBSTER, 2019). Ademais, essas plataformas não apenas disponibilizam os conteúdos, mas possibilitam a personalização da experiência de se ouvir músicas (WEBSTER, 2019), dando a oportunidade para os usuários compartilharem, organizarem e pesquisarem suas músicas favoritas de acordo com a sua criatividade (MAASØ; HAGEN, 2019).

Todavia, esses atrativos, somados ao grande volume de músicas disponíveis, dificultam tarefas como a recuperação, a navegação e a recomendação dos conteúdos musicais (ORAMAS *et al.*, 2018). Frente a isso, a indústria musical necessita de novas soluções para o gerenciamento das informações musicais, fazendo com que elementos como emoções, instrumentos e gêneros musicais se destaquem na categorização de músicas *on-line* (GUPTA; YADAV; KAPOOR, 2020).

Nesse cenário, o campo de pesquisa denominado como recuperação de informações musicais (*Music Information Retrieval* (MIR)) pode auxiliar nesse desafio, uma vez que se destina a recuperar informações relevantes de músicas (PESEK; LEONARDIS; MAROLT, 2017; RAGURAMAN; MOHAN; VIJAYAN, 2019) em suas diversas formas (PESEK; LEONARDIS; MAROLT, 2017), bem como do próprio sinal de áudio (KISKA *et al.*, 2018).

Diante desse contexto, o objetivo geral deste capítulo consiste em apresentar um panorama das pesquisas brasileiras sobre recuperação de informação musical, posto que, conforme apresentam Café e Barros (2018), trata-se de um tema incipiente no país, principalmente quanto às escolhas metodológicas. Além disso, manifesta-se como um assunto importante para a comunidade científica preocupada com o tratamento da

informação musical (CAFÉ; BARROS, 2018). Por fim, o objetivo geral proposto desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) visualizar os principais autores relacionados às pesquisas brasileiras sobre o tema recuperação de informação musical;
- b) apresentar as principais fontes de publicação e instituições relacionadas às pesquisas brasileiras sobre recuperação de informação musical;
- c) identificar as principais tarefas de recuperação de informação musical conduzidas por pesquisas brasileiras;
- d) demonstrar as principais ferramentas empregadas nos estudos brasileiros sobre recuperação de informação musical;
- e) identificar os principais métodos utilizados nos estudos brasileiros sobre recuperação de informação musical.

A seguir apresenta-se uma contextualização acerca da recuperação de informação musical, incluindo algumas definições e exemplos de tarefas oriundas dessa área de pesquisa.

2 RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO MUSICAL

Para Downie (2004), a recuperação de informação musical consiste em uma área de “pesquisa multidisciplinar, destinada a desenvolver esquemas de busca inovadores baseados em conteúdo, novas *interfaces* e mecanismos de distribuição, visando tornar o vasto estoque mundial de músicas acessível a todos” (DOWNIE, 2004, p. 12, tradução nossa). Trata-se de um campo composto por diferentes áreas do conhecimento, como Música, Musicologia, Psicologia, Informática, Psicoacústica, Aprendizado

de Máquina, Processamento de sinais e Inteligência Computacional (KISKA *et al.*, 2018).

Nessa área de estudo, visualiza-se a possibilidade em se trabalhar com tipos diferentes dados relacionados à música, tais como representações simbólicas, gravações de áudio, partituras, listas de reprodução (*playlists*), dados oriundos das redes sociais (curtidas ou *tweets*), além de metadados referentes ao perfil de uso dos consumidores (STOBER, 2017). Normalmente, os sistemas elaborados no escopo da recuperação de informação musical consistem em modelos computacionais, compostos por algoritmos capazes de extrair recursos musicais ou medidas de similaridade (SCHEDL; FLEXER; URBANO, 2013).

Com relação às possibilidades oferecidas pela recuperação de informação musical, pode-se tomar como exemplo as tarefas apresentadas por Casey *et al.* (2008) (QUADRO 1).

Quadro 1 - Exemplos de tarefas de recuperação de informação musical

Tarefa	Descrição
Identificação de Músicas	Reconhecer a música que está tocando.
Detecção de Plágio	Identificar se a canção se trata de um plágio.
Monitoramento de Direitos Autorais	Identificar possíveis violações de direito autoral.
Reconhecimento de Versões	Reconhecer versões “ao vivo”, acústicas e <i>covers</i> de canções.
Busca por Meio de Melodia	Procurar músicas por meio de fragmentos de melodia.

Busca por Similaridade de Título	Recuperar músicas com o mesmo título
Busca por Artista	Recuperar músicas de um mesmo artista.
Busca por Similaridade	Buscar músicas semelhantes.
Transposição de Música	Mapear uma música para outra estrutura de tempo e repetição.
Reconhecimento de Emoção / Humor	Encontrar músicas de acordo com uma emoção / humor. Ex: Alegre, Energético, Melancólico etc.
Classificação de Gênero / Estilo Musical	Procurar músicas que pertençam a um determinado gênero / estilo musical.
Reconhecimento de Instrumentos	Procurar por músicas com os mesmos instrumentos.
Reconhecimento de Fala / Discurso	Segmentação de transmissão de rádio; catalogação de arquivos musicais.

Fonte: Adaptado de Casey et al. (2008, p.670).

Para a condução das tarefas elencadas no Quadro 1, os pesquisadores adotam, geralmente, duas etapas: a) a extração de recursos para representar o conteúdo musical (DIELEMAN; SCHRAUWEN, 2014); e b) a utilização dos recursos extraídos para a construção de modelos baseados em aprendizado de máquina, nos quais são considerados algoritmos de classificação ou regressão, tais como Regressão Logística e *Support Vector Machine* (SVM) (DIELEMAN; SCHRAUWEN, 2014).

Por fim, concernente às características extraídas para representar o conteúdo musical, essas podem ser divididas em três grupos: a) características de baixo nível, que envolvem, por exemplo, recursos relacionados ao timbre; b) características

intermediárias, como elementos que representam a altura, o ritmo e a harmonia; e c) características de alto nível, tais como informações sobre emoções e gêneros musicais (MURTHY; KOOLAGUDI, 2018).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a elaboração deste estudo, realizou-se uma busca em 20 de fevereiro de 2021 nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* (WOS), empregando a expressão de busca “*music* information retrieval*”, adotando os critérios listados no Quadro 2.

Quadro 2 - Procedimentos de busca realizados

Base	Expressão de busca	Campos	Filtro	Registros
<i>Scopus</i>	“ <i>music* information retrieval</i> ”	Título-Resumo-Palavras-chave	País (Brasil)	54
<i>WOS</i>		Tópico		27

Fonte: Os autores (2021).

Após a coleta dos registros nas bases de dados, foi necessário remover 24 registros duplicados, restando 57 registros para a análise, que consistiu na leitura dos metadados dos registros (autoria, instituição, palavras-chave e resumo) e, por fim, para a identificação dos métodos e ferramentas empregados, realizou-se a leitura completa dos documentos.

Quanto ao agrupamento dos artigos em relação à tarefa proposta, considerou-se uma classificação adaptada pelos

autores dos exemplos apresentados por Casey *et al.* (2008) (QUADRO 1). Essa nova classificação é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 - Categorias de tarefas consideradas

Tarefa	Descrição
Análise Musical	Análise de características (ritmo, harmonia, melodia); extração de características; análise semântica; análise histórica etc.
Análise de Similaridade	Busca por músicas com a mesma estrutura (rítmica, harmônica, melódica etc).
Classificação de Gêneros Musicais	Classificar as músicas de acordo com o gênero musical (Rock, Pop, Música Clássica etc).
Construção de Base de Dados	Criação de base de dados para a condução de tarefas específicas.
Reconhecimento de Acordes	Identificar os acordes empregados em uma canção.
Reconhecimento de Emoções	Identificar a emoção relacionada à música.
Reconhecimento de Versões	Identificar <i>covers</i> , versões ao vivo, versões acústicas etc.
Sistemas de Recomendação / Conteúdo Personalizado	Produzir sistemas para recomendação de conteúdo.
Transcrição de Músicas	Transcrever músicas automaticamente.

Fonte: Os autores (2021) com base em Casey et al. (2008, p. 270).

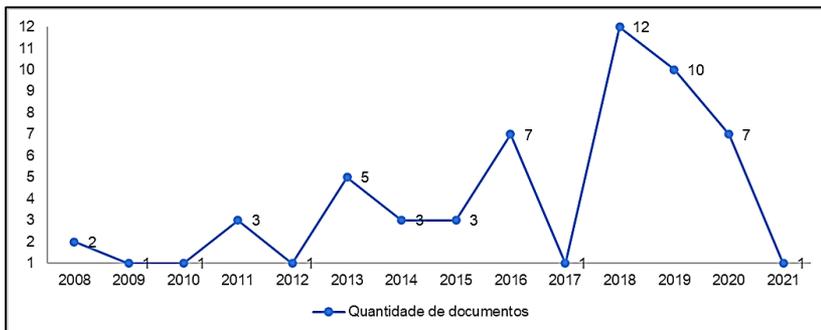
Apresentado o percurso metodológico adotado, na sequência são apresentados e discutidos os resultados deste estudo.

4 RESULTADOS

Em termos de tipo de documento, a produção analisada encontra-se assim distribuída: a) 42 artigos oriundos de eventos; b) 14 artigos de periódicos; e c) um artigo de revisão. Para mais, em relação ao idioma, 55 documentos foram escritos em inglês, e apenas dois em português.

No tocante à distribuição da produção científica ao longo dos anos, os registros mais antigos datam do ano de 2008 (SILLA JR.; KOERICH; KAESTNER, 2008; SCHOLZ; RAMALHO, 2008), por sua vez, o ano de 2021 já contabiliza um trabalho, sendo este desenvolvido por Ferreira e Mello (2021). A distribuição das pesquisas brasileiras pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição de trabalhos ao longo dos anos



Fonte: Os autores (2021).

De maneira geral, a produção brasileira apresenta uma média de 4,07 documentos produzidos por ano, com um desvio padrão de 3,62 trabalhos. Observa-se, ainda, que desde de 2008 há, pelo menos, uma publicação relacionada ao Brasil, tendo o

ano de 2012 a maior produção para um único ano, com 12 trabalhos.

4. 1 Pesquisadores, instituições e fontes de publicação

Em relação à autoria do *corpus* analisado, verificou-se 135 autores com ao menos uma produção, sendo os 10 mais produtivos apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 - Autores mais produtivos

Autor	Instituição Atual*	Qtde. de Trabalhos	Principais Temas
Carlos Nascimento Silla Junior	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	10	Classificação de Gêneros Musicais; Reconhecimento de Emoções.
Diego Furtado Silva	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	6	Reconhecimento de Versões; Análise de Similaridade.
Yandre Maldonado e Gomes da Costa	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	6	Classificação de Gêneros Musicais.
Nazareno Andrade	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	5	Construção de Base de Dados; Sistemas de Recomendação / Conteúdo Personalizado.

Tiago Fernandes Tavares	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	5	Classificação de Gêneros Musicais.
Alessandro Lameiras Koerich	École de Technologie Supérieure (Canadá)	4	Classificação de Gêneros Musicais.
Débora Cristina Corrêa	The University of Western Australia (Austrália)	3	Classificação de Gêneros Musicais; Reconhecimento de Versões.
Luiz Wagner Pereira Biscainho	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	3	Análise Musical.
Martín Rocamora	Universidad de la República (Uruguai)	3	Análise Musical.
Gustavo Enrique de Almeida Prado Alves Batista	Universidade de São Paulo (USP)	3	Análise de Similaridade.

Fonte: Os autores (2021).

O principal autor identificado é o pesquisador Carlos Nascimento Silla Junior, atualmente docente no Programa de Pós-Graduação em Informática da PUC-PR. Até o momento, esse pesquisador produziu 10 trabalhos, apresentando como temas a

classificação de gêneros musicais e o reconhecimento de emoções. Com relação aos demais autores, destaca-se o número de pesquisadores que atuam em instituições nacionais (sete); por seu turno, dos pesquisadores de instituições estrangeiras, apenas o professor Martín Rocamora (Uruguai) não é brasileiro.

Cabe ressaltar que, para a indicação da instituição atual do autor, considerou-se a informação presente nos currículos Lattes dos pesquisadores. Nos casos de autores com currículos desatualizados, utilizou as informações disponíveis no perfil da base na qual o trabalho foi recuperado (*Scopus* ou *WOS*).

Quanto às instituições do tema, foram visualizadas 51 instituições, sendo 25 estrangeiras e 26 nacionais, com as 10 mais produtivas listadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Instituições mais produtivas

Instituição	Total de Trabalhos	Principais Temas
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	9	Classificação de Gêneros Musicais; Reconhecimento de Emoções.
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	8	Sistemas de Recomendação / Conteúdo Personalizado; Classificação de Gêneros Musicais.
Universidade de São Paulo (USP)	8	Reconhecimento de Versões; Análise de Similaridade; Classificação de Gêneros Musicais.
Pontifícia Universidade	7	

Católica do Paraná (PUC-PR)		Classificação de Gêneros Musicais.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	7	Análise Musical; Classificação de Gêneros Musicais.
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	7	Análise Musical; Sistemas de Recomendação / Conteúdo Personalizado.
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	6	Classificação de Gêneros Musicais.
Universidade Federal Do Paraná (UFPR)	4	Classificação de Gêneros Musicais.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	4	Análise Musical.
Universidad de la República (Uruguai)	3	Análise Musical.

Fonte: Os autores (2021).

As instituições públicas brasileiras destacam-se na produção brasileira sobre recuperação de informação musical, ocupando oito das 10 primeiras posições, com destaque para a UTFPR, líder geral, com nove trabalhos. Das universidades privadas, apenas a PUC-PR (sete registros) aparece no *top 10*. Por fim, a *Universidad de la República*, do Uruguai, é a melhor instituição estrangeira, com três produções relacionadas à análise musical.

Analisando-se as principais fontes em que a produção brasileira é publicada, essa produção encontra-se distribuída em 38 fontes, com as 10 principais elencadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Principais fontes de publicação

Fonte	Quantidade de Trabalhos	Tipo
Proceedings of the 20th International Society for Music Information Retrieval Conference (ISMIR 2019)	5	Evento
Proceedings of the 14th International Society for Music Information Retrieval Conference (ISMIR 2013)	4	Evento
Lecture Notes in Computer Science	4	Evento
Proceedings of the 17th International Society for Music Information Retrieval Conference (ISMIR 2016)	2	Evento
ACM International Conference Proceeding Series	2	Evento
Proceedings of the International Joint Conference on Neural Networks Expert Systems with Applications	2	Evento
Proceedings of the 12th International Society for Music Information Retrieval Conference (ISMIR 2011)	2	Evento
International Conference on Systems, Signals, and Image Processing	2	Evento

Proceedings of the 19th International Society for Music Information Retrieval Conference (ISMIR 2018)	2	Evento
Revista de Informática Teórica e Aplicada (RITA)	2	Periódico

Fonte: Os autores (2021).

Das fontes presentes no Quadro 6, o destaque são os anais do *International Society for Music Information Retrieval Conference (ISMIR)*, com registros para cinco edições. Trata-se de uma conferência anual, realizada desde 2000 e organizada pela *International Society of Music Information Retrieval*. Dentre as suas edições, destaca-se a realizada em 2013, cuja sede foi a cidade de Curitiba. No mais, o único periódico entre as 10 principais fontes é a Revista de Informática Teórica e Aplicada (RITA), editada pelo Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

4.2 Tarefas, métodos e ferramentas

Agrupando os trabalhos de acordo com as tarefas elencadas no Quadro 3, verifica-se que a principal tarefa consiste na análise musical, com 18 ocorrências, e cujos objetivos concentram-se em analisar características como ritmo, harmonia e melodia; extrair características de arquivos de áudio ou outros formatos relacionados à música (letras, acordes); analisar o conteúdo musical de forma semântica e/ou histórica, por exemplo. A distribuição dos trabalhos de acordo com as tarefas de recuperação de informação musical é visualizada no Quadro 7.

Quadro 7 - Distribuição dos trabalhos de acordo com as tarefas de recuperação de informação musical

Tarefa	Quantidade de Trabalhos
Análise Musical	18
Classificação de Gêneros Musicais	11
Sistema de recomendação / Conteúdo Personalizado	7
Construção de Base de Dados	7
Reconhecimento de Versões	5
Reconhecimento de Emoções	4
Transcrição de Músicas	2
Análise de Similaridade	2
Reconhecimento de Acordes	1

Fonte: Os autores (2021).

No que tange aos métodos / algoritmos empregados, 21 trabalhos não especificaram qual método aplicaram. Dos métodos identificados, o algoritmo de classificação SVM é amplamente o mais empregado, com 14 ocorrências. Para efeito de comparação, os principais métodos estão agrupados no Quadro 8.

Quadro 8 - Principais métodos empregados

Método	Quantidade de Trabalhos	Tipo
SVM	14	Classificação
K-Nearest Neighbours (KNN)	4	Classificação
K-means	4	Agrupamento
Convolutional Neural Networks (CNN)	4	Classificação
C4.5 (J48)	3	Classificação
Multilayer Perceptron (MLP)	3	Classificação
Random Forest (RF)	2	Classificação
Regressão Logística	2	Classificação
Naïve Bayes	2	Classificação

Fonte: Os autores (2021).

Dos algoritmos agrupados no Quadro 8, apenas o algoritmo *K-means* não se destina à tarefa de classificação. No mais, percebe-se a utilização de métodos tradicionais de Aprendizado de Máquina, como KNN, C4.5 (J48) e *Naïve Bayes*. Por fim, em relação às principais ferramentas empregadas, pode-se visualizar no Quadro 9 as 10 mais utilizadas.

Quadro 9 - Principais ferramentas empregadas

Ferramenta	Quantidade de Trabalhos	Tipo
Latin Music Database (LMD)	6	Base de Dados
GTZAN	5	Base de Dados
Marsyas	3	Extração de Características
Free Music Archive (FMA)	3	Base de Dados
Essentia	3	Extração de Características
WEKA	3	Mineração de Dados
Youtube Covers	3	Base de Dados
Last.FM API	2	Coleta de Dados
Spotify API	2	Coleta de Dados / Extração de Características
jSymbolic	2	Extração de Características

Fonte: Os autores (2021).

Observa-se que as duas principais ferramentas consistem em bases de dados, sendo: a) a *Latin Music Database (LMD)*, que consiste em uma base desenvolvida por Silla Jr., Koerich e Kaestner (2008), destinada à classificação de gêneros musicais, principalmente, mas que pode ser empregada em outras tarefas; e b) a *GTZAN*, uma das mais tradicionais bases de dados para classificação de gêneros musicais, desenvolvida pelo pesquisador George Tzanetakis (TZANETAKIS; COOK, 2002).

Outras ferramentas que podem ser destacadas são as bases de dados *Candombe Dataset* (NUNES *et al.*, 2015), *Million Song Dataset* (BERTIN-MAHIEUX *et al.*, 2011) e *Latin Music Mood Database* (SANTOS; SILLA JR., 2015); e as ferramentas de extração de características, como as bibliotecas *pyAudioAnalysis* (GIANNAKOPOULOS, 2015) e *librosa* (MCFEE *et al.*, 2015), desenvolvidas em *Python*; e o *framework Marsyas* (TZANETAKIS; COOK, 2000).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário marcado por um alto volume de músicas e informações musicais, faz-se necessária a busca por alternativas capazes de otimizar processos como a recuperação e organização desses recursos. Dessa maneira, percebe-se que a recuperação de informação musical, por meio de estratégias interdisciplinares, apresenta-se como o campo adequado para pesquisadores concentrarem os seus esforços em vista de uma gestão eficiente das informações musicais.

Nesse sentido, buscou-se compreender, de maneira geral, como se desenvolveram as pesquisas brasileiras acerca do tema recuperação de informação musical, concentrando-se em identificar os principais pesquisadores da temática; as instituições e fontes de com mais publicações; além das principais ferramentas e os métodos mais empregados. Para isto, conduziu buscas nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* e, no total, 57 trabalhos foram analisados.

Como resultados, verificou-se um crescimento da produção brasileira, com pelo menos um trabalho produzido desde de 2008. Além disso, percebe-se uma certa preferência dos pesquisadores por apresentar os seus trabalhos em eventos, tais como os organizados pela *International Society for Music*

Information Retrieval. As instituições públicas aparecem como os principais polos do assunto estudado, concentrando os principais pesquisadores, embora, seja preciso ressaltar que o autor com o maior número de contribuições atua em uma universidade particular (PUC-PR).

Do ponto de vista de tarefas, a mais comum consiste na análise musical, que se caracteriza pelo estudo dos elementos básicos da música (ritmo, harmonia e melodia); pela extração de características e pelo estudo da música no aspecto semântico e/ou histórico, por exemplo. Dentre as ferramentas visualizadas, destaque para as bases de dados LMD e GTZAN como as ferramentas mais utilizadas. Dessas bases, ressalta-se o fato de a LMD ter sido desenvolvida integralmente por pesquisadores brasileiros.

Como forma de ampliar os resultados apresentados, sugere-se enriquecer a estratégia de busca empregada considerando tarefas específicas (*music genre classification, music emotion recognition, automatic chord classification*), uma vez que os autores podem optar por esses termos específicos para indexar as suas pesquisas. Por último, como forma de aprofundar a compreensão dos estudos brasileiros, estimula-se uma análise a fim de se identificar quais foram as características (áudio, letras, acordes, metadados, informações dos usuários etc) utilizadas pelos pesquisadores para representar o conteúdo musical.

REFERÊNCIAS

BERTIN-MAHIEUX, T. *et al*. The million song dataset. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE (ISMIR 2011), 12., 2011, Miami. *Proceedings[...]*. Miami: ISMIR, 2011. p. 591-596. Disponível em:

<https://archives.ismir.net/ismir2011/paper/000022.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BONINI, T.; GANDINI, A. “First week is editorial, second week is algorithmic”: Platform gatekeepers and the platformization of music curation. *Social Media+ Society*, v. 5, n. 4, p. 1-11, out./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F2056305119880006>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CAFÉ, L. M. A.; BARROS, C. M. Abordagens metodológicas das pesquisas sobre organização da informação musical. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 14, n. 3, p. 304-323, set./dez. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1126>. Acesso em: 04 mar. 2021.

CASEY, M. A. *et al.* Content-based music information retrieval: current directions and future challenges. *Proceedings of the IEEE*, v. 96, n. 4, p. 668-696, abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/JPROC.2008.916370>. Acesso em: 01 mar. 2021.

DIELEMAN, S.; SCHRAUWEN, B. End-to-end learning for music audio. *In: IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON ACOUSTIC, SPEECH AND SIGNAL PROCESSING (ICASSP)*, 39., 2014, Florença. *Proceedings [...]*. Florença: IEEE, 2014. p. 6964-6968. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/ICASSP.2014.6854950>. Acesso em: 04 mar. 2021

DOWNIE, J. S. The scientific evaluation of music information retrieval systems: foundations and future. *Computer Music Journal*, v. 28, n. 2, p. 12-23, 2004. Disponível em: <https://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/014892604323112211>. Acesso em: 04 mar. 2021.

FERREIRA, M. D.; MELLO, R. F. Time complexity evaluation of cover song identification algorithms. *Applied Acoustics*, v. 175, p. 1-11, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apacoust.2020.107777>. Acesso em: 05 mar. 2021.

GIANNAKOPOULOS, T. pyaudioanalysis: an open-source Python library for audio signal analysis. *PloS ONE*, v. 10, n. 12, p. 1-17, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0144610>. Acesso em: 08 mar. 2021.

GUPTA, R.I.; YADAV, J.; KAPOOR, C. Music information retrieval and intelligent genre classification. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTELLIGENT COMPUTING, INFORMATION AND CONTROL SYSTEMS, 2., 2020, Secunderabad. Proceedings [...]*. Secunderabad: Springer, 2020. p. 207-224.

KISKA, T. *et al.* Music information retrieval techniques for determining the place of origin of a music Interpretation. *In: 10TH INTERNATIONAL CONGRESS ON ULTRA MODERN TELECOMMUNICATIONS AND CONTROL SYSTEMS AND WORKSHOPS (ICUMT), 10., 2018, Moscou. Proceedings [...]*. Moscou: IEEE, 2018. p. 1-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/ICUMT.2018.8631268>. Acesso em: 04 mar. 2021.

LEE, J. H.; CHO, H.; KIM, Y. Users' music information needs and behaviors: design implications for music information retrieval systems. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 67, n. 6, p. 1301-1330, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.23471>. Acesso em: 01 mar. 2021.

LI, T.; OGIHARA, M. Toward intelligent music information retrieval. *IEEE Transactions on Multimedia*, v. 8, n. 3, p. 564-574, jun. 2006. Disponível em:

<https://doi.org/10.1109/TMM.2006.870730>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MAASØ, A.; HAGEN, A. N. Metrics and decision-making in music streaming. *Popular Communication*, v. 18, n. 1, p. 18-31, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15405702.2019.1701675>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MCFEE, B *et al.* *librosa: audio and music signal analysis in Python*. In: PYTHON IN SCIENCE CONFERENCE, 14., 2015, Austin. *Proceedings[...]*. Austin: SciPy, 2015. p. 18 - 24. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.701.4288&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

MUELLER, M. *et al.* Cross-modal music retrieval and applications: an overview of key methodologies. *IEEE Signal Processing Magazine*, v. 36, n. 1, p. 52-62, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/MSP.2018.2868887>. Acesso em: 04 mar. 2021.

MURTHY, Y.V. S.; KOOLAGUDI, S. G. Content-based music information retrieval (CB-MIR) and its applications toward the music industry: a review. *ACM Computing Surveys (CSUR)*, v. 51, n. 3, p. 1-46, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3177849>. Acesso em: 04 mar. 2021.

NUNES, L. *et al.* Beat and downbeat tracking based on rhythmic patterns applied to the uruguayan Candombe drumming. In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE (ISMIR 2015), 16., 2015, Málaga. *Proceedings[...]*. Málaga: ISMIR, 2015. P. 264-270. Disponível em: <https://archives.ismir.net/ismir2015/paper/000095.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

PESEK, M.; LEONARDIS, A.; MAROLT, M. Robust real-time music transcription with a compositional hierarchical model. *Plos ONE*, v. 12, n. 1, p. 1-21, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0169411>. Acesso em: 03 mar. 2021.

RAGURAMAN, P.; MOHAN, R.; VIJAYAN, M. LibROSA based assessment tool for music information retrieval systems. *In: IEEE CONFERENCE ON MULTIMEDIA INFORMATION PROCESSING AND RETRIEVAL (MIPR), 2., 2019, San Jose. Proceedings [...]*. San Jose: IEEE, 2019. p. 109-114. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/MIPR.2019.00027>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SANTOS, C. L.; SILLA JR., C. N. The latin music mood database. *EURASIP Journal on Audio, Speech, and Music Processing*, v. 2015, n. 1, p. 1-11, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13636-015-0065-6>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SHARAKHINA, L. V. *et al.* Digital technologies in development of modern music industry. *In: IEEE CONFERENCE OF RUSSIAN YOUNG RESEARCHERS IN ELECTRICAL AND ELECTRONIC ENGINEERING (EICONRUS), 2020, São Petersburgo e Moscou. Proceedings [...]*. São Petersburgo e Moscou: IEEE, 2020. p. 71-76. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/EIconRus49466.2020.9039328>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SCHEDL, M.; FLEXER, A.; URBANO, J. The neglected user in music information retrieval research. *Journal of Intelligent Information Systems*, v. 41, n. 3, p. 523-539, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10844-013-0247-6>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SCHOLZ, R.; RAMALHO, G. COCHONUT: Recognizing complex chords from MIDI guitar sequences. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MUSIC INFORMATION RETRIEVAL*, 9., 2008. Filadélfia. *Proceedings [...]*. Filadélfia: ISMIR, 2008. p. 27-32. Disponível em: <https://archives.ismir.net/ismir2008/paper/000200.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SANTOS, C. L.; SILLA JR., C. N. The latin music mood database. *EURASIP Journal on Audio, Speech, and Music Processing*, v. 2015, n. 1, p. 1-11, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13636-015-0065-6>. Acesso em: 06 mar. 2021.

SILLA JR., C. N.; KOERICH, A. L.; KAESTNER, C. A.A. The latin music database. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MUSIC INFORMATION RETRIEVAL*, 9., 2008. Filadélfia. *Proceedings [...]*. Filadélfia: ISMIR, 2008. p. 451-456. Disponível em: <https://archives.ismir.net/ismir2008/paper/000106.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

STOBER, S. Toward studying music cognition with information retrieval techniques: lessons learned from the OpenMIIR initiative. *Frontiers in Psychology*, v. 8, p. 1-17, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01255>. Acesso em: 04 mar. 2021.

TZANETAKIS, G.; COOK, P. Marsyas: a framework for audio analysis. *Organised Sound*, v. 4, n. 3, p. 169-175, nov. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1355771800003071>. Acesso em: 06 mar. 2021.

TZANETAKIS, G.; COOK, P. Musical genre classification of audio signals. *IEEE Transactions on Speech and Audio Processing*, v. 10, n. 5, p. 293-302, nov. 2002. Disponível em:

<https://doi.org/10.1109/TSA.2002.800560>. Acesso em: 06 mar. 2021.

WANG, D.; DENG, S.; XU, G. Sequence-based context-aware music recommendation. *Information Retrieval Journal*, v. 21, n. 2, p. 230-252, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10791-017-9317-7>. Acesso em: 01 mar. 2021.

WEBSTER, J. Taste in the platform age: music streaming services and new forms of class distinction. *Information, Communication & Society*, v. 23, n. 13, p. 1909-1924, 28 maio 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1622763>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES

Alessandra dos Santos Araújo

Primeira Tesoureira na ABECIN, Gestão 2019-2022. Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe. Docente do curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Coordenadora de Disciplina no Curso de Bacharelado em Biblioteconomia a Distância. Possui Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Especialização em Gestão de Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF/UNB). Na graduação ministra as disciplinas: Metodologia Aplicada às Ciências Biológicas e da Saúde; Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Biblioteconomia I e II; Representação do Conhecimento em Ambientes Digitais; Tópicos Especiais em Gestão da Informação; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II. Áreas de interesse: Tecnologia da Informação e Comunicação, Web semântica, Ontologias, Arquitetura da Informação, Arquivos Digitais, Competência Informacional, Arquivos na área da saúde, Acervos imagéticos, Gestão da informação em ambientes digitais. Contato: alearaujo1@academico.ufs.br.

Ana Flávia Dias Zammataro

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina, com

pesquisa na linha de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento sobre perspectivas decoloniais da Organização do conhecimento a partir da análise dos conceitos contra hegemônicos do Relatório Figueiredo. Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (2010). Graduada em licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Estadual de Londrina (2007) e graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (2013). Tem experiência nas áreas de História do Brasil República e de Arquivologia. Desenvolveu pesquisas com fontes históricas imagéticas e pesquisou a Arquivística Pós-Custodial canadense e sua relação com o conceito de memória e de arquivo do filósofo Jacques Derrida. Possui Pós-Graduação Lato Sensu em MBA Book Publishing pela Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior (FAPPES). É editora executiva de materiais didáticos. Contato: afzammataro@gmail.com.

André Vieira de Freitas Araújo

Professor Adjunto do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBG-FACC-UFRJ). Vice-Coordenador do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ (2018-2021). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCI-ECA-USP). Membro correspondente da Rare Books and Special Collection Section da IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) (2019-2020). Membro da International Society for Knowledge Organization, Capítulo brasileiro (ISKO- Brasil). Doutor em Ciência da Informação pela ECA-USP, com período sanduíche na Alma Mater Studiorum - Università di Bologna (UNIBO)

(Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, PDSE-CAPES, Processo 88881.135491/2016-01). Mestre em História Social pela FFLCH-USP. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela FFC-UNESP. É um dos idealizadores e organizadores do Fórum Internacional A ARTE DA BIBLIOGRAFIA e do Seminário Internacional Itinerante "A Arte da Bibliografia": 1) "I Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: ferramentas históricas, problemas metodológicos e práticas contemporâneas" (Rio de Janeiro, UFRJ, 2014), 2) "II Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: história, natureza e relações (inter) disciplinares" (São Paulo, USP, 2015), 3) "III Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: as faces culturais do gesto bibliográfico" (Belo Horizonte, UFMG, 2016), 4) "IV Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: relações histórico-epistemológicas entre Bibliografia e Biblioteconomia" (Vitória, UFES, 2017), 5) "V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: a Bibliografia entre o local e o global: perspectivas históricas e aplicadas" (Recife, UFPE, 2018), 6) "VI Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: das condições materiais e epistêmicas aos dilemas socioculturais" (Florianópolis, UDESC/UFSC, 2019), 7) "VII Seminário Internacional A Arte da Bibliografia: da pandemia de livros à bibliografia" (Bologna, UNIBO, 2021). Foi convidado a participar do "International Congress Conrad Gessner (1516-1565)", ocorrido em Zurique, em 2016. Pertenceu ao quadro diretivo da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP - Biênio 2015-2016), ocupando cargo de secretário. Como bibliotecário, desenvolveu trabalhos em instituições e projetos diversos, ligados à organização, preservação e difusão de acervos históricos, dos quais se destaca a Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo, fundada em 1598. Foi bibliotecário consultor em projetos da Fundação Telefônica (Projeto Coleção Sino Azul), Companhia

Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Biblioteca de São Paulo (BSP), MEDIATECA da Mediapost Angola e Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (CEDOC-SINDMETAL). Foi docente no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SP), Centro Universitário Assunção (UNIFAI-SP) e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Atua nas áreas de Bibliografia (História e Teoria), Bibliografia Histórica, Organização do Conhecimento (Aspectos Históricos e Epistemológicos), Estudos Gesnerianos, Patrimônio e Memória, História do Livro e das Bibliotecas, Patrimônio Bibliográfico, Políticas de Preservação Documental, Bibliotecas e Arquivos Beneditinos. Contato: armarius.araujo@gmail.com.

Bárbara de Széchy Cardoso Vieira

Graduada em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação em 2016 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, trabalhou por 4 anos em biblioteca escolar na cidade de Bruz, França. Atualmente cursa a especialização profissional Métiers du Livre: Bibliothèquisme et Documentation na Université Rennes 2, e atua como estagiária na Biblioteca Central da Université Rennes 1, na área de Conservação Preventiva. Contato: bszechyvc@gmail.com.

Bonifácio Chaves de Almeida

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (2016). Atualmente é servidor ativo permanente do Instituto Federal da Bahia. Contato: bonifaciochaves@yahoo.com.br.

Denise Fukumi Tsunoda

Graduada em Bacharelado em Informática pela Universidade

Federal do Paraná (1992), possui mestrado em Engenharia Elétrica e Informática Industrial pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1996) e doutorado em Engenharia Elétrica e Informática Industrial - Engenharia Biomédica também pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2004). Atualmente é professora na Universidade Federal do Paraná no curso de Gestão da Informação, Departamento de Ciência e Gestão da Informação. Pertence ao grupo permanente de revisores da Revista Produção Online e Revista GEPROS e do Comitê Editorial da Revista A to Z. Tem experiência na área de Bioquímica, com ênfase em Bioinformática. Atua principalmente nos seguintes temas: descoberta de padrões em banco de dados, mineração de dados, computação evolucionária, algoritmos genéticos, programação genética e informação e estrutura de proteínas. Contato: dtsunoda@ufpr.br.

Fernanda Passini Moreno

Possui graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (2003). Possui mestrado (2006) e doutorado (2011) em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília e é Professora Associada na mesma Universidade. Foi Coordenadora do Curso de Graduação em Biblioteconomia (08/2018 a 08/2020). Atualmente é Diretora Técnica de Graduação (DTG) no Decanato de Ensino de Graduação (DEG). É membro dos Grupos de Pesquisa "Representação e Organização da Informação e do Conhecimento? (EROIC) e "Publicações Eletrônicas" cadastrados no Diretório do CNPq e certificados pela Instituição. Foi vice-coordenadora do GT2 Organização e Representação do Conhecimento da ANCIB (2013-2014). Atuou como professora assistente efetiva na Universidade Federal de Goiás (UFG), com

carga horária de 20 hs. Atuou como Consultora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, desenvolvendo material didático e ministrando cursos sobre o Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas (SEER) e, posteriormente, como bolsista PCI no projeto "Monitoramento e prospecção de ferramentas que promovam o acesso livre da informação em ciência e tecnologia nacional". Ministrou mini-cursos na área de Representação Descritiva sobre os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Representação Descritiva e Comunicação Científica. Contato: fernandam@unb.br.

Helena Cancela Cattani

Historiadora (2009), arquivista (2019) e mestre em História (2015), todos pela UFRGS. Sua atuação é focada na gestão de acervos pessoais, em especial artistas e criadores. É arquivista da MarcaVisual Acervos, arquivista colaboradora do Instituto Cultural Torus e arquivista responsável pelo Projeto Maria Lucia Cattani. Também atua no carnaval de Porto Alegre, coordenando o setor de memória do Centro de Estudos e Pesquisa em Tema Enredo (CETE). Contato: hccattani@gmail.com.

Jaqueline Alves Ribeiro

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2018). Atualmente é Bibliotecária da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: jaquelinealvesribeiro@yahoo.com.br.

Jeniffer Alves Cuty

Doutora e mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS]. Arquiteta e

Urbanista pela UFRGS. Especialista em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora Associada lotada no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Ministra aulas, desde 2009, para os cursos de Museologia e Arquivologia, na área de Conservação Preventiva, Pesquisa Museológica e Arquitetura de Museus. É a atual Coordenadora da Comissão de Graduação do Curso de Museologia, UFRGS, 2020-2021. É coordenadora pedagógica do Laboratório de Cultura Material e Conservação (CMC), da Fabico/UFRGS. É membro da Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio (ANTECIPA). Coordena o Núcleo Interdisciplinar Pró-Cultura Acessível (NIPCA) da PROEXT, UFRGS. É membro da Comissão de Ética da UFRGS (2020 a 2023). É membro da Rede Brasileira de Pesquisadores/as de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC), a qual integra a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência. É membro da Rede Nacional de Acervos de Arquitetura e Urbanismo. Representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro - RS. Líder do Grupo de Pesquisa GADH - Gestão de Acervos e Direitos Humanos, juntamente com o prof. Henri Schrekker (Instituto de Química/UFRGS), atuando, primordialmente, na linha de pesquisa Direitos Humanos, Ética, Políticas de Memória e Patrimônio. É pesquisadora associada junto aos Grupos de Pesquisa: Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL) e Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, desde 2005; e LEIA - Leitura, Informação e Acessibilidade da UFRGS. Participa do Grupo de Pesquisa Direito à Verdade e à Memória e Justiça de Transição, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUC-RS, desde 2013.

Coordena os Projetos de Pesquisa e Extensão: Sítios de Memória do Sofrimento (SMS), Assédio Moral, Perspectivas de Acompanhamento e Reparação (AMPARE) e Centro de Memória do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Rio Grande do Sul. É membro da Comissão de Acervo do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Rio Grande do Sul. É membro da Comissão de Acervo do Museu do Instituto de Química da UFRGS. Tem interesse nos seguintes temas: Antropologia e Patrimônio Cultural (Anthropology and Cultural Property) e Ciência do Patrimônio (Heritage Science), Museus (Museums), Museologia (Museology), Arquivos Históricos (Historic Archives), Acervos de Arquitetura (Architecture Collection), Direitos Humanos (Human Rights), Ética (Ethics), Acessibilidade (Accessibility), Memória do Sofrimento (Memory of Suffering). Site do projeto Memória da Arquitetura e do Urbanismo do Rio Grande do Sul: www.ufrgs.br/acervosiabrs; Canal do Youtube Centro de Memória do IAB-RS e perfil no Instagram @memoria.arq.urb.rs. Contato: jcuty@ufrgs.br.

Joana Coeli Ribeiro Garcia

Professora Titular do Departamento de Ciência da Informação com atuação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, com tese orientada pelo Prof. Dr. Aldo de Albuquerque Barreto. Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Da informação e do conhecimento, cadastrado junto ao CNPq. Presidente da ANCIB, período 2009-2010. Membro do Comitê Gestor do PIBIC, até agosto de 2011. Orientadora de Iniciação Científica e do programa Jovens Talentos para a Ciência, ambos

programas do CNPq e avaliadora do Programa Nacional de Pós-Doutoramento da Capes. Membro do Comitê Técnico Científico, permanente ou ad hoc, de revistas científicas nacionais. Na pós-graduação em Ciência da Informação, na UFPB atua nos seguintes eixos temáticos: Comunicação científica; Ciência aberta especialmente open peer review; Gestão da informação em C&T; Indicadores de C&T; Criação de Conhecimento; Política de informação; Responsabilidade social. Contato: nacoeli@gmail.com.

João de Melo Maricato

Pós-doutorado na Universidade de Brasília sob tutoria da Profa. Dra. Suzana Mueller. Realizou atividades de pesquisa na Universidade da Califórnia (UCR) e Missão de Trabalho na Universidade de Leiden. Doutor em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP (2010), onde recebeu o Prêmio Tese destaque USP da área de Ciências Sociais Aplicadas. Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2002). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB (2018-2020). Editor da revista Comunicação & Informação (UFG) entre 2013-2015. Revisor dos periódicos Scientometrics, Journal of Scientometric Research, Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Anales de Documentación, Transinformação, Revista em Questão, Brazilian Journal of Information Science: Research Trends e Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Avaliador ad hoc da Editora da Universidade de São Paulo. Professor na Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UNB). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNB (PPGCinf). É um dos líderes do Grupo de

Pesquisa Comunicação Científica da UnB e Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias para Construção de Observatórios do IBICT. Foi professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG (2013-2015). Foi coordenador do curso de Especialização em Gestão e Avaliação da Informação na mesma universidade. Atua, especialmente, nas áreas de: Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à produção, extração, tratamento e análise de dados; Comunicação e divulgação da ciência; Construção de indicadores; Métodos e Técnicas Bibliométricas, Cientométricas e Alométricas; Estudo de relações entre Ciência e Tecnologia; Avaliação de Programas de Pós-Graduação; Estudos sobre interdisciplinaridade apoiado por indicadores; Indicadores de internacionalização da ciência; Correlações entre indicadores bibliométricos e alométricos; Relações entre ciência e sociedade. Contato: jmmaricato@gmail.com.

Kleisson Lainnon Nascimento Da Silva

Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Graduado em Biblioteconomia, ambos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde atuou como bolsista PIBIC no projeto intitulado: "Open Peer Review no contexto brasileiro: análise nos periódicos de Ciência da Informação (2016-2017)", e posteriormente, na condição de voluntário (PIVIC), cuja pesquisa tem por título: "Ciência da Informação em aberto: perspectiva dos autores e avaliadores (2018-2019)", ambos sob orientação das professoras Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia e Dra. Maria das Graças Targino. Monitor e bolsista da disciplina Metodologia do Trabalho Científico (MTC) vinculada ao Departamento de Ciência da Informação (DCI) da UFPB sob orientação da Professora Dra. Patrícia Maria da Silva. Tem interesse nos seguintes eixos

temáticos: Comunicação científica, Periódicos científicos, Ciência aberta, Acesso aberto, Avaliação por pares, Avaliação por Pares Aberta, Produção científica, Análise de Redes sociais e Genealogia Acadêmica. Contato: kleissons@gmail.com.

Leandro Coelho de Aguiar

Professor efetivo da Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal do Amazonas. Doutorando em História Social pelo PPGH da Universidade Federal do Amazonas, mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI IBICT / Universidade Federal do Rio de Janeiro, bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense e Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Já exerceu o cargo de Coordenador do Curso de Arquivologia (2018-2020), foi membro da Câmara de Extensão e Interiorização da Pró-Reitoria de Extensão da UFAM (2017-2020), diretor da Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica do Museu Amazônico (2017-2018), de vice-coordenador e de coordenador de estágio do curso de Arquivologia (2017 - 2018). Atualmente coordena o Laboratório de Pesquisa em Arquivologia, História e Patrimônio, com o projeto atual de pesquisa intitulado "História das instituições, acervos e práticas de arquivísticas e a concepção patrimônio documental no Amazonas", e coordenador também do projeto de extensão "Diálogos com a Arquivologia", que tem como foco de a Educação e popularização de C&T envolvendo a área da Arquivologia e seus diversos diálogos multidisciplinar. Contato: aguiarlc@gmail.com.

Letícia Guarany Bonetti

Mestranda em Ciência da Informação pela UFSCar (2021). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília

(2015/2019). Voluntária no Programa de Iniciação Científica (PIBIC) na área de gestão de dados de pesquisa e Ciência Aberta, no edital 2018 ProIC/DPG/UnB-PIBIC CNPq. Indicada ao Prêmio Destaque com o trabalho Planos de gestão de dados (PGD) e serviços em bibliotecas universitárias brasileiras para promoção da Ciência Aberta. Atuou como bolsista de pesquisa no Programa de Capacitação Institucional (PCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desenvolvendo serviços na área de Ciência Aberta, repositórios de dados e revistas científicas. Participa do Grupo de Pesquisa Dados e Metadados (GPDM), na UFSCar. Contato: leticiagbonetti@gmail.com.

Lizete Dias de Oliveira

Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988), Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993), Mestrado / Diplome d Etudes Approfondies Archéologie Des Périodes Historiques - Université Paris I (Panthéon-SORBONNE) (1994) e Doutorado em Histoire de LArt et Archéologie - Université Paris I (Panthéon-SORBONNE) (1997), Pós-doutorado em Ciência da Informação - Universidade do Porto. Atualmente é professora no Departamento de Ciências da Informação (DCI) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Infromação. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica e Subaquática, atuando principalmente nos seguintes temas: Arqueologia, História, Semiótica, Ciência da Informação e Museologia. Contato: lee7dias@gmail.com.

Luciana Oliveira de Brito

Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). Atuou como museóloga no Museu de Ciências Naturais do CECLIMAR (UFRGS) e como professora substituta do curso de Museologia (UFRGS). Atualmente, é museóloga do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, atuando principalmente nos seguintes temas: conservação e documentação de acervos e acessibilidade. Contato: luciana.brito@portoalegre.rs.gov.br.

Magnum de Oliveira

Bibliotecário formado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Possui experiência em biblioteca universitária. Contato: magnumde@gmail.com.

Márcia Ivo Braz

Primeira Secretária na ABECIN, Gestão 2019-2022. Vice-coordenadora do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco nas disciplinas de Organização da Informação. Foi Professora do curso de Biblioteconomia - Departamento de Ciência da Informação/Universidade Federal de Sergipe (2013-2015). Possui Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (2020), Mestrado em Ciência da Informação (2013) e bacharelado em Biblioteconomia (2010) pela UFPE. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa "Organização e Representação do Conhecimento" e "Laboratório de Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (LOGIC)". Contato: marciabraz.ufpe@gmail.com.

Maria das Graças Targino

Doutora em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, e jornalista, finalizou seu pós-doutorado junto ao Instituto Interuniversitario de Iberoamérica da Universidad de Salamanca (USAL) e Máster Internacional en Comunicación y Educación da Universidad Autónoma de Barcelona, ambos na Espanha. Atuou como pesquisadora junto ao referido Instituto / USAL, de março de 2010 a julho de 2011. Sua experiência acadêmica inclui, ainda, cursos em países, como Inglaterra, Cuba, México, França e Estados Unidos. Tem produzido artigos, capítulos e livros em ciência da informação e comunicação, enveredando pela literatura como cronista. Depois de vinculação com a Universidade Federal do Piauí por 25 anos, atuou como docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba por 14 anos. Dentre outras atividades atuais, é membro da Academia Teresinense de Letras e da Associação Sociedade Literária de Teresina. É membro da Comissão Editorial (permanente ou ad hoc) de diferentes periódicos nacionais e internacionais. Mantém coluna semanal de opinião em jornal de Teresina; coluna bimestral no INFOHOME, Florianópolis; contribuições sistemáticas junto à página eletrônica umacoisaeoutra, mantida pelo escritor carioca Celso Japiassu; no Portal JTNEWS, Teresina; e na página eletrônica TUAVENTURA, Espanha, na condição de corresponsale. Dentre prêmios conquistados, está o Prêmio Nacional Luiz Beltrão de Comunicação (Liderança Emergente), ano 2004; Prêmio do Programa Informação para Todos (Information for All Programme, IFPI), promovido pela UNESCO, com a edição de sua tese de doutorado: Jornalismo cidadão: informa ou deforma? ano, 2009; Título de Cidadã Teresinense, 2015; Prêmio “Mérito Jornalístico”, Câmara Municipal de Teresina, 2019. Contato:

gracatarmino@hotmail.com.

Maria de Fátima Santos Maia

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, mestrado e doutorado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora adjunta do curso de biblioteconomia da FURG. Tem experiência na área de comunicação científica, processamento e busca de informações, estudos métricos em ciência da informação. Trabalha no Centro Internacional de Equidade em Saúde, da Universidade Federal de Pelotas, desenvolvendo atividades de pesquisa e processamento de informações na área da saúde. Contato: mafas.maia@gmail.com.

Martha Suzana Cabral Nunes

Presidente na ABECIN, Gestão 2019-2022. É professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em Administração com ênfase em Análise de Sistemas pela Universidade Tiradentes (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2008) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2015), com período de doutorado sanduíche realizado na Université Paul Sabatier, Toulouse 3, França (2014). É pesquisadora PQ2. Atua como coordenadora do GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB (Gestão 2018-2020). É membro associado da ANCIB e da ABECIN. Coordena o grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Estudos em Mediação, Apropriação, Gestão da Informação e do Conhecimento (NEMAGI). Também coordena

o Laboratório de Referência, Editoração e Mediação (REM) e é editora da revista *Convergências em Ciência da Informação* (E-ISSN 2595-4768), da *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação - REBECIN* (E-ISSN 2358-3193) e administradora do Portal de Periódicos da UFS. É membro da Rede de Pesquisadores franco-brasileira MUSSI (Mediações e Usos Sociais dos Saberes e da Informação) desde 2014. Tem experiência na área de Ciência da Informação e Gestão Pública, atuando principalmente nas seguintes áreas: mediação da informação, mediação editorial, gestão da informação e do conhecimento, Ciência da Informação, biblioteca universitária, gestão pública. Contato: marthasuzana@hotmail.com.

Moisés Rockembach

Pós-Doutorado na Universidade do Porto (Portugal). Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto / Universidade de Aveiro (Portugal), aprovado com distinção, título revalidado em 2014 no Brasil como Doutor em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Mestre em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN/UFRGS). Professor Adjunto da Faculdade e Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do Grupo de Comunicação Científica (UFRGS) e do Grupo de

Informação, Comunicação e Cultura Digital - CITCEM (Universidade do Porto). Tem projetos de pesquisa financiados pelo CNPq, UFRGS, FAPERGS e RNP/IBICT. Atuou como membro e parecerista da Comissão de Pesquisa da FABICO e como Chefe do Departamento de Ciências da Informação. Membro do corpo editorial e parecerista de revistas científicas das áreas de Ciência da Informação e Comunicação no Brasil e no exterior. Contato: moises.rockembach@ufrgs.br.

Paulo Sérgio da Conceição Moreira

Doutorado em andamento em Gestão da Informação (2020-2023) no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (PPGGI/UFPR). Mestre (2019) e bacharel em Gestão da Informação (2017) pela UFPR. Possui interesse em Análise de Dados, Mineração de Dados, Métricas de Informação, Reconhecimento de Emoções em Músicas e Recuperação de Informação Musical. Contato: psxm54@gmail.com.

Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos

Livre-docente em Catalogação pela UNESP (2010), doutora em Letras - Semiótica e Lingüística Geral pela FFLCH/USP (1994), mestre em Ciência da Informação pela PUC de Campinas (1983) e bacharel em Biblioteconomia pela UNESP (1980). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da FFC/UNESP, na linha de pesquisa Informação e Tecnologia. Vice-Lider do Grupo de Pesquisa “Novas Tecnologias em Informação” (GP-NTI). Desenvolve suas pesquisas nas temáticas: Metadados, Catalogação e Tecnologias, Intersemiose Digital, Redes de Informação, Mapa do Conhecimento Humano. Pesquisadora CNPq (2004-2019), coordenadora do GT8 -

Informação e Tecnologia, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - Ancib (2013-2016). Editora da revista Informação & Tecnologia (Itec), membro do corpo editorial das revistas Brazilian Journal of Information Science: research trends e Revista Eletrônica Informação e Cognição. Parecerista ad hoc de agências de fomento e de periódicos científicos, participa como revisora e como membro de Comitês Científicos de periódicos científicos em Ciência da Informação no Brasil e no exterior. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - ANCIB e membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Ciência Cognitiva - SBCC. Contato: placidasantos@gmail.com.

Ramon Ordonhes Adriano Ribeiro

É doutorando em Ciência da Informação, na USP/ECA, a partir de 2019 (bolsista CAPES) e graduando em Filosofia pela FFLCH/USP, desde 2015 (bolsa de Iniciação Científica PUB/PIC de 2018 até 2019). Sendo mestre em Ciência da Informação (2015-2017) pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (bolsa CAPES), e graduado em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, em 2014. Integrou o grupo de pesquisa Novas Tecnologias em Informação (GP-NTI). Além disso, foi bolsista FAPESP de Iniciação Científica durante 2011-2013; conquistou prêmios de mérito acadêmico, como: "Melhor aluno do curso de Biblioteconomia (turma 2013)"; "Melhor Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia da UNESP (turma de 2013) "; "Melhor Trabalho de Conclusão de Curso da região Sudeste (São Paulo) ", pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN); "Melhor trabalho de Iniciação Científica do XXIV CIC UNESP", em 2012, e recebeu menção honrosa como um dos melhores trabalhos de

Iniciação Científica do 21º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo, na área de Humanidades. Os temas de interesse investigativo, tanto disciplinares quanto interdisciplinares, são: aspectos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento; Filosofia da Tecnologia; Fenomenologia; Filosofia Contemporânea; História da Ciência Moderna; Ética e Epistemologia, entre outros correlatos. Contato: ramon.ordones@gmail.com.

Raquel Silva da Fonseca

Licenciada e bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Intervenção Social com Famílias, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharel em arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalha com temas relacionados a História do Brasil Contemporâneo, Ditaduras Militares do Cone Sul, História Militar, Descrição Arquivística e Arquivamento da Web. Contato: barrosfonseca.raquel@gmail.com.

Raymundo das Neves Machado

Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela UFBA. Mestre em Biblioteconomia pelo a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e PhD em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Associado do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais do Instituto de Ciência da Informação da UFBA, lecionando nos cursos de graduação Desenvolve pesquisa relacionada com: (a) formação e desenvolvimento de coleções

(impressas e eletrônicas) em bibliotecas, com ênfase em modelos quantitativos de avaliação de coleções; (b) estudos em Bibliometria/Cientometria com ênfase em produtividade científica, indicadores bibliométricos, análise de cocitação e mapas da ciência e (c) modelos quantitativos em biblioteca para tomada de decisão. Contato: raymacha@ufba.br.

Silvana Drumond Monteiro

Possui pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1996). Atualmente é professora Sênior da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Ciência da Informação, do mestrado e doutorado acadêmico em "Ciência da Informação". Foi membro da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação e Profissional em Gestão da Informação). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com interesse nos seguintes temas: Representação e Organização do Conhecimento no Ciberespaço (Tecnologias da Informação, Web Semântica ou semantização no ciberespaço; Web Semiótica ou Pragmática; Web Invisível; Dark Web; Mecanismos de Busca e os Índices Contemporâneos); Filosofia da Linguagem e Semiótica no Ciberespaço (estudiosa de Deleuze e Peirce e o campo informacional). É avaliadora "ad hoc" de vários periódicos científicos da área. Foi Consultora, "ad hoc", de projetos do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Paraná (Fundação Araucária). Membro da Equipe Editorial da revista Informação & Informação e do Conselho Consultivo da

Informação e Tecnologia (ANCIB). Foi membro da Comissão Universidade para os Índios - CUIA Local, de 2006-2010 e Presidente da CUIA Estadual no ano de 2008. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq, nível 2 (2006-2021). Líder do Grupo de pesquisa Informação e Conhecimento no Ciberespaço - GP ICC (<http://gpciber.webnode.com/>) e membro do Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília). Ocupou o cargo de Diretora de Apoio à Ação Pedagógica na Pró-Reitoria de Graduação, Universidade Estadual de Londrina, de 2006-2010. Foi presidente do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET), de 2007-2010. Foi Coordenadora do Curso de Biblioteconomia, de 2010-2013. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado) na Universidade Estadual de Londrina, fazendo parte do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas Stricto Sensu em Ciência da Informação, de 2013-2015. Atuou como professora Sênior no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. Contato: silvanadrumond@gmail.com.

Valeria Raquel Bertotti

Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivos, democratização da informação, políticas públicas e arquivos da Ditadura Militar. Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História (UFRGS) e em Arquivologia (UFRGS). Coordena o Programa de Aperfeiçoamento, Pesquisa e Estudos em Arquivos - PAPEArq.

Contato: valeria.bertotti@ufrgs.br.

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1979), mestre (1987) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2007). Estágio de pós-doutorado (2009-2011) junto ao PPGHC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob supervisão do Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, desenvolvendo a pesquisa "Associação para o recreio: estatutos de sociedades registradas na Secretaria de Polícia do Distrito Federal, 1906-1915". Professor do Depto. de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), coordenador do Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos da Universidade Federal Fluminense (2015-2018), decano no exercício da Coordenação do PPGCI (ago.-dez. 2018; fev. 2019), coordenador do PPGCI (ago. 2019-fev. 2021), membro do Comitê Acadêmico Interdisciplinar do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Experts Group on Archival Description, da Programme Commission e presidente da Section on Archives and Human Rights do International Council on Archives (Conselho Internacional de Arquivos); ex-presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (Conselho Nacional de Arquivos); ex-membro, em nível nacional, regional e internacional do Programa Memória do Mundo (UNESCO); assessor regional do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo (MOWLAC), ex-editor científico das revistas Arquivo & Administração e Acervo e membro de outros comitês editoriais de revistas nacionais e estrangeiras. Tem experiência na área de Ciência da Informação - Arquivologia, com ênfase em organização e descrição de arquivos, atuando principalmente nos

seguintes temas: arquivos - descrição, arquivos - Brasil, arquivos - história, descrição de arquivos - normas, fontes e paleografia, arquivos e direitos humanos e arquivos permanentes, ministrando cursos e prestando assessorias no Brasil e no exterior. Líder do grupo de pesquisa Arquivos e bibliotecas: apropriações teóricas e aplicações metodológicas, integra como membro o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania - NEMIC (UFF). É também pesquisador em História do Brasil Contemporâneo, principalmente com relação à imigração e associativismo. Contato: vitormowlac@gmail.com.

Zaira Regina Zafalon

Vice-Presidente na ABECIN, Gestão 2019-2022. Atua como docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou estágio pós-doutoral junto à Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Ciência da Informação (2012), mestre em Comunicação e Semiótica (2006), especialista em Sistemas Automatizados de Informação em Ciência & Tecnologia (1996), em Administração (2002) e em Ensino Superior (2003), e bacharel em Biblioteconomia e Documentação (1993). Lidera o Grupo de Pesquisa Tecnologias em Ambientes Informacionais e Inovação - GPTAI (UFSCar) e colabora com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação (GEPCat). É membro da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), da International Society for Knowledge Organization (ISKO) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização e Representação da Informação. São temas de seu interesse e de pesquisa: ambientes informacionais

digitais, dados e metadados, patrimônio, memória e identidade cultural. Ao longo dos anos especializou-se em discussões sobre catalogação e catalogação automatizada; modelos conceituais do universo bibliográfico, museológico e arquivístico; metadados, padrões e estruturas de representação da informação; intercâmbio e conversão de dados em unidades de informação. Desenvolveu o Scan for MARC, um interpretador sintático e semântico de registros bibliográficos analógicos para o Formato MARC21 Bibliográfico, pelo qual foi premiada na ANCIB e no Conselho Regional de Biblioteconomia - 8. Região. Foi homenageada na Câmara Municipal de São Carlos/SP. Contato: zaira@ufscar.br.